



Universidade
Estadual
de Londrina

JANAINA ALBUQUERQUE DE CAMARGO SCHMIDT

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL:
PARCERIA INTERINSTITUCIONAL TRILHANDO CAMINHOS
PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIAL**

LONDRINA
2007

JANAINA ALBUQUERQUE DE CAMARGO SCHMIDT

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: PARCERIA
INTERINSTITUCIONAL TRILHANDO CAMINHOS PARA A
SUSTENTABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Professora Doutora Vera Lucia Tieko Suguihiro

Londrina
2007

JANAINA ALBUQUERQUE DE CAMARGO SCHMIDT

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL:
PARCERIA INTERINSTITUCIONAL TRILHANDO CAMINHOS PARA A
SUSTENTABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Orientadora: Profa. Dra
Vera Lucia Tieko Suguihiro

Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

Prof. Dr. Ronaldo Baltar

Londrina ____, de _____ de 2007.

DEDICATÓRIA:

À minha querida mãe: exemplo de coragem, paciência e amor...à pessoa que mais me incentivou a iniciar e continuar esta etapa de minha vida e que nunca me desamparou, apesar de tantas pedras percorridas nos caminhos dessa história chamada "Mestrado".

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu amoroso Deus, Jeová, que me permitiu, apesar de tantos contratempos percorridos concluir essa fase tão importante, dando-me “poder além do normal” nos dias tristes, de desânimo, sendo que tal “poder” me fortaleceu a ponto de enfrentar as dificuldades e seguir em frente...

Ao meu esposo Alexandre pelo apoio e amor, sendo fundamental para a conclusão deste curso.

Ao meus pais...seus exemplos de força e atitude perante a vida me ajudaram a finalizar esta fase tão importante em minha vida.

À minha irmã Juliana, pelo carinho, amor, incentivo e por ser meu braço forte nesta fase, sendo meu referencial de pessoa a ser seguido.

Ao grande amigo, meu cunhado Fernando, que foi sempre presente, me fortalecendo com sua atenção e seu conhecimento nos momentos mais difíceis do mestrado.

À amiga Loren que esteve ao meu lado em toda a fase do curso, dando seu ombro amigo e me encorajando.

Ao meu amigo e irmão Valdir que me ajudou muito ao longo dessa jornada, compartilhando experiências, angústias e também grandes momentos de felicidade.

À minha sogra e amiga Lurdinha pelo seu carinho e atenção, sempre me incentivando a seguir em frente.

À minha Vó Nenê que tanto me auxiliou com as suas “prendas” e ficou na torcida por mim.

Às crianças da minha vida: Rafaela e Valentina que alegraram meus dias.

Às amigas “cariocas” Ivone e Sandra que me ajudaram com seu companheirismo e pensamento positivo.

À professora Selma que esteve ao meu lado, dando forças para finalizar a dissertação.

À orientadora deste trabalho, Vera Lucia Tieko Suguihiro, pelos conhecimentos adquiridos.

Aos sujeitos da pesquisa que foram fundamentais para a concretização deste estudo.

À Capes pela concessão da bolsa de estudos que me auxiliou no último ano do curso.

E a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização deste sonho.

“A expectativa de mudança existe e se manifesta na exigência de direitos e de cidadania ativa”.

(Maria Victoria de Mesquita Benevides)

SCHMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo. **Responsabilidade social empresarial**: parceria interinstitucional trilhando caminhos para a sustentabilidade social. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMO

Este estudo apresenta uma contribuição ao tema da responsabilidade social empresarial, ao avançar, do paradigma da filantropia às práticas sociais, com a perspectiva da sustentabilidade social. A pesquisa tem como objetivo principal identificar e analisar o projeto de responsabilidade social da Empresa INFRAERO – Cidadania Agora, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina. Para elaboração do referencial bibliográfico, foram trabalhados temas relacionados ao contexto da globalização neoliberal e seus rebatimentos na conjuntura social e econômica brasileira, o que refletiu em um inovador posicionamento do setor privado na intervenção social. A discussão sobre os limites e as possibilidades das empresas atuarem socialmente também foi abordado, enfatizando que práticas sustentáveis, inseridas no projeto de responsabilidade social empresarial, ocasionam transformações no modo de operar na realidade social. Nesse sentido, o debate acerca da parceria da empresa com outras instituições é tido como relevante para a construção de práticas fundamentadas na sustentabilidade. A metodologia adotada pela pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, utilizando a técnica da análise de conteúdo. Além disso, para a coleta dos dados da pesquisa foi utilizada a entrevista semi-estruturada, sendo entrevistados profissionais coordenadores do Projeto Cidadania Agora, representantes da UEL e da Infraero Social de Londrina. A partir dos resultados da pesquisa, constatou-se que a prática da coordenação da Infraero Social de Londrina deveria ser redirecionada, no sentido de exercer um maior protagonismo empresarial nos aspectos operacionais do Projeto. Para tanto, aponta-se a necessidade de maior articulação na parceria instituída entre INFRAERO e UEL, na concretização dos objetivos propostos. Dessa forma, esta pesquisa enfatiza que a prática da responsabilidade social tem, por condição, a indissociabilidade de uma atuação sustentável em parceria entre empresa-universidade, de modo a contribuir pró-ativamente para a consolidação de uma intervenção social mais eficaz.

Palavras-Chaves: Palavra 1: Responsabilidade Social Empresarial. Palavra 2: Parceria Interinstitucional. Palavra 3: Sustentabilidade Social.

SCHMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo. **Enterprise social responsibility: partnership between institutions treading ways for the social sustainability.** 2007. 162p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

This study presents a contribution to the subject enterprise social responsibility, when advancing, of the philanthropy paradigm to social practice, with the perspective of the social sustainability. The research has as main objective to identify and to analyze the project of social responsibility of Company INFRAERO *Cidadania Agora*, in partnership with the *Universidade Estadual de Londrina*. To elaborate the bibliography, subjects related to the context of the neoliberal globalization and its strikings in the social conjuncture and at the Brazilian economy had been worked, what it reflected in an innovative positioning of the private sector in the social intervention. The quarrel on the limits and the possibilities of the companies to act socially also was boarded, emphasizing that sustainable practices, inserted in the project of enterprise social responsibility, they cause transformations in the way to operate in the social reality. In this direction, the debate concerning the partnership between company and other institutions had been as relevant for the construction of practices based on the sustainability. The methodology adopted for the research is based on the qualitative boarding, using the technique of the content analysis. Moreover, for the research data collection the half-structuralized interview was used, being interviewed professional coordinators of Project *Cidadania Agora*, representatives of *UEL* and the *Londrina's Infraero Social*. From the research results, it was evidenced that the practices of the *Londrina's Infraero Social* coordination would have to be redirected, in the direction to exert a bigger enterprise protagonism in the operational aspects of the Project. With respect to in such a way, it is pointed necessity of bigger joint in the partnership instituted between INFRAERO and UEL, in the concretion of the considered objectives. In this way, this research emphasizes that the social responsibility practices has, for condition, the indissociable of a sustainable performance in partnership between company-university, in order to contribute actively for the consolidation of a more efficient a social intervention.

Key Words: Word 1: Enterprise Social Responsibility. Word 2: Partnership between Institutions. Word 3: Social Sustainability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM -	Banco Mundial
CEBDS -	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
FMI -	Fundo Monetário Internacional
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFRAERO -	Empresa brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNAD -	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
OMC -	Organização Mundial do Comércio
ONGs -	Organizações Não Governamentais
ONU -	Organização das Nações Unidas
UEL -	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONTEXTO, CONCEITOS, LIMITES E POSSIBILIDADES	28
1.1 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: INFLUÊNCIA PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA REALIDADE BRASILEIRA	28
1.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONCRETIZAÇÃO, DILEMAS E PRIORIDADES	41
1.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: SUSTENTABILIDADE COMO EIXO TEMÁTICO RELEVANTE A UMA PRÁTICA DIFERENCIADA	56
2 UNIVERSIDADE E EMPRESA: ARTICULAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	65
2.1 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	65
2.2 PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS: CAMINHOS DA EMPRESA EM CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	76
3 ANÁLISE DOS DADOS	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES	125
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

As empresas públicas e privadas, bem como as organizações pertencentes ao Terceiro Setor, efetuam uma atuação complementar à ação estatal, mas não o substituem como o órgão responsável na área social para a construção de políticas sociais, de caráter universal, conforme declarado na Carta Constitucional de 1988.

As ações sociais empresariais no Brasil, no que se refere à ampliação da atuação social das corporações, de acordo com o estudo de Peliano e Pinheiro, pesquisadoras do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2006), das 871 mil organizações privadas, “com fins lucrativos”, 600 mil, ou seja, 69% das empresas, informam executar atividades de caráter social voltados às comunidades. A mesma pesquisa demonstra que a população infantil é o principal alvo de intervenção das atividades empresariais, envolvendo 62% das suas ações sociais¹. Para a juventude, 30% das práticas das empresas estão voltadas ao seu atendimento.

O estudo ainda revela que a maioria das empresas (57%) não firma parcerias com outras organizações para o estabelecimento de sua ação social, prevalecendo a tendência das empresas efetuarem o atendimento através de uma prática isolada, sem articulação com uma rede de serviços. Por outro lado, 31% das empresas informam instituir parcerias², sendo que os parceiros envolvem organizações sem fins lucrativos em 57% dos casos, as comunidades locais (38%), demais corporações (27%), órgãos estatais (14%) e outros parceiros (7%).

A temática da responsabilidade social empresarial é atual e, por isso, necessita ser debatida e contextualizada historicamente na sociedade, para que se possa compreender esta modalidade de intervenção na área social.

De acordo com Tenório (2004), do início do século XX até a década de 1950, a contribuição social das empresas limitava-se a um parâmetro econômico,

¹ É importante ressaltar que “[...] o conceito utilizado [...] para definir ação social empresarial foi [...] amplo, tendo sido considerada qualquer atividade que as empresas realizaram, em caráter voluntário, para o atendimento de comunidades nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação, entre outras” (PELIANO; PINHEIRO, 2006, p.4).

² Cabe destacar que os dados da pesquisa “não devem ser somados”, uma vez que as informações obtidas das empresas “nem sempre são excludentes” (PELIANO; PINHEIRO, 2006, p.7).

com atividades que estavam relacionadas a produzir lucros, proporcionar empregos, contribuir com os impostos e efetivar obrigações impostas pela legislação vigente.

No entanto, com o progresso da sociedade pós-industrial, após a década de 1950, o papel das empresas vai além da contribuição ao desenvolvimento econômico, na medida em que se busca qualidade de vida para as populações, garantia de direitos humanos para os diferentes sujeitos sociais, a atenção sobre as questões ambientais e o incentivo à concretização de atividades sociais pelas empresas.

Assim, as práticas sociais das corporações privadas estão relacionadas aos preceitos da sociedade pós-industrial. Com isso, compreende-se que as empresas e suas ações exercem influência na sociedade, nas comunidades locais e nos diferentes sujeitos sociais, agregando metas no planejamento empresarial.

A própria preocupação das empresas em efetuar ações que contribuam para a elevação dos indicadores sociais populacionais, ao auxiliar no aumento da qualidade de vida, de uma forma geral, demonstra que o valor da sociedade pós-industrial está incutido nas novas práticas sociais das empresas. Contudo, é relevante destacar que a mudança do “olhar” do empresariado sobre o “social” está intimamente relacionado com o contexto vigente, no que se refere às pressões da sociedade para uma nova postura empresarial. Esta transformação reflete formas de a própria empresa garantir a sua sustentação neste novo contexto social.

Na década de 1970, Tenório (2004) aponta que a ênfase dada à prática social das empresas é no sentido desta não efetuar uma ação negativa perante à sociedade, mas desenvolver um conjunto de atividades inter-relacionadas com o meio em que está inserida, para que os negócios da própria empresa sejam mantidos no ambiente em que atua. As empresas privadas fornecem à sociedade um tipo de serviço, de modo a estar atenta ao interesse do público, para sua maior sustentação no mercado.

A partir de então, o conceito teórico de “*stakeholder*” insere-se nas discussões sobre a responsabilidade social das empresas, que apresenta um ponto de vista sistêmico sobre os relacionamentos empresariais, nos quais as corporações estão conectadas aos diversos atores (acionistas, empregados, comunidades e

sociedade). Assim, propõe-se estabelecer uma relação “harmônica” com os “*stakeholders*”, para que a empresa e os diferentes atores sejam beneficiados.

No que diz respeito à década de 1980, Tenório (2004) pontua que os postulados teóricos e ideológicos do neoliberalismo, que avança na concepção mercadológica de conduzir a questão social, rebatem na concepção de responsabilidade social empresarial. As corporações atuam no social para que sua imagem no mercado seja positiva, para que esta se configure como uma escolha para os consumidores de uma empresa “socialmente responsável”.

No entanto, a partir da década de 1990, ressaltar unicamente o valor econômico das empresas implica não somente reduzir sua função perante a sociedade, mas também restringir a sua sustentação no mercado de negócios. Esse fato ocorre porque, segundo Serafim e Toldo (2002, p.81):

De acordo com a nova concepção, a empresa tem responsabilidades que vão além da geração de riquezas para seus acionistas, investidores e dirigentes. Ela tem responsabilidades para com o desenvolvimento social. Sua contribuição ao bem público não é apenas gerar empregos e pagar impostos. Ela precisa comprometer-se com a sociedade com ações duradouras que levem em conta o bem-estar da comunidade na qual está inserida.

Assim, essa inovadora forma de compreender a competência das empresas envolve a sua atuação no âmbito social. Como consequência, adquirem relevância, na atualidade, as discussões sobre a função social das corporações no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Dessa forma, torna-se necessário explicitar os determinantes, as motivações e os interesses que impulsionam o crescente aumento das práticas de responsabilidade social empresarial no Brasil.

Há muitos aspectos envolvidos na discussão sobre a ação social das empresas. Dentre estes, o contexto neoliberal que contribuiu para que as corporações, inseridas na esfera privada e orientadas pela lógica do mercado, se afirmassem como protagonistas na área social. A ideologia neoliberal enfatiza a concepção de Estado mínimo, que diminui sua responsabilidade em executar políticas públicas sociais, repassando esta obrigação para setores da sociedade civil organizada e mercantil.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar, segundo estudo coordenado por Peliano e Pinheiro, do IPEA (2006, p.31), a seguinte afirmação por 78% das empresas pesquisadas: “É obrigação do Estado cuidar do social; as empresas atuam porque os governos não cumprem seu papel”.

Esta concepção das empresas requer uma visão mais crítica sobre a conjuntura do país, uma vez que o Estado, configurado como mínimo, de fato, não cumpre seu papel social como protagonista na implementação de políticas públicas universais. Porém, o cerne da questão é que o contexto econômico, político, social, no qual o Brasil se encontra, perpassa pelo pensamento neoliberal que preconiza justamente esse afastamento do Estado. A questão é que, sob um olhar crítico, tanto o setor público, como o privado, afastaram-se na constituição de práticas sociais baseadas nos direitos e na proteção social. As empresas não atuam no social para preencher uma lacuna do Estado, mas sim, porque as próprias conseqüências negativas da globalização neoliberal, a pressão da sociedade e dos organismos internacionais requereram uma postura mais responsável das corporações para que pudessem permanecer no mercado competitivo dos negócios.

É importante esclarecer estas questões para que não se pense que as organizações do mercado tornam-se ativas no social para suprir uma deficiência do Estado, uma vez que elas próprias ocasionam conseqüências negativas no ambiente, na medida em que, influenciadas pela globalização mundial da economia, aplicaram no processo de produção o que é chamada de “reestruturação produtiva”, que gerou a flexibilização dos direitos trabalhistas, com impactos na vida social dos trabalhadores, bem como das suas famílias e comunidades.

Nesse sentido, pode-se afirmar, de acordo com Fernandes (2005, p.30), que:

[...] o mercado não satisfaz a totalidade das necessidades e dos interesses efetivamente manifestos, em meio aos quais se movimenta. O mercado gera demandas que não consegue satisfazer, lança mão de recursos humanos, simbólicos e ambientais que não consegue repor.

Desse modo, reflete-se sobre o fato de que as intervenções no campo social, tanto por parte do Estado como do mercado, são orientadas pelo neoliberalismo que instiga o afastamento de ambos em efetuar uma ação social com característica de direitos de cidadania. E as empresas realizam atividades no campo

social, porque se exige destas uma postura mais ativa, como meio de se diferenciar das outras corporações, sendo mais competitivas no mercado de negócios.

Assim, os efeitos da aplicação do modelo econômico global neoliberal causam impactos negativos no campo social, como, por exemplo, o desemprego estrutural, a desigualdade social crescente, os baixos índices de escolaridade, questões que ocasionam, no mercado, rebatimentos negativos, uma vez que:

Para as empresas atuantes no país, esse quadro de desequilíbrios sinaliza com ameaças não desprezíveis ao futuro dos negócios. O mercado interno – um dos maiores do mundo em termos de potenciais – tende a retrair-se em função do baixo poder aquisitivo de amplas camadas da população. A mão-de-obra, com precários níveis de escolaridade e de capacitação profissional, reduz os níveis de competitividade dos setores produtivos. A miséria contribui para elevar os índices de criminalidade e violência, rebaixando a qualidade de vida de toda a população (FISCHER, 2005, p.8).

Dessa forma, pode-se afirmar que as problemáticas sociais do contexto brasileiro acabam por limitar o progresso econômico das mais variadas empresas. Por esta razão, o interesse do empresariado em atuar no social também origina-se, mais uma vez, de uma motivação mercadológica e financeira, visto que, ao efetuar ações visando ao desenvolvimento social, contribui para o próprio avanço da economia e de seus negócios.

Entretanto, no que diz respeito à década de 1990, apesar do ideal neoliberal prosseguir influenciando as discussões teóricas sobre “responsabilidade social” das empresas, há um outro enfoque abordado, devido às próprias conseqüências do modelo econômico adotado. Assim, como a proposta neoliberal de focar as ações governamentais, empresariais e societárias no desenvolvimento econômico falharam, no que se refere ao desenvolvimento social, buscam-se outras formas de intervenção, baseadas no paradigma da sustentabilidade.

Como resultado, o setor empresarial está atento a este inovador modelo de atuação, visto que, segundo Tenório (2004, p.25), no período da década de 1990, foi formulado pelo “*World Business Council for Sustainable Development*” o conceito de que a responsabilidade social das corporações privadas deveria contribuir para o desenvolvimento com sustentabilidade. Assim:

Nessa abordagem, o desenvolvimento sustentável é composto pelas dimensões econômica, ambiental e empresarial. O objetivo é obter crescimento econômico por meio da preservação do meio ambiente e pelo respeito aos anseios dos diversos agentes sociais, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Apesar da perspectiva da sustentabilidade ser incorporada às práticas de responsabilidade social empresarial, é a própria “sustentabilidade” das empresas que está na preocupação dos dirigentes empresariais, na medida em que as pressões da sociedade, materializada nos problemas da dimensão social, requerem uma mudança de atitude por parte das empresas, no que diz respeito às suas atividades sociais.

Em virtude dessas considerações acerca da contextualização histórica da função social das empresas, torna-se imperativo realçar, de acordo com Tenório (2004, p.26), as formas atuais e predominantes de práticas, na área social, desenvolvidas pelas empresas, quais sejam: “[...] a filantropia empresarial, a cidadania empresarial e a responsabilidade social corporativa”.

As atividades sociais que envolvem a “filantropia empresarial” remetem a ações fundamentadas na caridade e no assistencialismo. Configuram-se em práticas pontuais, eventuais que são materializadas através de repasse de donativos de caráter financeiro ou material da empresa a certa comunidade ou a organizações sociais. A ação social empresarial não está incorporada no planejamento estratégico da empresa, devido às suas características suplementar, assistencialista e benemerente, não avançando na perspectiva de uma prática social empresarial sustentável.

Por outro lado, a “cidadania empresarial” envolve um compromisso social e um posicionamento estratégico da empresa perante à sociedade. Na medida em que a empresa busca o desenvolvimento econômico do seu patrimônio, no que diz respeito ao retorno financeiro de suas atividades produtivas, levará em consideração também, aspectos relacionados à área social e ambiental, para que haja o desenvolvimento em tais campos, sendo que sua contribuição para a sociedade não se restringe ao lucro somente. Assim, suas ações e investimentos refletem uma preocupação com o retorno social, aliada à constituição de parcerias interinstitucionais.

A “responsabilidade social corporativa” implica uma postura empresarial que revela o compromisso com todos os relacionamentos corporativos,

inclusive com as comunidades locais e com a sociedade. Está incorporada no planejamento estratégico empresarial, na medida em que há a preocupação em constituir uma conduta que leve em consideração formas de agir que proporcionem a qualidade de vida da sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Vale acrescentar, de acordo com Brennand e Melo Neto (2004, p.VII), que a atuação responsável das empresas deveria estar associada à sustentabilidade, na medida em que esta se torna um “paradigma” orientador das atividades no campo social desenvolvido pelas corporações. A perspectiva sustentável é atualmente imprescindível na elaboração, implementação e execução de “políticas, programas e projetos” relacionados à área social.

Cabe ressaltar que a constituição de parcerias interinstitucionais estabelecidas pelas empresas para a concretização de suas atividades sociais, é considerada um processo relevante para se firmar uma atuação social empresarial. Conforme já salientado, uma prática isolada e fragmentada não condiz com as formas de responsabilidade social empresarial pretendida neste estudo.

Destaca-se assim, a parceria entre empresa e universidade, tendo por fundamento a construção de práticas visando à sustentabilidade como importante oportunidade para a implementação de ações que ampliem os benefícios para a coletividade. Então:

A criação de associações de interesse público, de redes de cooperação e de programas sociais no âmbito de empresas e universidades é indicador de maturidade política e cultural. A aliança estratégica entre essas iniciativas, e delas com o Estado, tem gerado resultados que podem tornar-se ainda mais expressivos (MARCOVITCH, 2005, p.124).

Assim, a conjugação de esforços de vários setores materializada na implementação de parcerias interinstitucionais colabora para uma intervenção mais integrada, e com isso, mais efetiva no social.

Considera-se, neste estudo, o potencial positivo das universidades, como parceiras das empresas na concretização de práticas sustentáveis, visto que exercem uma função social e política no contexto brasileiro, cujos conhecimentos podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira. Além disso, da conjugação de esforços das empresas públicas e privadas com as universidades, podem surgir propostas inovadoras que servirão de fundamentação

para a formulação, implementação e execução de uma atuação fundamentada na sustentabilidade social.

Assim, com o intuito de compreender a dinâmica da atuação empresarial na área social, faz-se o seguinte questionamento para determinar o objeto do presente estudo: em que medida o projeto de responsabilidade social Cidadania Agora, da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO -, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina - UEL -, contribui para a construção de práticas sustentáveis?

Através deste estudo, pretende-se identificar a concepção sobre responsabilidade social empresarial adotada pela INFRAERO e pelos docentes da UEL, para a execução do Projeto Cidadania Agora que apresenta características peculiares de um projeto de parceria entre uma Empresa e uma Instituição de Ensino Superior (IES). Ainda, tem, como objetivo específico, verificar as condições que possibilitam e limitam o processo da parceria institucional para a viabilização de um projeto de sustentabilidade social.

A escolha deste projeto da INFRAERO³ de Londrina/PR, região Sul do Brasil, foi motivada pelas práticas desenvolvidas para a consolidação de um projeto, na perspectiva da sustentabilidade social, desde 2001.

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, é uma empresa pública, conforme declarado na Lei n. 5.862, de 1972, com sede em Brasília – DF. De acordo com seu Estatuto (2003), no seu capítulo II, a empresa tem por objetivo:

[...] implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infra-estrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério da Defesa.

³ As informações acerca da INFRAERO e do Projeto Cidadania Agora foram obtidas através das seguintes referências: Projeto Social Cidadania Agora, disponível em anexo. Sites: www.infraero.gov.br/upload/arquivos/inst/ESTATUTO_DA_INFRAERO_DOU_99_25_05_2004_DO_C.COMPLETO.pdf. Acesso: 01/09/2006.
www.infraero.gov.br/upload/arquivos/inst/Codigo_Etica.pdf. Acesso: 01/09/2006.
www.infraero.gov.br/upload/arquivos/inst/relat_social_2004.pdf. Acesso: 09/11/2006.

Desse modo, a INFRAERO desempenha suas funções na administração de 67 aeroportos brasileiros, 81 “unidades de apoio à navegação aérea” e 32 “terminais de logística de carga”.

Segundo seu Código de Ética (2004, p.4), cabe à INFRAERO:

Atender às necessidades da sociedade relativas à infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil, primando pela eficiência, segurança e qualidade (Missão da INFRAERO) [...]

Empresa socialmente responsável, voltada para o cliente, integrada à sociedade, moderna, ágil, tecnologicamente atualizada, comprometida com o meio-ambiente, com o desenvolvimento sustentável do Brasil e com o princípio da continuidade administrativa (Visão de Futuro da INFRAERO) [...]

Aeroportos voltados para o desenvolvimento econômico e social, elos de uma cadeia logística, integrados à infra-estrutura urbana, comprometidos com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável do Brasil (Visão de Futuro dos Aeroportos).

Neste sentido, a preocupação da INFRAERO é aliar condutas empresariais que fortaleçam o crescimento econômico do país, no quesito prestação de serviços aeroportuários, bem como, contribuir, como Empresa, para o desenvolvimento sustentável brasileiro, atuando nas áreas social e ambiental. Para a INFRAERO, uma empresa ética é aquela que leva em consideração, no exercício das suas atividades, não somente a motivação econômica, mas também:

[...] valoriza e prioriza ações voltadas para o desenvolvimento social e cultural da comunidade por meio de projetos sociais, respeitando os direitos humanos, e observando os princípios de justiça social.

[...] procura apoiar as ações voltadas para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento local, regional e nacional, em especial aquelas direcionadas para a melhoria das condições de vida das comunidades do entorno aeroportuário (CÓDIGO DE ÉTICA DA INFRAERO, 2004, p.10-11).

No que se refere à Política de Responsabilidade Social da Empresa, em seu Código de Ética (2004, p.4) destaca que a empresa tem como diretriz de atuação a condução de práticas que contribuam para a sustentabilidade no campo social, inclusive, na garantia dos direitos humanos como algo a ser concretizado, ou seja:

Prestar serviços de maneira a demonstrar a solidez dos princípios sociais da INFRAERO, a aderência às legislações locais e nacionais e absoluta consideração aos direitos humanos, primando pelo desenvolvimento sustentável.

Portanto, uma prática responsável significa contribuir para o desenvolvimento social da população, mediante a concretização de um conjunto de atividades que buscam elevar a qualidade de vida, apoiar práticas de cidadania com a disposição de atuar em prol do desenvolvimento sustentável.

De acordo com os documentos pesquisados, a INFRAERO aderiu ao “*The Global Compact*”, ou “O Pacto Global”, que faz referência contínua às organizações públicas e privadas em instituir condutas que visam ao respeito e à garantia dos direitos humanos nos relacionamentos estabelecidos, reforçando o compromisso com uma política de responsabilidade social corporativa.

Segundo informações do Relatório Social da INFRAERO de 2004, a empresa alcançou “[...] sua meta social de desenvolver pelo menos um projeto em todos os aeroportos que administra [...] São 67 ações que atendem a mais de 21 mil pessoas em todo o Brasil” (CAMPOS, 2004, p. 3).

Embora o Programa Infraero Social Nacional tenha iniciado suas atividades em 1998, foi em 2001, com a aprovação de 14 projetos sociais, que o Programa tornou-se consistente. No término do ano de 2004, havia 67 projetos em execução em várias regiões do país, cujo investimento empresarial global, alcançou o valor de R\$ 5,7 milhões, conforme demonstra o crescimento do Programa Infraero Social:

Período	Número de Projetos Implantados	Pessoas Atendidas	Investimento Inicial (R\$)	Investimento Anual (R\$)
1998 a 2000	03	466	120.500,00	-----
2001	14	5.080	406.205,00	498.506,00
2002	15	2.127	799.188,00	433.114,00
2003	16	5.850	637.093,00	1.751.359,28
2004	19	7.880	686.360,00	435.160,00
TOTAL	67	21.403	2.649.346,00	3.118.139,17
Total Geral de Investimentos com o Programa (R\$)				5.767.485,28

Fonte: Relatório Social INFRAERO, 2004, p. 6.

Ao observar a tabela acima, constata-se que, além do crescente investimento da empresa no Programa Infraero Social, nos primeiros anos, não havia um plano anual de investimento. Somente a partir do ano 2001, os projetos sociais foram contemplados anualmente no orçamento da Empresa.

Ainda no mesmo Relatório Social verifica-se que os projetos sociais procuram atender a população “de baixa renda” ou “em situação de risco social”, sejam crianças, adolescentes e adultos das comunidades circunvizinhas dos aeroportos administrados pela INFRAERO. As propostas enfatizavam “[...] a educação, capacitação profissional, geração de renda e o ingresso no mercado de trabalho, qualidade de vida, prática de esportes, atividades de lazer e discussão de temas ligados à cidadania” (RELATÓRIO SOCIAL DA INFRAERO, 2004, p.5), procurando contribuir para a elevação dos indicadores sociais da população-alvo atendida.

O documento ainda demonstra que os projetos sociais não seguem um modelo pré-determinado para todas as regiões. Ao contrário, as propostas são formuladas a partir das necessidades específicas de cada localidade, buscando atender às demandas postas pela comunidade local. Assim, é por intermédio de parcerias interinstitucionais, com instituições públicas e privadas, que os projetos do Programa Infraero Social são implantados e executados na realidade social de cada localidade.

Deste modo, vale o destaque ao Projeto Cidadania Agora, do Programa Infraero Social, desenvolvido no Aeroporto da cidade de Londrina/PR, concretizado através de parcerias interinstitucionais, compreendido como campo empírico desta pesquisa.

O Aeroporto de Londrina é localizado na região leste do município, e a população circunvizinha encontra-se em uma situação de risco social, o que justificou a implementação do Projeto para atender à população infanto-juvenil.

Nos anos de 2001-2002, foram estabelecidos relacionamentos institucionais da Infraero Social de Londrina com a comunidade local, no sentido de firmar uma atuação social responsável. Por intermédio de contatos junto aos diferentes órgãos, dentre estes, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina, a Secretaria de Assistência Social de Londrina, a Universidade Estadual de Londrina, a Infraero Social teve condições de diagnosticar,

através dos dados e das informações obtidas, a situação de risco social em que ampla parcela de crianças e adolescentes encontram-se na referida região.

Deste modo, a INFRAERO priorizou, para uma atuação social responsável, a região ao entorno do Aeroporto de Londrina, o objetivo de promover ações com possibilidades de educação para crianças e adolescentes em situação de risco social. Assim, o Projeto de Responsabilidade Social Empresarial – Cidadania Agora, foi institucionalizado pela INFRAERO em dezembro de 2003.

Para a concretização da proposta empresarial, a INFRAERO firmou parcerias com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Ministério Público do Paraná e o Rotary Club de Londrina Cinquentenário. As práticas sociais, de caráter interinstitucional, no Projeto Cidadania Agora visam à:

[...] formação do cidadão e o seu desenvolvimento como indivíduo com grande potencial de atuação na sociedade construindo, para tanto, um espaço onde a humanização e o exercício da cidadania sejam considerados dentro da perspectiva da responsabilidade social da sociedade civil organizada, devendo ela fornecer subsídios de inserção pessoal, social e educacional para todos que deste Projeto venham a participar (PROJETO CIDADANIA AGORA, p.2).

A atuação da Infraero Social, bem como das instituições parceiras envolvidas neste Projeto, procura estabelecer um procedimento de atuação que fortaleça a sociedade civil, potencializando-a para o exercício da cidadania, no sentido de inclusão social, na medida em que busca:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento sócio-educacional da comunidade circunvizinha ao aeroporto, proporcionando mais oportunidades de acesso à educação como o desenvolvimento de cursos de formação em informática, de oficinas de preparação para o mercado de trabalho e para a geração de renda e de atividades sociais, esportivas, culturais, lúdicas e de apoio pedagógico (PROJETO CIDADANIA AGORA, p.3).

O Projeto Social tem por objetivos específicos:

- [...] - Incentivar e valorizar as convivências familiar, escolar e social;
- Criar condições para a elevação da auto-estima, educação ambiental e o exercício da cidadania;
- [...] – Oferecer instrumentos para que a criança e o jovem sejam capazes de atuar de forma cooperativa e solidária, contribuindo para a transformação de sua comunidade;
- [...] – Incentivar o acesso e a permanência do público-alvo no sistema educacional, com maior e melhor rendimento;
- [...] – Trabalhar a imagem da responsabilidade social dos órgãos envolvidos na parceria (PROJETO CIDADANIA AGORA, p.3).

As atividades executadas oferecem à população usuária os mais variados serviços, envolvendo as múltiplas áreas, através da prática do esporte, da educação e de atividades envolvendo adolescentes aprendiz, mediante a qualificação para o mercado de trabalho e a formação para geração de renda.

Para a operacionalização do Projeto Social, a INFRAERO se responsabiliza por todo equipamento, bem como o serviço de manutenção e de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades. Para a realização das oficinas e cursos, oferece o material pedagógico, os equipamentos, o material de consumo e lanches. O vale-transporte é oferecido aos participantes para facilitar o deslocamento das crianças e adolescentes.

No que diz respeito ao papel da Universidade Estadual de Londrina é de sua competência realizar a coordenação pedagógica do Projeto, visando ao desenvolvimento de práticas que garantam a inclusão social, cultural e educacional da população atendida no Projeto.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) cumpre suas atribuições no Projeto através do Curso de Informática oferecidos aos adolescentes, provendo professores capacitados para desenvolvimento das aulas. Ao final do curso, o SENAC emite certificado para os participantes.

No que se refere ao Rotary Club de Londrina Cinquentenário, sua responsabilidade no Projeto Cidadania Agora, em atuação conjunta com o SENAC, é de conduzir os adolescentes qualificados para o mercado de trabalho, junto às empresas.

O Ministério Público do Paraná atua no sentido de acompanhar e fiscalizar as práticas do Projeto, na perspectiva da proteção integral das crianças e adolescentes, vinculados a este.

O Projeto Infraero Social Cidadania Agora está sob a coordenação da UEL e para sua implementação, no início de 2004, várias reuniões foram

realizadas com as redes sociais de atendimento dos bairros circunvizinhos ao Aeroporto, tais como, as Unidades Básicas de Saúde locais e as Escolas da rede municipal. Os encontros tinham por objetivo conhecer melhor o contexto social da população, suas demandas e necessidades maiores e cadastrar, previamente, as crianças e adolescentes a serem atendidos.

As atividades realizadas consistem: no Curso de Informática; no Curso de Qualificação para o Trabalho e Renda de Adolescentes Aprendiz e; nas Oficinas de Arte e Educação; na Oficina de Jardinagem e Orquidário; na Oficina do Esporte; e na Oficina de Gravura.

As Oficinas são coordenadas pelos professores da UEL, com participação de estudantes, na condição de estagiários, tendo por objetivo:

[...] atividades, com técnicas específicas, voltadas para a formação das pessoas nelas envolvidas, de forma a prepará-las para o primeiro emprego, para a inserção no mercado de trabalho ou para a opção de trabalho autônomo e para o incremento da renda familiar (PROJETO CIDADANIA AGORA, p.5).

Dessa forma, as práticas realizadas pelas Oficinas visam qualificar e desenvolver habilidades e competências para a melhoria socioeconômica de crianças e adolescentes e de suas famílias, envolvidas no Projeto.

A Oficina de Jardinagem e Orquidário é coordenada pela área da Agronomia. As atividades executadas envolvem introduzir as técnicas de jardinagem e plantio e cultivo de orquídeas, através de um trabalho educativo.

A Oficina do Adolescente Aprendiz é coordenada pela área do Serviço Social da UEL, no sentido de garantir o trabalho do adolescente na condição de aprendiz. O projeto é realizado em conjunto com o SENAC, com o apoio dos demais parceiros, tendo em vista capacitar profissionalmente os jovens, residentes próximos ao Aeroporto para o mercado de trabalho, fundamentado na Lei 10.097/2000.

As Oficinas Pedagógicas também são coordenadas pelos professores da UEL e as atividades abrangem as Oficinas de Arte e Educação (área da Psicologia Social e Serviço Social), de Esporte (área da Educação Física), de Gravura (área de Artes). Todas as Oficinas propõem-se a oferecer a crianças e adolescentes em situação de risco socioeconômico, o acesso a direitos

fundamentais, incluindo-os socialmente em um Projeto que visa efetuar práticas que exercitem a sua condição de cidadãos.

A Oficina de Arte e Educação procura desenvolver habilidades e competências, por intermédio de ações que possibilitam o exercício da comunicação e expressão, a convivência com grupos sociais e o acesso aos direitos pertinentes à infância e à juventude; a Oficina de Esporte, através da prática das modalidades do esporte, promove o acesso à cultura e ao lazer, como também a motivação para a socialização com o grupo, contribuindo para a promoção da qualidade de vida saudável aos participantes; a Oficina de Gravura, através do trabalho executado, cria a oportunidade de crianças e adolescentes expressarem suas idéias e habilidades, contribuindo para a promoção da sociabilidade com grupos sociais.

Nesse sentido, o estudo teórico do trabalho refere-se à contribuição bibliográfica dos estudiosos sobre assuntos correlacionados à responsabilidade social das empresas e parcerias interinstitucionais, sendo dividida para melhor apreensão das idéias pesquisadas.

O primeiro capítulo do estudo refere-se à atividade social responsável das empresas, contextualizando-a ao processo de globalização neoliberal que influenciou significativamente a concretização da atuação social empresarial no Brasil. Além disso, a discussão sobre temáticas como esfera pública e privada, desafios e possibilidades da responsabilidade social das empresas para a construção de práticas sustentáveis perante a sociedade foram discorridos para melhor compreensão do assunto pesquisado.

Na seqüência, os debates concentram-se na parceria desenvolvida pelas empresas e demais organizações. No caso, destacou-se a articulação empresa-universidade para a consolidação de práticas, na perspectiva da sustentabilidade social. Para tanto, houve a necessidade de abordar teoricamente, a princípio, o papel social das universidades para, posteriormente, focar a contribuição desta no processo de parceria desenvolvido com empresas.

O terceiro capítulo do trabalho refere-se à análise dos dados obtidos, no processo da pesquisa empírica, no sentido de relacionar os eixos temáticos de análise com os estudos teóricos.

Por último, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa, apontando caminhos para que o Projeto Cidadania Agora seja

consolidado na perspectiva da sustentabilidade social, em um trabalho de parceria interinstitucional.

Convém destacar que a pesquisa é qualitativa e, de acordo com Minayo (1994, p.24) envolve trabalhar “[...] com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada”. Neste sentido, o estudo não se preocupa em “quantificar” a realidade social, mas procura entender os processos que remetem às práticas e às relações sociais construídas pelos sujeitos sociais.

Conforme Baptista (1994), o estudo qualitativo apreende a realidade como construção social e, para a compreensão de determinada realidade, é preciso entender o contexto e a conjuntura em que está inserida, bem como a capacidade de apreender as práticas sociais no contexto das instituições, suas formas de articulação e a interação entre os sujeitos sociais.

O campo empírico delimitado deste estudo compreende o projeto de responsabilidade social Cidadania Agora, da INFRAERO de Londrina-PR.

O universo desta pesquisa foi composto pelos professores das diferentes áreas do conhecimento, totalizando 5 representantes da UEL, envolvidos no Projeto Cidadania Agora que atuaram, no período de 2004 a 2006, a saber: área da agronomia, da educação física, de artes, do serviço social e a coordenadora pedagógica do Projeto. A coordenadora administrativa da Infraero Social também representa o universo do estudo.

O instrumento⁴ utilizado para obtenção de dados foi a entrevista semi-estruturada que implica uma técnica que permite a utilização de um roteiro de orientação para realização das entrevistas e o aprofundamento das temáticas a serem abordadas.

A análise das entrevistas foi realizada, tendo como base a técnica de análise de conteúdo que, de acordo com Gomes (1994, p.72), permite ao pesquisador compreender as falas dos entrevistados, no sentido de apreender “[...] o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”.

Para a concretização da pesquisa empírica foram agendadas, através de contatos telefônicos as entrevistas com os professores coordenadores do

⁴ O instrumento desta pesquisa, denominado “Roteiro (s) de Entrevista”, encontra-se no Apêndice C.

Projeto, com a coordenadora pedagógica e com a coordenação administrativa da Infraero Social. Todos os entrevistados assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”⁵. Deste modo, ao fazer referência às falas dos professores coordenadores do Projeto Cidadania Agora foi atribuída a identificação, de acordo com a área de conhecimento atuante no Projeto. Com relação à coordenadora pedagógica e à coordenadora administrativa da Infraero Social, manteve-se a identificação, conforme a função realizada no Projeto. Deste modo, não foi revelado o nome do entrevistado.

Para melhor caracterização dos entrevistados foi organizado o perfil profissional dos envolvidos⁶, levando em consideração a área de atuação e as atribuições no Projeto.

Posteriormente, realizou-se a análise das falas dos sujeitos entrevistados, procurando compreendê-las de modo mais totalizante, relacionando-as com a teoria estudada, através dos eixos temáticos: responsabilidade social, parceria interinstitucional e participação.

O eixo temático sobre responsabilidade social foi contemplado na análise, na medida em que possibilita compreender a perspectiva de responsabilidade social que os coordenadores da UEL e o profissional da Infraero Social adotam para a execução do Projeto.

No que diz respeito à temática parceria interinstitucional, esta permite entender as características peculiares da parceria entre INFRAERO e UEL, identificando as condições que possibilitam e limitam a parceria instituída para viabilizar o projeto de responsabilidade social sustentável.

Com relação ao eixo temático acerca da participação, a relevância atribuída está no sentido de considerar, nas práticas sociais dos profissionais do Projeto Cidadania Agora, a garantia de participação da população, quesito considerado fundamental em um projeto de responsabilidade social empresarial, na perspectiva da sustentabilidade social.

⁵ Este documento encontra-se no Apêndice A.

⁶ A caracterização do perfil dos entrevistados encontra-se no Apêndice D.

1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONTEXTO, CONCEITOS, LIMITES E POSSIBILIDADES

1.1 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: INFLUÊNCIA PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA REALIDADE BRASILEIRA

O processo de globalização, ocorrido desde a década de 1970, marcou significativas transformações na economia, na política e no conjunto da sociedade brasileira. A internacionalização da economia, gerida pelo capital financeiro, redimensionou os processos de trabalho ao desencadear uma ampla reestruturação produtiva, associada às alterações nas formas de gestão da força de trabalho. Para tanto, foram acrescentadas, nas relações de trabalho e de produção do capital, novas tecnologias e um modo produtivo flexível para o aumento substancial da produtividade, o que acarretou a acelerada e a crescente dispensa de mão-de-obra.

Antunes (1995, p.23-24) destaca as significativas transformações, na esfera do trabalho, nos anos de 1980: o “grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica” ocupam as linhas de produção das fábricas e empresas. Surgem, então, outros modelos de busca pelo aumento da produtividade, gerando formas de ajuste da produção, de acordo com a lógica mercantil. Essas modalidades de trabalho, conhecidas como o toyotismo, são constituídas pela descentralização industrial, pelo trabalhador polivalente ou multifuncional, e por padrões diferenciados de administrar a força de trabalho, entre os quais os “Círculos de Controle de Qualidade, a gestão participativa e a busca da qualidade total”, colocados em prática nos países de capitalismo globalizado.

Essas formas de produção geram impactos negativos no que se refere aos direitos do trabalhador, que se tornam desregulamentados, flexibilizados, na medida em que o capital financeiro é o mecanismo básico de orientação de tais direitos. Assim, a sociedade capitalista atual demanda menos trabalhadores formais/estáveis e mais diferenciadas formas de trabalho informal, como os terceirizados, que reduzem os direitos trabalhistas, os quais, na concepção dos capitalistas, trazem encargos sociais altíssimos ao empregador.

Dessa forma, a expansão da produtividade, gerada com a globalização, não ocasiona o aumento de empregos que sejam plausíveis com a realidade injusta da quantidade significativa de trabalhadores expulsos do mercado. E como a produtividade é comandada pelo capital financeiro, ela não resulta em benefícios para a sociedade e sim, somente, para o próprio capital. Diante disso, o desemprego passa a ser estrutural e não mais temporário, fazendo parte da sociedade capitalista atual.

Vale ressaltar que, na contemporaneidade, presencia-se ao desmoronamento dos princípios de proteção social, previstos pela Constituição Federal de 1988, que, ao prever a concretização do sistema de Seguridade Social, coloca os direitos sociais como responsabilidade estatal, com a perspectiva de universalização do acesso às políticas públicas para toda população.

A transformação, no modo de conduzir os direitos constitucionalmente garantidos, está relacionada à alteração das relações entre o Estado, a sociedade e o mercado com o movimento da globalização. O reflexo dessa mudança é materializado na reforma do Estado brasileiro ocorrido por orientações neoliberais, principalmente a partir da década de 1990. Conforme Anderson (2003), o neoliberalismo é uma ideologia teórica e política que objetiva combater o Estado intervencionista e de bem-estar, ao procurar, com medidas estruturais e econômicas, garantir a abertura total aos mercados.

As políticas reformistas neoliberais foram preconizadas por Organismos Internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM), de países desenvolvidos que previam políticas de ajuste para as economias periféricas, como o Brasil é considerado. Essa reforma ocasionou a redução do Estado de prover proteção e garantia dos direitos de cidadania à população. A concepção neoliberal coloca as práticas estatais como ineficazes e incompetentes em definir e em executar políticas sociais de forma eficiente.

Essa ideologia foi concretizada nos países da América Latina através do Consenso de Washington, cujo documento foi elaborado na década de 1990, expondo as diretrizes propostas pelo FMI e pelo BM, dentre as quais:

[...] disciplina fiscal; prioridade dos investimentos públicos para saúde pública, educação primária e infra-estrutura; reforma tributária com redução da carga; liberalização da taxa de juros; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio e do fluxo de investimentos diretos; privatização; eliminação das barreiras de entrada e saída; garantia dos direitos de propriedade (DUPAS, 2003, p.102).

Assim, a utilização das orientações do Consenso de Washington nos Estados latino-americanos foi colocada em prática para assegurar o crescimento econômico, que era fundamentado no curso livre do mercado e do capital financeiro.

Desse modo, a reforma estatal ocorrida no Brasil, não politizou os debates acerca do seu significado, dos seus programas e das suas conseqüências, sendo que reduziu o processo da reforma aos aspectos administrativos e financeiros. Nesse sentido, o Estado reformado não foi capaz de efetuar intervenções relevantes com rebatimentos na área social, pois os mecanismos reformadores não estavam socialmente conduzidos.

Esse modelo de reforma e de Estado não foi ultrapassado pelo novo governo eleito em 2002, uma vez que, no início do mandato, revelou o compromisso governamental em dar continuidade às reformas estatais. Sader (2004) exemplifica a preocupação do governo Lula em aprovar as reformas da previdência social e a tributária, o que revela a manutenção da política econômica anterior. A reforma previdenciária no Governo Lula:

[...] caracteriza-se por ser mais um passo decisivo na destruição do Estado (processo iniciado no governo Collor), desconsiderando completamente a necessidade da promoção da universalização da cobertura do risco-velhice e adotando a agenda do FMI, do Banco Mundial e dos arautos do capital financeiro com relação aos fundos de pensão (MARQUES; MENDES, 2004).

Desse modo, verifica-se que o processo de reforma ocorrido fez-se com base nas orientações de organismos internacionais, considerando suas diretrizes sobre questões de cunho financeiro.

A análise da configuração da economia brasileira, a partir da década de 1990, permite visualizar a concretização do modelo neoliberal, visto que houve um amplo crescimento das importações, com o objetivo de incentivar a atualização da tecnologia industrial. As privatizações e a desestruturação do Estado também ocorreram, deixando o mercado organizar e dirigir a economia, para que se

efetivasse a estabilidade da moeda nacional, e, então, o Brasil fosse estimado como um país de baixo risco perante as economias internacionais. Até mesmo a distribuição de renda e o emprego da população brasileira passaram a ser dependentes das decisões macroeconômicas.

Esses fatos demonstram que o desenvolvimento econômico recebe primazia na condução da política governamental do país, sobrepondo-se ao crescimento dos indicadores sociais populacionais. Nessa direção, Dupas (2003, p.62) informa que:

[...] a produção político-legislativa do direito passa a ser influenciada, por um lado, pela ação de corporações e associações do setor privado – organizada por meio de grupos de pressão – nas áreas de relações de trabalho e de regulação da atividade econômica; por outro, no seio do Estado, a influência se dá pela interpenetração e decomposição dos órgãos públicos em múltiplas instâncias decisórias.

Com isso, o campo dos direitos sociais recebe fortemente os rebatimentos da influência econômica, o que implica na sua restrição e fragmentação.

Concentrando-se a análise sobre os indicadores sociais brasileiros atuais, verifica-se, conforme dados da Exclusão Social no Brasil de Amorim e Pochmann (2004), que trabalharam dados estatísticos do ano de 2000, o país mantém graus de escolaridade baixos e aproximadamente metade dos municípios excluídos socialmente. Paoli (2002) também aponta dados do Brasil de 2000, constatando que 34,9% da população - 54,4 milhões de pessoas - estão na condição de pobres, ou seja, aqueles que conseguem se alimentar, mas não serem inclusos em programas habitacionais; e 8,7% - 13,6 milhões de pessoas - são consideradas indigentes, os que não têm acesso às necessidades básicas.

O documento “Síntese de Indicadores Sociais 2005” (2006), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), complementa as informações referenciadas ao contextualizar aspectos sociais do Brasil, referentes ao ano de 2004. O estudo abordou algumas temáticas sobre a realidade brasileira, entre as quais há o destaque para educação e desigualdade no rendimento das famílias.

No que diz respeito à educação, a pesquisa demonstra que o país possui uma proporção de 11,4% da sua população, a partir de 15 anos de idade,

que afirma não saber ler ou redigir uma carta simples. Esse índice está acima de alguns países em desenvolvimento, como o Chile (4,3%), a Argentina (2,8%) e Cuba (0,2%). A escolaridade da população adulta (25 anos em diante) é compreendida de analfabetos (30%), adultos que não concluíram o ensino fundamental (40%), sendo que somente 9% o completaram, 18% concluíram o ensino médio e 8% o superior.

Com relação à renda familiar, 23,6% das famílias brasileiras sobrevivem com rendimento *per capita* de apenas ½ salário mínimo, o que configura uma situação de vulnerabilidade social. Somente 6,4% das famílias vivem com uma renda *per capita* de mais de 5 salários mínimos, que correspondia a R\$ 1.300,00 no ano de 2004. Foi verificado que os 10% mais ricos (que recebem a receita de 9,2 salários mínimos *per capita*) tinham um rendimento quase 19,3 vezes superior aos 40% mais pobres (que contam com 1/2 salário mínimo *per capita*).

Por outro lado, cabe pontuar, de acordo com dados da pesquisa do IPEA⁷: “Nota técnica: sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil” (2006), houve uma diminuição no “grau de concentração de renda” *familiar per capita*, reduzida a 4% nos períodos de 2001 (0,593) a 2004 (0,569), chegando no seu menor índice das 30 décadas anteriores. Tal queda ocasionou a diminuição de 3,2% de pessoas pobres, o que significa a redução de “mais de 5 milhões de brasileiros dessa condição”. Não se pode desconsiderar a relevância desta queda na desigualdade, no entanto:

Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada: a renda apropriada pelo 1% mais rico da população é igual à renda apropriada pelos 50% mais pobres. [...] seriam necessários 20 anos para que o país passasse a apresentar uma distribuição compatível com os países que têm nível de desenvolvimento comparável ao brasileiro (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006, p.8).

⁷ Referencias obtidas no site: www.ipea.gov.br/pub/notas/notastecnicas9.pdf; Disponível em 02/10/2006. Esta pesquisa baseou-se no estudo da “distribuição de pessoas segundo a *renda familiar per capita*”, de acordo com o coeficiente de Gini, utilizado na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, que mede a “desigualdade de renda”. Este valor é de 0 a 1, sendo os indicadores próximos a 0 quando há menor índice de desigualdade e próximo a 1, maior desigualdade.

Também verificou alguns “determinantes imediatos da *renda familiar per capita*”: “características demográficas das famílias”; “transferência de renda”; “remuneração de ativos”; “acesso a trabalho, desemprego, e participação no mercado de trabalho”; e “distribuição dos rendimentos do trabalho” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006, p.4).

É preciso deixar claro que a desigualdade de renda no país é um problema social a ser enfrentado continuamente, por intermédio de políticas sociais públicas, de caráter universal.

Para a consolidação de um projeto de sociedade sustentável, o Brasil apresenta índices sociais que estão muito distantes dessa realidade. Almeida et al. (2004, p.37) ratifica a afirmação ao mencionar:

É incontestável que um país com péssima distribuição de renda, alta taxa de desemprego e cerca de 40% da sua população vivendo no limite, ou abaixo, da linha de pobreza não apresenta condições sociais muito favoráveis para construir um projeto de sociedade sustentável.

Dessa forma, diante dos dados apresentados da conjuntura social brasileira, cabe ressaltar que a perspectiva do Estado reduzido, prevista pelos organismos internacionais como o BM e o FMI, faz com que a própria educação, a distribuição de renda, a alocação dos recursos públicos na área social não sejam considerados, no plano governamental, como prioridades, elevando o número de pobres estruturais e marginais que não são incorporados à economia.

Assim, a conseqüência das propostas neoliberais efetivadas no Brasil é apontada por Soares (2001, p.157): “A resultante dessa perversa combinação, em um país como o Brasil, onde a pobreza não é residual, foi (e continua sendo) o agravamento da miséria, associada ao total desmantelamento das políticas sociais”.

Realmente, as contradições do modelo neoliberal de prover políticas sociais são evidentes, visto que de um lado as demandas de proteção social crescem demasiadamente, pois a pobreza, o desemprego, a exclusão e as desigualdades colocam a necessidade de políticas sociais ao seu enfrentamento. Entretanto, a manutenção de um modelo reduzido de gasto social, restringe a ação estatal de determinar diretrizes universalizantes e emancipatórias para as políticas públicas sociais. Assim, apesar de existir um número ilimitado de pessoas que precisam ser atendidas por um sistema de seguridade social, não há propostas orçamentárias amplas que incluam a grande maioria dessa população, que não tem suas necessidades básicas garantidas.

É importante reconhecer que houve um aumento significativo do gasto social, na atual gestão petista⁸, com o investimento nos Programas de Transferência de Renda, no caso o Bolsa Família, que reuniu em um só Programa o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. O montante dos recursos transferidos aumentou 208% entre os anos de 2002 e 2005, como também o valor em Reais repassados às famílias cresceu em 180%. Neste sentido, se em 2002 (gestão anterior) foram investidos R\$ 2,3 bilhões, em 2005 (gestão atual) foram investidos R\$ 7,1 bilhões. No que diz respeito ao valor recebido em média por família: em 2002, eram R\$ 25,00 e, em 2005, R\$ 70,00. Deste modo, não se pode negar que o gasto social em Programas de Transferência de Renda aumentou consideravelmente.

Sabe-se que em um país como o Brasil, com índices sociais precários, torna-se viável a adoção e a implementação de programas de renda mínima por parte do Estado. No entanto, de acordo com Sposati (2001, p.78-79), compreender a dimensão da “renda mínima” a somente “[...] um programa de transferência de recursos financeiros”, é direcionar tais programas a um alcance “[...] restrito, com ênfase no mercado e que não interage com os aspectos múltiplos da inclusão”. Por outro lado, “Na óptica redistributiva, a renda mínima é uma política de complementação de serviços básicos e uma extensão da proteção social na salvaguarda da dignidade humana como direitos”.

Neste sentido, apesar dos programas de transferência de renda tornarem-se importantes no cenário brasileiro, é relevante destacar que estes não constituem a política de proteção social pública, uma vez que compõem “[...] um aperfeiçoamento do sistema de proteção social, uma política de complementação das políticas sociais, um instrumento de equidade e de redistribuição social” (SPOSATI, 2001, p.80). Deste modo, não se desconsidera a necessidade de os programas de transferência de renda serem aplicados de modo eficaz na realidade brasileira. No entanto, a proteção social estatal não se reduz a tais programas e deveria remeter a um conjunto de práticas articuladas, de modo a garantir a universalidade das políticas sociais aos cidadãos, por meio de práticas que visem consolidar uma sociedade mais justa socioeconomicamente.

⁸ Informações referentes ao investimento social no Governo Lula retiradas do documento “Balanço Comparativo Governo Lula”, disponível em www.pt.org.br/site/assets/cartilha03.pdf. Acesso 02/10/2006.

Para que a rede de proteção social se concretize, é preciso que o Estado atue amplamente, não apenas em programas de transferência de renda, como também em práticas que garantam os direitos humanos à população, no sentido desta ter acesso aos serviços essenciais para ter condições dignas de vida, como emprego formal, gerando emancipação social à população brasileira, de uma forma geral.

Neste sentido, apesar do avanço da atual gestão, no que se refere ao gasto social em programas de transferência de renda, pode-se concluir que os fenômenos sociais que continuam no cenário contemporâneo brasileiro, como o desemprego, a pobreza e a desigualdade em diversos aspectos da vida humana, geram um grande número de pessoas que ficam à margem da sociedade, visto não terem acesso à inserção econômica, aos serviços sociais, por estarem excluídos de condições dignas de trabalho, do ingresso nos espaços e nas instituições públicas, desprovidos de alguma perspectiva de inclusão social. Assim, as políticas sociais são demandadas pelos problemas sociais que as legitimam, devido à estrutura e à conjuntura do país que necessita de serviços e de benefícios sociais.

Por outro lado, as políticas de ajuste econômico ocasionam sobre as políticas sociais a deterioração dos serviços propostos por estas. As políticas fragmentadas, pontuais, seletivas e focalizadas na pobreza, postas em prática no Brasil como se fossem políticas públicas sociais com caráter de direitos, não conseguem atender aos críticos problemas de uma sociedade desigual e complexa como a brasileira, não chegando a realizar um trabalho com perspectiva de emancipação, de justiça social e de cidadania à população.

É importante destacar que, de acordo com Soares (2001, p.346), as políticas sociais focalizadas como uma das estratégias neoliberais difundidas, ressaltam o pressuposto de que os gastos e os serviços sociais deveriam ser dirigidos apenas aos pobres. Há a necessidade, então, de comprovar a pobreza dos usuários de tais políticas, via 'testes' que dão ou não o "direito" de acesso aos serviços públicos. Essa forma de conceber a política social é totalmente contrária ao conceito de cidadania e de direitos humanos, haja vista seu conteúdo discriminatório e vexatório para os usuários desses serviços.

Outro aspecto que deve ser mencionado com relação à ofensiva neoliberal, no que diz respeito à reforma do Estado, envolve o processo de privatização dos bens públicos que deveriam ser administrados por empresas

privadas, consideradas mais eficazes e geradoras de lucros pelos idealizadores neoliberais.

A privatização dos serviços públicos posta em prática no Brasil, preconizada pela reforma estatal, é descrita por Kameyama (2001) como a articulação entre o Estado e as corporações privadas, cujo processo cria uma relação de trabalho entre o primeiro, que institui as normas e transfere os recursos, e aquelas, incumbidas da produção dos bens e da distribuição dos serviços. Nessa interação, quem cresce economicamente é o setor empresarial que se conduz pela lógica mercadológica na administração dos recursos públicos.

Há muitas formas de se privatizar bens públicos, dentre elas a passagem ao campo privado de instituições públicas e também o rompimento de programas governamentais, retirando do Estado responsabilidades particulares, repassando a demanda desses serviços para o âmbito privado. Em síntese, privatizar os serviços e os benefícios sociais públicos tem como finalidade acender uma área inovadora para a aplicação do investimento privado, na medida em que as empresas lucram com o processo de privatização.

A privatização acaba por aviltar os espaços públicos, e o uso da justificativa de que os recursos estatais são escassos é uma forma de obscurecer o que está por trás da realidade social, ou seja, “Trata-se, efetivamente, do abandono – pela sociedade contemporânea – de valores essenciais que distinguiam e defendiam o espaço público” (DUPAS, 2003, p.66-67). Assim, esse fato fica comprovado quando os Estados não recolhem os impostos totais que deveriam ser recolhidos das organizações privadas, como um incentivo para que estas determinem e executem projetos sociais nas comunidades.

No processo da reforma estatal, com a remodelação da função social do Estado, ocorre a transferência da responsabilidade deste, em prover políticas públicas, para as famílias, para as associações comunitárias, para as organizações não-governamentais, para as instituições filantrópicas tradicionais e para o setor empresarial. Com isso, há o estímulo ao setor privado em cumprir o papel atribuído à esfera pública. Essas corporações são tidas, na perspectiva neoliberal, como possibilidades de prestar serviços sociais de uma forma mais eficaz, competente, flexível e dinâmica.

Conforme Dupas (2003, p.23), a utilização dos termos espaços “públicos” e “privados” precisam ser compreendidos, na medida em que estes são

dimensões contraditórias, complexas e revelam interesses divergentes. Para o autor, “[...] o interesse público pode ser entendido numa relação antagonista tanto com o interesse do indivíduo – ou grupo de indivíduos com demandas específicas – como com o interesse da empresa”. Assim, o âmbito privado é movido por particularismos que não pretendem representar os interesses da coletividade.

Ao contrário da esfera privada, cujo espaço prima pela satisfação das necessidades individuais ou de grupos particulares, a esfera pública é o universo que pertence a todos, pois a coletividade discute e decide sobre o que é publicamente relevante para a sociedade de uma forma geral.

Arendt (1998) expõe que a esfera do espaço público deveria ser o local que os sujeitos sociais exercem sua condição de cidadãos, ao participarem ativamente na vida política da sua comunidade, coordenando práticas em torno de objetivos comuns.

O espaço público deveria possibilitar aos sujeitos sociais que:

[...] os socialmente desiguais se encontram em equivalência como atores e sujeitos autônomos do protagonismo político e civil e, pelo exercício conjunto e conflitivo do debate, reflexão e deliberação sobre um mundo comum, avancem para além das garantias constitucionais e jurídicas ao concretizar o direito de participar na pluralidade das demandas da cidadania (PAOLI, 2002, p.403).

Assim, o local público seria edificado universalmente e a organização da coletividade remeter-se-ia ao movimento de luta pela concretização dos direitos inerentes à pessoa humana. A participação dos sujeitos sociais neste espaço implica posturas políticas reflexivas, ao deliberarem sobre aspectos referentes à condição de vida da coletividade.

Neste sentido, o espaço público seria o local que:

[...] os indivíduos teriam a liberdade de se expor, discutir e chegar a um ‘senso comum’ necessário à construção de um ‘mundo comum’, que é artefato humano e depende de uma forma específica de sociabilidade. No aspecto do comunicável, a esfera pública impõe o critério de relevância, exigindo dos indivíduos a discussão de assuntos tidos como importantes para a coletividade. Por meio da ação e do discurso, cada um pode manifestar a sua singularidade, e a pluralidade de idéias é essencial nas deliberações que todos, em conjunto, devem tomar (CASTRO, 1999, p.11).

Deste modo, a esfera pública permite que os sujeitos sociais se tornem ativos na construção de assuntos que envolvem o benefício da coletividade, concretizando o exercício da cidadania.

Assim, a atuação da sociedade civil remete a práticas ativas nos espaços públicos, proporcionando aos indivíduos sociais autonomia e participação, ao lutarem pela garantia dos direitos aos grupos sociais. Conforme a Constituição Federal de 1988, o fortalecimento da sociedade nos espaços públicos envolve o protagonismo desta em ser ativa na formulação e no controle das políticas públicas sociais. Todavia a concepção da população participativa está restrita pela ideologia neoliberal, visto que:

[...] a 'conjuntura constitucional' e seus avanços no campo dos direitos sociais e da participação popular na sua formulação e fiscalização foi contra-arrestada pelo avanço de um discurso que, usando o argumento da necessária redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, passa também em investir na participação social no campo da sociedade civil. Esta participação é incentivada, a partir dos anos 1990, pelo projeto neoliberal em ascensão, não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais, mas na direção de transferir e atribuir às organizações da sociedade civil o papel de agentes do bem-estar social mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas (SOARES apud DURIGUETTO, 2005, p.89-90).

Então, a sociedade civil é convocada para participar no enfrentamento da questão social brasileira, através da formação do Terceiro Setor, constituído por Organizações Não Governamentais (ONGs), associações filantrópicas, grupos e organizações das comunidades e atividades voluntárias. No entanto, não há o enfoque pela constituição de espaços plurais e democráticos que possibilitem a participação da sociedade nos processos de controle social.

Quanto ao Estado, por ser considerado pelos neoliberais como burocrático, atrasado e ineficiente, sua reforma ocorreu em relação à redução da intervenção na área social.

Com relação ao mercado, sua esfera é demasiadamente valorizada pelo neoliberalismo, visto que seus serviços privados são tidos como eficazes e produtores de maiores resultados, o que ocasiona benefícios ao crescimento econômico. E a área mercantil está também sendo "chamada" (e aceitou esta comissão devido aos interesses de ordem econômica) para atuar nos inúmeros

problemas sociais do país, por adotar, nas gestões empresariais, programas de responsabilidade social.

Dupas (2003, p.40) acrescenta que a “[...] difamação das instituições públicas acompanhou o discurso dos que promoveram a ‘sociedade civil’, o que levou à perda da noção do espaço público com promoção do bem coletivo”. É por isso que a agressão neoliberal à esfera pública veio acompanhada da idealização dos mercados globais.

Para ocorrer uma economia estável, os direitos sociais foram continuamente suprimidos. Há a convocação da responsabilidade individual, colocando a cidadania como um modo de consumir privadamente, ao contrário da participação dos cidadãos, o que ocasionou o esvaziamento do espaço público, continuamente degradado, na medida em que deixou de expressar os objetivos e os interesses da sociedade, visto que as ações coletivas não têm como alvo beneficiá-la, mas sim concretizar a satisfação particular de cada indivíduo.

Pode-se, então, afirmar que a constituição de espaços plurais e democráticos está se restringindo a práticas de consumo, visto que “[...] o individualismo extremo, que abandona a vida social aos aparelhos de gestão e aos mecanismos de mercado; e a desagregação das sociedades política e civil” (DUPAS, 2003, p.11) comprometem o real significado do exercício da democracia, que é a participação dos sujeitos sociais nas decisões políticas do seu país, visando, não ao benefício próprio, mas ao da coletividade.

Como a idéia de sociedade civil, na contemporaneidade, foi incorporada pelo setor mercantil e não pela esfera estatal, as relações sociais atuais não produzem uma noção de coletividade; ao contrário, há uma nova organização de classe social, separada das outras por desigualdades de riqueza e de posição social, ou seja, há, de um lado, os incluídos ao sistema capitalista e, de outro, os excluídos socioeconomicamente.

Para contribuir com a lógica desse sistema desigual, a ênfase nas ações propostas para a sociedade civil está intimamente relacionada à redução das responsabilidades sociais estatais, como também à desmobilização dos atores e das organizações sociais que objetivam realizar práticas contra-hegemônicas ao capital.

Nas considerações de Duriguetto (2005, p.91):

[...] a sociedade civil [...] torna-se, agora, um termo apropriado para ser funcional ao projeto neoliberal na sua nova modalidade de trato da questão social e de reforçar, cada vez mais, a lógica da solidariedade e da concessão no que tange às políticas sociais pela via da despolitização das lutas das classes subalternas na sociedade civil .

Assim, os pressupostos do neoliberalismo colocam, como função da sociedade civil, o contínuo crescimento de sua atuação na área social, motivada por práticas “solidárias”, visto que o Estado deve reduzir suas atividades neste âmbito.

Segundo Nogueira (2005, p.14), é a visão do mercado que predomina atualmente nas relações entre os indivíduos sociais:

[...] tudo tende a ser reduzido a uma relação de compra e venda, incluindo os direitos, a justiça, a igualdade e assim por diante. Tudo vira mercadoria. Hoje temos uma situação tendencialmente disposta no sentido da idéia de que os direitos sociais também podem ser ‘comprados’: os que podem pagar por eles são lançados para fora do campo público, e os direitos sociais propriamente ditos (direitos publicamente garantidos, universais, cobertos pelo imposto recolhido pela sociedade) são quando muito, previstos exclusivamente para os mais pobres.

Com isso, essa forma de reduzir as relações sociais aos parâmetros mercadológicos, que têm uma base utilitária e imediatista e busca com primazia o crescimento do capital financeiro, pode reproduzir aspectos positivos no campo econômico, mas debilita e torna ilegítimo o âmbito dos direitos sociais. Esse fato dramatiza, de forma contínua, a situação socioeconômica da maioria da população brasileira que está excluída do acesso, que deveria ser universal, às políticas sociais estatais, a cada dia focalizadas nos mais pobres.

É importante salientar que os complexos problemas da sociedade não estão sendo resolvidos na esfera pública, por meio de propostas estatais coerentes com a realidade social brasileira, visto que os princípios corporativos empresariais têm uma solução mais eficaz e mais técnica sobre essa questão social, segundo a concepção dos que aderem à perspectiva neoliberal.

Por isso, é a partir da compreensão dos neoliberais de que os Estados nacionais não têm a capacidade de resolver os inúmeros problemas sociais, ocasionados pelo modo de conduzir a economia global, que se abre espaço para as práticas de responsabilidade social empresarial.

1.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONCRETIZAÇÃO, DILEMAS E PRIORIDADES

A responsabilidade social empresarial expandiu-se consideravelmente na década de 1990⁹, período em que o país aderiu a perspectiva do neoliberalismo. As conseqüências negativas das políticas neoliberais para a sociedade brasileira implicaram propostas de ações entre as organizações da sociedade civil e as organizações de mercado. Então:

O recuo das políticas públicas e a admissão de esgotamento dos Estados nacionais em sua missão de mediar, pelo exercício da política, as crescentes tensões sociais fruto dos efeitos negativos do capitalismo global, levaram as grandes corporações – por sua vez – a descobrirem um novo espaço que está rendendo altos dividendos de imagem pública e social: o desejo dos governos de empurrar para o âmbito privado as responsabilidades e os destinos da desigualdade (DUPAS, 2003, p.75).

Assim, com o repasse do Estado do provimento de serviços sociais para outras organizações privadas, o empresariado cresce nesse âmbito de atuação.

É por intermédio da redução do Estado na garantia dos direitos sociais, adotando posições do mercado na forma de conduzir as políticas de proteção social, que o desenvolvimento de ações sociais empresariais destacam-se. Tem-se que:

Ao enfatizar a necessidade de maior participação da sociedade no enfrentamento da pobreza, esta discussão deu passagem à expansão da idéia de parceria como estratégia privilegiada para a produção de um novo padrão de relacionamento entre o mercado, o Estado e as organizações da sociedade civil. Foi nesse movimento que avançou a incorporação, por parte do mercado, da noção de responsabilidade social, materializada na montagem de fundações e associações que deveriam servir como canais para concretizar o investimento do setor empresarial na área social, ambiental e cultural (COSTA; GÓIS; SANTOS, 2004, p.86).

⁹ De acordo com Costa, Góis e Santos (2004, p.84) são exemplos do crescimento da responsabilidade social, no período referenciado, alguns fatores: a origem das fundações e instituições empresariais orientadas para a ação social responsável, como o “Grupo Institutos, Fundações e Empresas” de 1995, o “Instituto Ethos de Responsabilidade Social” de 1998 e o Instituto de Cidadania Empresarial” de 1999. Também, há a ampliação de projetos sociais empresariais e das premiações oferecidas às melhores ações sociais, organizadas como o “Selo Empresa Cidadã”, de 1998 e o “Selo Amiga da Criança”, de 1995.

É justamente nesse cenário de desresponsabilização do Estado, frente às políticas públicas sociais, que se abre espaço para o surgimento e ascensão de novos atores no cenário social e político da sociedade brasileira, dentre estes o empresariado.

O Estado neoliberal, ao se retirar do campo de discussão para constituição de serviços sociais de qualidade para uma população necessitada e deslocando o debate por melhores políticas públicas na esfera privada, está valorizando excessivamente o mercado na condução, formulação e execução de políticas sociais, cujo setor, na maioria dos casos, não intervém socialmente, conforme a esfera pública estatal que deve preocupar-se com o benefício da coletividade.

Há o interesse na consolidação do Projeto de Responsabilidade Social Empresarial na realidade brasileira, tanto pelo Estado quanto pelos empresários. Para o Estado, sendo sua ideologia hegemônica atual o neoliberalismo, é relevante a parceria adotada com o setor privado para a intervenção na área social, visto que esse fato contribui para a redução das funções estatais nessa área e atribui ao mercado a excelência na prestação de serviços.

No que se refere ao empresariado, há crescentemente a percepção de que o contexto social e econômico do Brasil torna-se uma grande restrição das práticas empresariais, uma vez que:

Gradativamente, empresários e executivos atuantes no Brasil vêm se conscientizando de que essas condições perversas da estrutura socioeconômica do país são fortes limitadores das perspectivas de rentabilidade de seus negócios. Tais obstáculos podem ser ainda mais fortes para as expectativas de internacionalização de empresas que buscam posicionamento significativo na economia globalizada (FISCHER, 2005, p.8).

Deste modo, a situação de vulnerabilidade e exclusão socioeconômica, na qual se encontra grande parte da população brasileira, é um fato que dificulta o desenvolvimento das empresas, tanto no mercado nacional, como no internacional, sendo que atuar socialmente constitui-se uma alternativa para contribuir com o desenvolvimento social e, concomitantemente, com o das empresas.

No parecer de Tenório (2004, p.33), são variadas as explicações que fazem com que as empresas se preocupem em adotar uma postura mais responsável na área social. Dentre tais razões, pode-se pontuar as “pressões externas” e a “forma instrumental”.

No que diz respeito às “pressões externas”, estas advêm das leis referentes ao meio ambiente, às imposições postas pelos consumidores e pelas comunidades locais impactadas pela ação empresarial, à requisição pelos sindicatos de ações que levem em consideração os direitos dos trabalhadores. Todas estas formas de “pressão” coíbem a atuação irresponsável das corporações perante a sociedade.

Coloca-se, ainda, como “pressão externa”, o modo de agir de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial do Comércio (OMC) que, por intermédio do programa “Global Compact”, estimula as corporações mundiais a exercerem intervenções que se configurem como responsáveis, pela constituição de “[...] códigos de conduta e princípios básicos relacionados à preservação do meio ambiente, às condições de trabalho e ao respeito aos direitos humanos” (TENÓRIO, 2004, p.33).

Neste sentido, a atitude positiva das empresas perante tais pressões, que incentivam uma postura mais responsável, no que se refere ao meio social e ambiental no qual estão inseridas, advêm do interesse econômico, para que as próprias empresas garantam a sua manutenção no mercado competitivo.

A “forma instrumental” de fomentar a constituição de ações sociais pelas empresas consiste no modo como elas são beneficiadas, seja pela natureza econômica dos incentivos ou pelo retorno de *marketing* empresarial, que ocasionam uma imagem positiva perante a sociedade. Como exemplo de estímulos, está a isenção de impostos, concedida pelo governo às corporações que desenvolvem projetos sociais nas comunidades e estimulam práticas relacionadas à cultura e à educação física.

No entanto, há sérias limitações ao caráter público dessas ações empresariais realizadas nas comunidades por motivações da “forma instrumental” e requisições das “pressões externas”, pois, no primeiro caso “As companhias utilizam-se de recursos que originariamente seriam públicos para a promoção de sua imagem” e, em ambos fatores, “[...] elas, ao que parece, não garantem a continuidade de investimentos sociais a longo prazo” (TENÓRIO, 2004, p.35).

Dessa forma, a perspectiva universal dada às políticas sociais como responsabilidade estatal não se concretiza, muito menos ao se transferir incentivos fiscais governamentais às empresas, que não se responsabilizam por esta tarefa. Isto por dois motivos: primeiramente, porque não é da natureza empresarial constituir políticas sociais de caráter universal, pois o setor privado pode ser complementar à intervenção estatal na configuração de serviços sociais às comunidades; depois, porque a partir do momento em que houver uma retração das pressões societárias e dos Organismos Internacionais, bem como a redução de isenção de impostos, a motivação para a construção de ações sociais será reduzida e, conseqüentemente, ocorrerá a restrição do investimento empresarial na área social.

Cabe acrescentar que o empresariado concebe a responsabilidade social como uma eficaz estratégia competitiva para aumentar seu lucro e seu desenvolvimento financeiro, pois uma organização tida como “responsável” atrai mais investidores, acionistas e consumidores. Desse modo, “Quando a empresa é socialmente responsável, atrai os consumidores e aumenta o potencial de vendas, gerando maiores lucros para os acionistas” (ASHLEY, 2004, p.8). Por isso, as corporações, que têm em sua gestão projetos de responsabilidade social empresarial, estão bem-sucedidas no mercado de negócios, permanecendo na economia como modelo de empresa.

É por intermédio da noção de parceria entre o mercado, o Estado e a sociedade civil que as novas formas de atuar nos problemas da sociedade brasileira são colocadas. O mercado, como um desses expoentes, através das empresas, executa projetos de responsabilidade social para intervir nos fenômenos sociais. Para dar materialidade à atuação social responsável, a corporação organiza fundações empresariais ou consolida gestões de responsabilidade social para canalizar o investimento do setor privado.

Torna-se relevante destacar que as empresas podem atuar socialmente de forma isolada, sem realizar a articulação com outros interlocutores, como o Estado, a sociedade civil organizada e outras empresas ou entidades, o que comprometeria o projeto de responsabilidade social ser consolidado de uma forma integrada com os diversos setores que atuam na área social. As ações desarticuladas trazem como conseqüências práticas fragmentadas e focalizadas.

Por outro lado, Beghin (2005) faz um alerta sobre a utilização do termo “parceria”, que pode se traduzir em atitudes não democráticas, ao favorecer o interesse privado em prejuízo do público. É preciso atentar para que a parceria público-privada não seja marcada pela transmissão de responsabilidades estatais para o setor empresarial, no sentido de transferir o poder político para intervir na realidade, conforme os interesses da esfera privada. Isso porque essa prática apenas irá contribuir para submeter e reduzir os serviços sociais prestados à população em procedimentos de atuação técnica, com objetivo de gerar lucro e eficácia, cujos motes fazem parte do mundo mercantil.

Há contradições em aceitar o mercado como o caminho para regular os recursos econômicos e sociais, visto que a esfera mercantil agrega valores individuais. O modelo neoliberal, ao enfatizar que o Estado se exima de suas responsabilidades com relação às políticas sociais, repassando-as para a sociedade civil, ocasiona a ruína da política:

O que a destruição do público opera em relação às classes dominadas, [...] é a destruição de sua política, o roubo da fala, sua exclusão do discurso reivindicativo e, no limite, sua destruição como classe; seu retrocesso ao estado de mercadoria, que é o objetivo neoliberal (OLIVEIRA, 2000, p.79).

Desse modo, o neoliberalismo, com sua racionalidade privada ao reduzir as intervenções sociais estatais, levando a participação de outros atores para a execução dos serviços sociais, como o empresariado, acaba por diminuir o conceito de política social, porque os usuários dos serviços privados estão, na maioria das vezes, exonerados do diálogo, de formas de reivindicação, submetendo-se a concordar com o modelo estabelecido pela lógica mercantil.

De acordo com Dupas (2003, p.78), a atuação social das organizações empresariais não politiza a questão social, visto que sua prática intensifica-se quando há a retração das garantias e dos direitos sociais pela ação do Estado e, como é próprio de sua organização, sendo privada e fazendo parte das relações mercantis, não está “[...] aberta pelo conflito interno no terreno das próprias políticas públicas, visando criar compromisso e qualidade diante dos cidadãos”. É na falta e também ausência de políticas sociais públicas, antes atribuídas como responsabilidade estatal, que o empresariado passa a atuar na área social, ou seja, “[...] privatizou-se a esfera pública e publicizaram-se os interesses privados”. Deste

modo, as corporações, ao apoderarem-se da esfera pública, alterando-a em um local publicitário, fazem com que os cidadãos que participam desse novo espaço, o façam como consumidores de serviços e não mais como sujeitos que desempenham sua capacidade de participação crítica na administração dos assuntos comuns e coletivos.

Assim, a prática da cidadania torna-se fragilizada, uma vez que esta implica a existência e a expressão dos conflitos pelos atores sociais, sendo mediados pela associação política. Isso porque lutar pela cidadania envolve o direito à discussão e à expressão da fala, revelando interesses contraditórios. A falta de discussões e de argumentos sobre determinado assunto minimiza as decisões da sociedade civil para o âmbito privado.

Isso ocorre porque a direção da responsabilidade social empresarial está conectada ao deslocamento da concepção de decisão dos serviços sociais estatais com a participação dos cidadãos, para o ideal de administração eficaz dos bens sociais, que tem como diretriz a repartição destes de forma privada e eventual. Desse modo, as práticas empresariais “responsáveis” desfazem a conotação do público e do político, ao intervirem na realidade social.

Nesse sentido, existe uma restrição entre a motivação do setor privado e a sua atuação pública nas atividades sociais das organizações empresariais. Isso porque a cidadania, compreendida sem o viés particularista, envolve a construção de um espaço comum, para o qual as práticas sociais estão norteadas, visando ao bem público, quando amplia a consciência do direito do cidadão de participar nos assuntos coletivos. Entretanto, a forma atual do sujeito social ser ativo na sociedade, no que diz respeito à participação por meio das instituições privadas, tem como característica a passividade, visto que o âmbito empresarial enfatiza os aspectos administrativos e práticos de variadas questões, sejam de ordem econômica ou social.

Na mesma direção de análise, Paoli (2002, p.379) ressalta que a responsabilidade social empresarial serve como complemento à ideologia neoliberal, uma vez que os programas advindos da ação social das empresas, possuem, como critérios norteadores, a perspectiva da globalização hegemônica que remete à “expulsão” da população beneficiada de um “contrato social” público, relativamente estável, como também a forma aleatória privada de decidir quando e onde os

programas devem ser implementados e tentar resolver a exclusão social pela “lógica do capital transnacional”.

Assim, buscar respostas aos problemas sociais brasileiros, mediante critérios econômicos, fragiliza os direitos da população em ser atendida na sua totalidade, com políticas sociais públicas de caráter universal e emancipador.

Como contribuição para essas considerações, Beghin (2005) constata que, sendo a atuação das organizações privadas uma resposta do neoliberalismo à questão social¹⁰ brasileira, esse modelo de ação acaba por despolitizar o debate sobre as desigualdades sociais, ao colocar o enfrentamento da pobreza em um outro patamar, que não corresponde ao âmbito dos direitos sociais, mas sim em sua regulação, no sentido de buscar a harmonia social.

Esse fato revela uma postura conservadora do neoliberalismo, já que ter uma parcela significativa de pobres à margem da sociedade é inerente a este modelo político-econômico, não sendo necessário articular intervenções baseadas no direito, na cidadania ativa e na autonomia dos usuários dos serviços sociais.

Paoli (2002, p.378) não desconsidera a capacidade inovadora da atuação responsável pelas empresas nos inúmeros problemas da sociedade brasileira, mas também pontua que “[...] é visível que esta mobilização oculta as políticas que aprofundam a exclusão social e desorientam politicamente a própria sociedade brasileira [...]”. Isso ocorre porque tais ações empresariais apropriam-se, de forma lucrativa e conforme os interesses privados, da esfera que se estende como ato “civil” a uma população específica.

Cabe ressaltar que as ações sociais empresariais acabam por interromper o processo público democrático entre as necessidades demandadas e os direitos dos usuários, no qual o cidadão é ativo e participativo sobre tais aspectos, ao comparecer na esfera pública, atuando além da imagem passiva do beneficiário, o que muitas vezes ocorre nos serviços privados:

¹⁰ Acerca do conceito de questão social, Beghin (2005) enfoca a concepção de Castel (apud BEGHIN, 2005) que não reduz a “questão” à pobreza e à miséria simplesmente, mas insere tais aspectos da sociedade capitalista como ‘questão’ a partir do momento que afetam o equilíbrio da sociedade.

Internamente, diante de sua clientela específica, o modo de funcionamento de sua ação social também reproduz algo muito tradicional: transforma cidadãos designados como sujeitos de direitos em receptores de favores e generalidades, e, desse ângulo, a diferença com o velho modo de se fazer caridade repousa unicamente na excelência dos programas adotados e no compromisso de quem os cria (PAOLI, 2002, p.413).

Essa citação revela uma crítica com relação às práticas de responsabilidade social que não rompem com o viés conservador e “integrador” dos serviços sociais de cunho assistencialistas que, por sua vez, não rompem com as desigualdades, como também desmobilizam os sujeitos sociais.

Como contraponto a essa visão, Paoli (2002, p.413) destaca que o espaço privado tem o direito de se traduzir como “espaço público ativo”, quando suas intervenções revelam uma interface contínua com a conjuntura política societária e estatal, desde que esta esfera se mostre como um local de fácil acesso para o trânsito de informações e de “experiências” participativas e democráticas.

Portanto, se tais corporações estão resolutas a desenvolverem atuações sociais responsáveis, precisam incorporar, na gestão de responsabilidade social, uma perspectiva mais universal e concreta, isto é, introduzir nas empresas o conflito que advém das grandes desigualdades da sociedade, não ficando as práticas reduzidas a discussões superficiais e abstratas.

Fernandes (1994), ao fazer comentários sobre as práticas sociais realizadas por organizações privadas na América Latina, ressalta a necessidade de que tais atuações tenham um enfoque público, ou seja, de que os bens e serviços estejam ao alcance da coletividade. Acerca do papel representado pelo setor privado, há a seguinte constatação:

Não apenas o indivíduo, [...] mas também a pessoa jurídica, a instituição particular, passa a ser valorizada como um personagem do espaço comum. Como qualquer cidadão, os grupos particulares, lucrativos ou não, são portadores de direitos e deveres para com os demais (FERNANDES, 1994, p.97).

Assim, apesar do empresariado ser valorizado como um ator com possibilidade de intervenção no campo social, o que está posto atualmente é que a ação social empresarial coloca-se de acordo com o lucro da empresa, uma vez que ocasiona uma imagem positiva desta, como um eficaz recurso de *marketing*

empresarial, com implicações positivas no mercado. O principal objetivo das organizações empresariais é gerar lucro e crescimento de seu capital financeiro.

Ao ratificar essa afirmação, Froes e Melo Neto (2001, p.8) comentam:

Para as empresas, a lógica dominante é a realocação de suas atividades produtivas com o foco na maximização das vantagens tecnológicas, no aumento da produtividade, na busca da eficiência e na primazia do mercado. [...] Mudar tal racionalidade é completo delírio e insensatez. Porque o poder está com as empresas e não mais com o Estado e a sociedade.

Essa forma ufanista de encarar o “poder” das empresas apenas reafirma a posição de que sua “suposta” ação social responsável está a favor da lógica mercantil, da desqualificação do Estado nas obrigações públicas e também da desconsideração da sociedade civil, de uma forma mais ampla, no processo de implementação de projetos sociais.

Convém assinalar que Froes e Melo Neto (2001, p.10) consideram que o desenvolvimento de ações sociais empresariais é direcionado em benefício da comunidade local, ao redor da organização, e não da sociedade, uma vez que essa posição diminuiria “[...] os riscos de mobilização, conscientização, participação social em mais alto grau, o que poderia colocar em risco a racionalidade econômica e a ordem social e política vigentes”.

Esse tipo de responsabilidade social empresarial demonstra um modo reduzido de conceber os serviços sociais, ao contrariar as diretrizes da Constituição Federal de 1988, cujo documento legal determina que as atuações sociais executadas pelos seus diversos atores devem ter uma perspectiva de direitos, de autonomia, de participação, de emancipação para os seus usuários. Já que todos os setores (público e privado) são regidos por essa Constituição, os que se propõem a executar serviços sociais precisam incorporar seus princípios, isto porque tais intervenções são direcionadas a pessoas e não a mercadorias ou a números estatísticos.

Dessa forma, diante das considerações realizadas, pode-se afirmar que a passagem da demanda de responsabilidade social do Estado, órgão público, para o ativismo empresarial, setor privado, possui delimitações com relação à

perspectiva universal e pública dos serviços sociais, conforme preconiza a Constituição de 1988.

As atividades sociais empresariais no Brasil, segundo pesquisa do IPEA, realizada sob a coordenação de Peliano e Pinheiro (2006, p.11), demonstra que as ações mais realizadas pelos empresários (600 mil, 69% das empresas brasileiras) estão relacionadas à alimentação (52%) e à assistência social (41%). A pesquisa enfatiza que “De forma geral, o perfil do atendimento privado ainda é predominantemente emergencial” (PELIANO; PINHEIRO, 2006, p.21). Desse modo, são ações que se configuram em uma perspectiva imediatista, no sentido de atender as necessidades emergenciais e não uma postura empresarial que represente uma atuação baseada em direitos, que vise transformar uma realidade social, de forma mais ampla e totalizante.

No que diz respeito à motivação para exercer ações sociais para a comunidade, a pesquisa referenciada revela que o caráter é humanitário, de base filantrópica (57%). Até mesmo 21% dos empresários realizam ações sociais motivados por questões de cunho religioso.

Um dado interessante é o aumento de 47% das empresas que efetuam sua atuação social frente às solicitações de organizações estatais e societárias. A elevação deste índice “[...] pode estar relacionado a mobilizações das comunidades, que pressionaram mais pelo apoio das empresas, e dos próprios governos, que ampliaram as demandas em direção das novas prioridades sociais” (PELIANO; PINHEIRO, 2006, p.23). Este indicador demonstra o papel fundamental do movimento organizado da sociedade para demandar das empresas uma postura mais ativa na área social.

Quanto ao local onde são realizadas as atividades sociais, os dados expressam que, em aproximadamente metade do universo pesquisado, as empresas atuam nas comunidades vizinhas ao núcleo da empresa. Somente em 15% das instituições efetuam-se ações sociais na corporação e nas suas filiais e, 5% das atividades empresariais ocorrem em municípios, nos quais a organização não tem sede e nem filial.

As empresas atuam socialmente através de repasse de recursos a indivíduos ou comunidades em 54% dos casos e às instituições que efetuam projetos sociais, em 67% da amostra. Em contrapartida, a implementação de projetos sociais da própria empresa ocorre em 3% das organizações investigadas.

A pesquisa coordenada por Peliano e Pinheiro (2006, p.24-25) ainda verificou dois aspectos essenciais sobre a ação social empresarial: a continuidade do atendimento e a integração a uma estratégia empresarial. No primeiro caso, identifica-se que 40% das empresas afirmam atuar na área social de forma eventual, ou seja, caracteriza-se uma ação descontínua, pontual e emergencial.

No que se refere à atividade social incorporada no planejamento estratégico das empresas, de 600 mil corporações pesquisadas, somente 6% destas afirmam constar no orçamento o investimento social. Já 57% das empresas asseguram que a prática de ações sociais faz parte da estratégia empresarial, embora não possuam comprovação documentária e orçamento próprio para investimento em projetos sociais. Este dado revela o caráter pontual das ações sociais empresariais. Em consequência:

[...] não são realizados diagnósticos mais aprofundados sobre os problemas sociais locais, as ações realizadas não são planejadas, não se dispõe de uma estrutura administrativa própria para sua consecução e, ainda, não se procuram parceiros, governamentais ou não-governamentais, para potencializar o impacto das ações. Nesse contexto, opta-se por atender com uma certa regularidade ao grupo da população considerado o mais vulnerável, isto é, a criança, por meio de doações de caráter essencialmente assistencial (BEGHIN; PELIANO, 2003, p.68).

Neste sentido, as ações sociais das empresas no Brasil, em sua maioria, exercem práticas de filantropia, por intermédio de doações de recursos às atividades alimentares e assistenciais. Não há uma organização sistemática, documentação e orçamento próprios que envolvam o planejamento estratégico das empresas, mas sim uma atuação pontual e isolada. Não se constata uma prática mais ampla e consistente que fosse identificada como o investimento e o compromisso no campo social.

No que diz respeito às ações, na área social das empresas, remeterem à “filantropia empresarial”, Tenório (2004, p.64) acrescenta “[...] a ação filantrópica não educa, cria falsas expectativas, não traz a consciência da realidade e gera um perigoso viés no processo de construção de um modelo de gestão social com contribuições mais consistentes e mensuráveis [...]”.

Assim, ações empresariais na área social efetuadas com a motivação filantrópica não se firmam em um conjunto de práticas que realmente irão

dar base para enfrentar os aspectos de exclusão e desigualdade tão arraigados na sociedade brasileira.

Para Yasbek (2004), o que existe é um processo de “refilantropização”¹¹ da questão social brasileira e da “despolitização” das políticas sociais. Os fenômenos sociais são tratados no âmbito da filantropia e da solidariedade social privada, seja por intermédio do Terceiro Setor e/ou por ações empreendedoras da esfera privada mercantil. Essas transformações podem ser concebidas como:

[...] Mudanças que tornam opacos os espaços de reconhecimento da pobreza e da exclusão social como manifestações da questão social brasileira, como expressões de relações sociais vigentes nesta sociedade e dessa forma como expressões da desigualdade estrutural do país (YASBEK, 2004).

A “despolitização” das políticas sociais afasta a sociedade do debate público, tornando as políticas públicas dependentes da regulação econômica e da lógica mercantil.

É importante realçar a contribuição de Beghin (2005), ao destacar que esse tipo de ação não promove direitos e pode ser discriminada como a “filantropia empresarial da caridade” e a “neofilantropia empresarial”¹² que possuem, como característica, a permanência do *status quo*, ao preservar as formas de desigualdades presentes na sociedade capitalista neoliberal.

O modo das corporações privadas atuarem, baseadas na “filantropia empresarial da caridade”, implica práticas de “assistencialismo puro”, no qual enfoca a compreensão de que o Estado é incapaz de resolver os problemas sociais e até mesmo de ser responsável pelo seu agravamento. Esse modelo de ação entende que os pobres não têm capacidade de conduzir suas vidas e, com isso, torna-se necessário “ampará-los” moralmente.

Na “filantropia empresarial da caridade”, a forma de “ajudar” envolve esmolas ou doações, caracterizando uma ação eventual, local e arbitrária, encarando os recursos doados como “favor”, sendo esta prática baseada tanto na

¹¹ De acordo com Yasbek (2004), a “refilantropização” fundamenta-se na “solidariedade” privada, em “componentes éticos e humanitários presentes na sociedade”.

¹² Uma explicação detalhada sobre a “filantropia empresarial da caridade” e a “neofilantropia empresarial” encontra-se em Beghin (2005, p.50-62).

“boa” conduta dos pobres como no juízo “moral” sobre estes. As prioridades de intervenção são decididas pelos donos das corporações, que não realizam um diagnóstico da realidade, e há o entendimento de que a responsabilidade empresarial finaliza-se com a doação dos recursos.

Já o modelo de ação, baseado na “neofilantropia empresarial”, busca romper com as formas de atuação baseadas no assistencialismo, ao inserir nas práticas sociais adjetivos/valores, tais como “responsável”, “ética”, “solidariedade”, “participação”, “cooperação”, “parceria”, para que a eficiência empresarial e o seu modo de administrar a questão social possam contribuir para suavizar as conseqüências negativas que a lógica mercantil produz na área social. A “neofilantropia empresarial” não descarta a ação estatal, mas a concebe como o Estado reformado neoliberal, ou seja, que deve estar em atividade na área econômica e social, no sentido de garantir que os pressupostos do mercado sejam colocados em prática na conjuntura social e política de uma nação. Então:

[...] para além da retórica da responsabilidade social e da solidariedade, o investimento social privado contribui para descaracterizar a própria noção de cidadania: a mesma passa a ser entendida como participação e, no lugar dos sujeitos de direitos, entram em cena os beneficiários ou os usuários de serviços. Em termos concretos: o acesso ao atendimento é definido não por meio da garantia dos direitos, mas por intermédio de critérios focalizados e particularizados [...] (BEGHIN, 2005, p.55).

Assim, a “neofilantropia empresarial” acaba por também procurar atenuar as desigualdades sociais, na medida em que dirige os conflitos da sociedade para a esfera privada, ao recorrer a valores de ordem moral e ética para resolver os problemas de uma realidade injusta, como a brasileira. Dessa forma, há o distanciamento do cenário político e público, no que diz respeito à questão social e à demanda da população por condições de vida digna e humana.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, para Paoli (2002, p.385-386), as práticas sociais empresariais estão voltadas a ações de solidariedade social, nas quais o termo “solidário” representa, no “senso comum”, estar disposto, de forma “altruísta”¹³, a intervir nos problemas sociais, seja através de um sujeito, de uma organização da sociedade civil ou de uma corporação, como se tais ações já

¹³ Segundo o dicionário Michaelis (2001), o termo altruísta significa o amor ao próximo, a abnegação e a filantropia.

revelassem práticas cidadãs. Essas intervenções sociais pontuam uma inovadora concepção de responsabilidade social empresarial, visto que:

Uma parcela desse empresariado, [...] lança-se ativamente no campo social, chamando seus pares à responsabilidade para com o contexto no qual desenvolvem seus negócios, e nesse movimento redefine o sentido e o modo de operar da velha filantropia, aproximando-a da noção de cidadania. Ao retorno, redefinido, da idéia e da prática de 'filantropia' é acrescentada a palavra 'solidária', demarcada agora como abertura voluntária das empresas privadas ao extravasamento da imensa carência dos pobres brasileiros, ligada, portanto, à prevenção do futuro e respondendo às demandas da reinserção social.

Dessa forma, as gestões atuais de responsabilidade social empresarial tentam romper com o tradicional modelo de ações sociais, baseadas na filantropia assistencialista, para executar práticas sociais baseadas na noção de sustentabilidade.

Domingues (2002) salienta a responsabilidade que recai naqueles que desfrutam dos bens sociais, de utilizá-los de modo responsável, visando ao benefício da sociedade. Com relação à responsabilidade social das corporações de mercado, esclarece que esta deve ser compreendida de forma ampla pelas empresas, ao avançar no âmbito da filantropia.

Com isso, é fundamental destacar que as práticas sociais empresariais devem ser sistemáticas, contínuas, com uma perspectiva de direitos:

Na filantropia – a solução liberal e neoliberal preferida para problemas sociais e para a pobreza – esse é em geral o caso, engajando as iniciativas das empresas e dos cidadãos de cima para baixo. Contudo, uma atitude arrogante e não-igualitária se faz presente em empreendimentos filantrópicos, que entendem a política social como uma atividade privada e não baseada em direitos, já para não falar de ser ela ineficiente em termos de combater a pobreza e capacitar as pessoas como cidadãos livres. (DOMINGUES, 2002, p.303).

Dessa forma, a consolidação de práticas nas quais realmente se empregue o conceito de responsabilidade, implica uma atuação social empresarial que rompa com ações fundamentadas na filantropia, mas que revele uma atuação baseada em direitos, com expressões ativas de solidariedade, exercendo, de fato, uma responsabilidade social cidadã.

No entanto, segundo pesquisa realizada por Fabião e Rodrigues (2003, p.71), “Há uma contradição entre o discurso e a prática, pois a maioria dos projetos apoiados pelas empresas não se propõe a dialogar com os beneficiários, e sim a ensinar coisas que eles supostamente ainda não sabem”.

Assim, a participação dos usuários dos serviços sociais empresariais é ainda muito restrita, visto que não há uma preocupação com a interação da sociedade com os projetos, o que revela uma postura não democrática das organizações privadas. Dessa forma, a atuação social empresarial, em muitos casos, demonstra a característica do favor, da caridade, da passividade dos beneficiados, não avançando para a perspectiva da cidadania ativa.

É por isso que tais práticas sociais empresariais não deveriam ser baseadas na filantropia, ou seja, serem assistencialistas, emergenciais e pontuais; ao contrário, precisam ter uma conotação de continuidade e de direitos que conduzam à perspectiva da sustentabilidade:

[...] a sustentabilidade exige uma postura preventiva que identifique tudo que um empreendimento pode fazer de positivo – para ser maximizado – e de negativo – para ser minimizado. A adesão à busca da sustentabilidade [...] exige uma postura não imediatista, uma visão de planejamento e de operação capaz de contemplar o curto, médio e longo prazo (ALMEIDA, 2002, p.76-77).

Neste sentido, há a necessidade de se romper com as tradicionais práticas empresariais na área social, entendendo que atuar socialmente em determinada realidade, implica investimento social privado, associado a práticas que não somente geram lucratividade, mas também ganho social pela constituição de práticas sustentáveis.

Desse modo, o conceito de responsabilidade aliada à sustentabilidade deve ser analisado como paradigma fundamental neste estudo, para atestar se este termo, aplicado às atuações sociais realizadas pelas organizações empresariais, faz diferença na concretização de práticas baseadas em direitos.

1.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: SUSTENTABILIDADE COMO EIXO TEMÁTICO RELEVANTE A UMA PRÁTICA DIFERENCIADA

Antes de discutir o relevante papel que a perspectiva da sustentabilidade traz às atividades sociais das empresas, torna-se importante ressaltar aspectos sobre o conceito de solidariedade que contribuem para o alcance da responsabilidade social empresarial sustentável.

De acordo com Dupas (2003, p.21), a ênfase desmedida na individualidade, colocada como fonte do sucesso nos dias atuais, ocasionou o aumento progressivo da instabilidade nas formas de solidariedade, baseadas no conceito trabalhado de que esta “[...] é a contrapartida das relações pessoais fundadas na alteridade. Nela o sujeito reconhece o outro na sua diferença e originalidade, abrindo-se a possibilidade para a experiência da ‘diferença’ ”.

Com isso, pode-se afirmar que as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos não apresentam essa forma de solidariedade, pois estes desconsideram a diversidade como um aspecto necessário para o firmamento de práticas coletivas e solidárias.

Ao tecer comentários sobre o conceito de responsabilidade, Domingues (2002, p.250) comenta que há uma estreita ligação entre responsabilidade e solidariedade, ao passo que ser socialmente responsável envolve obrigações, no que se refere aos sujeitos individuais e ao coletivo, ou seja, com a sociedade de uma forma geral. A responsabilidade implica uma prática propositiva em determinado contexto social, e a relação entre ações responsáveis e práticas solidárias é exposta da seguinte forma:

[...] o vínculo entre responsabilidade e solidariedade é quase óbvio [...] Incluir o outro, reconhecer seus direitos, dedicar-lhe a estima apropriada implicam já uma atitude de responsabilidade por seu bem-estar e por sua dignidade. Assumir o papel do outro, próximo ou o ‘outro generalizado’, e ser assim responsável por ele ou ela e pôr-se em seu lugar, é o que nos impulsiona a considerar as nossas próprias responsabilidades – nossos deveres e suas necessidades – perante indivíduos e coletividades, bem como perante a sociedade como um todo.

Desse modo, praticar a solidariedade implica aos atores adotarem relações sociais colaborativas que se diferem do modelo atual de responsabilidade,

marcado pelo individualismo extremo. Ao contrário, a concepção de solidariedade adotada reflete uma preocupação com a condição e a dignidade humana, ao incorporar às intervenções dos sujeitos sociais os fundamentos da democracia, como a participação, a comunicação entre os diversos agentes e a articulação entre estes.

Essas formas de solidariedade têm, como obstáculo, o fato de que as relações atuais entre os indivíduos sociais são marcadas pela exclusão, pela dominação, pela fragmentação, pela indiferença e pelo descaso. É fundamental, para o desenvolvimento da solidariedade social, que as coletividades atentem para a importância do pluralismo, do respeito às diferenças entre as pessoas, do reconhecimento mútuo, da articulação com outros atores, na tentativa da constituição de práticas responsáveis que objetivem a promoção da autonomia e da emancipação dos sujeitos sociais.

Para que a solidariedade tenha legitimidade, Domingues (2002, p.305) considera como essencial encontrar o “corpo institucional”, ou seja, sair da retórica dos discursos e efetivar-se no campo das instituições, com objetivos e metas. Segundo o autor, “[...] redes de responsabilidade e de ação e movimento solidários são uma necessidade em nossas sociedades crescentemente complexas [...]”.

Assim, é preciso a organização articulada entre as redes sociais, não somente estatais, mas também privadas, para a concretização de ações solidárias e responsáveis pelos diferentes sujeitos sociais.

Domingues (2002, p.297) também remete a noção de responsabilidade ao de desenvolvimento sustentável, ao mencionar que: “A responsabilidade pode ser vista como um imperativo que se estende para o futuro”.

Neste sentido, a sustentabilidade, segundo Almeida (2002), compreende o destaque para a qualidade de vida das pessoas, cuja concretização envolve os campos ambientais, sociais e econômicos em um desenvolvimento integrado. A sua construção é possível, por intermédio de práticas contínuas de todos os setores (público e privado) para o benefício das gerações presentes e futuras.

Desse modo, na contemporaneidade, há a necessidade de uma modificação nos papéis e nos relacionamentos entre Estado, sociedade e mercado. É preciso consolidar atuações responsáveis e sustentáveis pelos indivíduos, pela

sociedade civil organizada, pelo Estado e pelas organizações de mercado, visando assegurar os bens materiais, ambientais, sociais, econômicos e culturais para as gerações vindouras, através do crescente investimento na consolidação do desenvolvimento sustentável no país. Os compromissos articulados das instituições públicas e privadas para a concretização da sustentabilidade irão beneficiar a população como um todo.

Cabe salientar que a construção de relações sustentáveis ocorre de forma coletiva, uma vez que a responsabilidade do desenvolvimento sustentável não fica focalizada em somente um setor da esfera social, mas todos, de forma inter-relacionada, têm o potencial de contribuir significativamente para o estabelecimento da sustentabilidade nos diversos níveis dos relacionamentos humanos.

Segundo Almeida (2002), o empresariado pode contribuir de forma positiva com o desenvolvimento sustentável por construir uma agenda de intervenções com objetivos amplos, que levem em consideração a defesa e a proteção dos recursos naturais, das bases da economia e dos aspectos que se referem ao social.

Além disso, uma empresa socialmente responsável sustentável é aquela que investe na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, “[...] fortalecendo a sustentabilidade econômica e social do país e adotar iniciativas voltadas para a inclusão social” (GRAJEW, 2003, p.A3).

Deste modo as tradicionais práticas empresariais, na área social, precisam ser superadas para, de fato, se efetivar uma atuação baseada na sustentabilidade que supere a caridade e a filantropia. A atuação empresarial, no âmbito social, deve ser fundamentada em estratégias de alcance amplo, construindo práticas empresariais que ultrapassem o âmbito do assistencialismo.

Aragão e Karkotli (2004), ao enfatizarem o papel atual das corporações privadas, observam que, para que uma atuação organizacional seja reconhecida como responsável na área social, é necessária a participação da empresa no desenvolvimento sustentável. Esse fato é preciso, uma vez que a gestão sustentável envolve empregar recursos financeiros, humanos, de infraestrutura, visando ao crescente investimento na qualidade dos relacionamentos mantidos pela corporação, destacando-se aqueles referentes ao campo social.

As empresas exercem um importante papel para o desenvolvimento econômico, mas a perspectiva do desenvolvimento sustentável não reduz as

atribuições empresariais a apenas esse campo, colocando, como possibilidade de intervenção, o compromisso empresarial na área social, de modo a elevar os indicadores de sustentabilidade nesta dimensão¹⁴. Logo, o setor empresarial pode contribuir para o crescimento sustentável no país, aliando o progresso nas esferas econômica e social.

Para tanto, Bellen (2005, p.36) ressalta a sustentabilidade na perspectiva econômica e social. No primeiro caso, torna-se necessário que a formulação das políticas “macroeconômicas” precisa ser orientada pelo modelo sustentável, isto é, devem-se considerar além de aspectos relacionados “[...] à produção e ao consumo [...] fatores de capital humano e social, bem como seus efeitos sobre o progresso técnico, a substituição de bens e serviços e os desastres naturais”. A economia pela via da sustentabilidade está conectada às atividades e aos processos da vida humana.

Já práticas empresariais sustentáveis na área social têm como objetivo trazer benefícios para a sociedade, na medida em que leva em consideração:

[...] um processo de desenvolvimento que leve a um crescimento estável com distribuição eqüitativa de renda, gerando, com isso, a diminuição das atuais diferenças entre os diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações (SACHS, apud BELLEN, 2005, p.37).

É por isso que o cenário da conjuntura social brasileira limita as possibilidades do crescimento sustentável, pois a sustentabilidade não combina com a imensa desigualdade existente no país, no qual uma parcela mínima da população retém uma quantidade significativa de bens econômicos, enquanto a grande maioria vive em situações deploráveis. Enquanto este for o cenário do Brasil, o país será socialmente insustentável.

Para que haja desenvolvimento sustentável é imprescindível o investimento na área social. Almeida et al. (2004) ressalta, como prática relevante

¹⁴ O IBGE elaborou os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2004) que aborda quatro dimensões: ambiental, econômica, institucional e social. Com relação à dimensão social, esta envolve objetivos relacionados à “satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social”. Os indicadores compreendem os temas sobre: “população; trabalho e rendimento; saúde; educação; habitação; e segurança”, buscando descrever a “situação social, a distribuição de renda e as condições de vida da população” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004, p. 13).

em um projeto de sociedade sustentável, viabilizar o ingresso da população a serviços sociais, tais como educação, e o acesso à infra-estrutura econômica, à tecnologia e aos bens naturais, implicando, dessa forma, na melhoria dos indicadores sociais.

Almeida (2002) cita como exemplo de oportunidades de negócios empresariais, para o alcance da sustentabilidade, o investimento social na área da juventude. O autor afirma que as empresas precisam considerar, como campo de possibilidades, a aplicação de capital privado no campo educacional, como também em outros projetos que apontem para garantia de direitos dessa população e de suas famílias.

É interessante notar que, segundo estudo realizado por Peliano e Pinheiro (2006), pesquisadoras do IPEA, a área da infância é considerada como público-alvo principal das empresas, envolvendo 62% das suas ações sociais. Esse dado expõe uma concepção propagada de que esse segmento é o mais vulnerabilizado, requerendo uma proteção especial. A população jovem, por sua vez, detém 30% destas ações empresarias sociais.

Como determinantes de a área infanto-juvenil ser privilegiada pela responsabilidade social empresarial no Brasil, Costa, Góis e Santos (2004) destacam a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), um instrumento legal que deu materialidade aos direitos dessa população, colocando-a no foco das grandes preocupações da agenda nacional de políticas sociais. Pode ser destacada também a imposição de organismos internacionais para que ocorra a proteção aos direitos e à cidadania das crianças e dos adolescentes que, de forma contínua, são desrespeitados no Brasil, devido ao trabalho infantil, ao descaso para esta população que habita as ruas (principalmente das grandes metrópoles brasileiras) e à violência social, intra e extra familiar.

Há também outra motivação para o investimento social do empresariado na área da infância e juventude: “Isso significa duas oportunidades: grandes mercados novos e mais força de trabalho para as empresas que souberem investir no seu aproveitamento” (ALMEIDA, 2002, p.86). Assim, demonstra-se que as possibilidades de atuação empresarial na área social são acompanhadas de uma futura rentabilidade dos seus negócios. A questão é que, sendo as empresas partícipes do setor mercantil, irão conduzir ações para a manutenção da corporação, mas quer se enfatizar, neste trabalho, que estas podem concretizar seus objetivos,

gerando ganho social com suas práticas. Por isso, mesmo no contexto do capital, se as atividades de responsabilidade social empresarial refletirem a perspectiva da sustentabilidade, acredita-se que as corporações contribuirão para uma melhora das condições sociais da população, que é alvo de suas práticas.

Neste sentido, Tenório (2004, p.35) afirma que, em práticas de responsabilidade social sustentável,

[...] o risco de descontinuidade dos investimentos sociais são reduzidos, pois esses valores estão inseridos na cultura da empresa, orientando todas as suas ações e norteando as relações com fornecedores, clientes, governo, acionistas, meio ambiente, comunidades, entre outros.

Assim, a empresa que incorpora no seu plano de negócios a responsabilidade e a sustentabilidade, revela parâmetros de atuação que garantem a continuidade das atividades sociais empresariais nos mais variados momentos, seja em períodos de progresso econômico ou de recessão. Para Grajew apud Tenório (2004) é justamente nas fases de dificuldade econômica que a gestão empresarial demonstra o seu verdadeiro comprometimento com a prática da responsabilidade social.

É, ainda, nessa linha de análise que Ashley (2004, p.6-7) define a responsabilidade social empresarial como:

[...] o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização [...] assume obrigações [...] que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Deste modo, práticas de responsabilidade sustentável, por parte das empresas, na área social, envolvem a colaboração desta para que a qualidade de vida da população seja aprimorada.

Para tanto, as práticas de responsabilidade social empresarial devem ser planejadas segundo a realidade particular de cada organização. Cabe ao órgão empresarial, competente pela área de implementação de projetos sociais, estabelecer padrões eficientes de atuação integrada às demandas de serviços que a comunidade apresenta, objetivando o atendimento de tais necessidades.

De acordo com Almeida (2002), a atuação social responsável sustentável das organizações privadas deve ser regida pela proteção e garantia dos direitos humanos. Há alguns requisitos norteadores para a consolidação de práticas sustentáveis empresariais, tais como: responsabilidade social empresarial deve ser incorporada no planejamento estratégico global das empresas; ela também deve ser vista como um investimento social da corporação, tendo um orçamento próprio para a sua execução; as ações sociais empresariais precisam ser monitoradas, avaliadas, com análise dos resultados obtidos, para que se possa rever, com intervalos regulares, as práticas realizadas, a fim de aperfeiçoá-las.

Além disso, conforme Rico (2004), para alcançar a sustentabilidade nas práticas de responsabilidade social empresarial, são agregados dois aspectos fundamentais: a ética e a transparência na gestão empresarial. A ética, no âmbito das empresas, implica que as deliberações das corporações levem em consideração as condições de vida dos sujeitos sociais que são atingidos de modo direto ou indireto pelas intervenções das organizações. Já a transparência nos negócios está intimamente relacionada com a atitude ética, uma vez que ser transparente envolve responder pró-ativamente à demanda da sociedade, ao permanecer lógica a política e a atividade empresarial. É importante também não ocultar informações relevantes sobre o que a empresa produz e oferece à sociedade.

Cabe acrescentar que a atuação social empresarial, que remete à perspectiva da sustentabilidade, estabelece uma postura de cidadania que considere a população usuária como sujeitos sociais ativos¹⁵, uma vez que “A construção de um mundo sustentável é, antes de tudo, uma prática de cidadania e, como tudo que diz respeito ao cidadão, requer a participação consciente dos indivíduos” (GRAJEW, 2004, p.220).

Assim, um dos grandes diferenciais dos projetos de responsabilidade social empresarial é estabelecer formas da sociedade participar naquilo que é referente aos seus interesses, por exemplo, nos processos que se referem aos programas e projetos sociais aplicados na comunidade.

Deste modo, o conceito de participação focado neste trabalho, de acordo com Demo (1993), Benevides (1998) e Souza (2004), implicam formas ativas

¹⁵ Segundo conceito trabalhado por Benevides (1998).

de a população usuária dos serviços sociais participarem nas deliberações relacionadas às suas necessidades.

Por isso, na implementação e na execução de tais projetos, a empresa deve levar em consideração a participação dos seus usuários, com relação às suas demandas, encarando-os como sujeitos ativos nos processos de construção da responsabilidade social empresarial. Isso pode ocorrer na medida em que a empresa, antes de formular um projeto social, conheça a realidade na qual irá intervir, realize pesquisas participantes com a demanda social, no sentido de conhecer suas reais necessidades, suas expectativas com relação ao projeto, para que as decisões empresariais não desconsiderem o protagonismo dos usuários na consolidação da atuação social empresarial, a fim de que esta tenha a perspectiva da cidadania ativa e dos direitos.

Dessa forma, a responsabilidade social empresarial sustentável deve avançar para o paradigma da cidadania ativa, qual seja: participação dos usuários nos processos decisórios e na condução da atuação social empresarial; e promoção do desenvolvimento com justiça social.

Além disso, quando se refere à temática da responsabilidade social empresarial há indicadores específicos que permitem uma análise acerca do envolvimento da empresa com práticas propositivas na área social. Dentre os indicadores atuais presentes e aplicados pelas empresas, ressalta-se os que têm maior implicação nos projetos de responsabilidade social, como o Balanço Social, os certificados de responsabilidade social, os indicadores de responsabilidade social do Instituto Ethos e os indicadores de sustentabilidade propostos pelo CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Tenório (2004, p.37), tais indicadores são instrumentos eficazes na gestão de responsabilidade social empresarial, além de proporcionar formas da empresa exercer uma “comunicação transparente” com os diversos atores que fazem parte da sua rede de relacionamentos. Com isso, “[...] as corporações reforçam seu compromisso com a ética nos negócios e com a melhoria da qualidade de vida da sociedade”. A idéia é repassar à sociedade, de uma forma geral, o investimento do capital empresarial empregado em ações de responsabilidade social e demonstrar o parâmetro de atuação em que a organização se encontra.

Os indicadores de responsabilidade social fornecem parâmetros de averiguação para demonstrar se as atividades nos âmbitos econômico, social e

ambiental das corporações privadas realmente configuram-se no cenário atual como práticas de responsabilidade social. Pode-se apontar, através da análise destes indicadores, qual é a condição da ação empresarial de uma forma ampla, visto que estes não se prendem às informações de cunho financeiro, mas também abordam a abrangência das atividades empresariais, no que se refere à dimensão social e ambiental da sua ação.

Vale acrescentar que uma das formas das empresas exercerem a responsabilidade social para as comunidades é por intermédio do estabelecimento de parcerias. Estas são concretizadas com organizações que reflitam os princípios norteadores de uma atuação social responsável, cujo objetivo é conduzir as atividades de responsabilidade, tanto por parte das empresas, como da organização parceira.

Cabe salientar que este trabalho destacará a parceria entre uma Empresa Pública, no caso a INFRAERO de Londrina – PR, e uma organização Estatal, a Universidade Estadual de Londrina - PR, cujas ações articuladas objetivam concretizar o projeto de responsabilidade social Cidadania Agora, na perspectiva da sustentabilidade.

Deste modo, a contribuição efetiva da comunidade acadêmica ao tema da responsabilidade social será destacada, ao passo que atua como instituição social e política na parceria com as empresas, no que tange à construção de uma gestão empresarial responsável e sustentável.

A princípio, será abordada a função social das universidades na atualidade, no sentido de contextualizar aspectos relevantes desta instituição, ressaltando seu potencial de parceira, devido à produção de uma gama de conhecimentos que podem contribuir para enriquecer as parcerias estabelecidas com outras organizações. Posteriormente, há o destaque para os processos de parceria interinstitucionais, inserindo o debate da articulação entre empresas e universidades como possibilidade de edificar um conjunto de práticas que remeta à perspectiva da sustentabilidade social.

2 UNIVERSIDADE E EMPRESA: ARTICULAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

2.1 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A universidade tem uma função social e política, visto que o conhecimento produzido no meio acadêmico contribui para desenvolvimento socioeconômico do país. Essa instituição possui, como objetivos, aspectos fundamentais como o ensino e a extensão/prestação de serviços à comunidade. É constituída de conhecimentos variados que, se aplicados na realidade social, de maneira interdisciplinar, podem colaborar para o processo de transformação de uma dada problemática social. Com isso, pode-se afirmar que a universidade tem um compromisso social, uma vez que foi determinada pelas próprias demandas da sociedade nos campos econômico, social, cultural e político.

Segundo Santos (1996, p.199), a partir do século XIX, o meio acadêmico tenciona ser o *locus* da produção do conhecimento científico. O processo de investigação há tempos é considerado a base da universidade e, atualmente, “A busca desinteressada da verdade, a escolha autônoma de métodos e temas de investigação, a paixão pelo avanço da ciência constituem a marca ideológica da universidade moderna”. Assim, a investigação para a produção de conhecimento não é baseada em uma única vertente metodológica, mas a sua escolha visa ao progresso do conhecimento científico.

O processo de produção do conhecimento acadêmico precisa ser compreendido, relacionando-o com a conjuntura presente na sociedade, uma vez que as características políticas, sociais, econômicas do contexto em que a universidade está inserida podem instigar ou impedir o processo da produção de conhecimento que reverta para a coletividade.

De acordo com Mota (1999), as rápidas, intensas e abrangentes mudanças no cenário mundial assinalam a falência dos princípios da sociedade industrial para a entrada na sociedade do conhecimento. Esta é considerada fundamental para o desenvolvimento econômico local, regional e nacional. A evidência deste fato está relacionada com o incentivo às práticas que envolvem a

produtividade científica e a tecnológica, como também as referentes à pesquisa e ao desenvolvimento, ao progresso econômico e social dos estados e das corporações privadas.

O movimento da passagem da sociedade industrial à sociedade do conhecimento ocorre devido à inovação dos meios de comunicação, cujos sujeitos participantes compõem-se de organizações comunicativas, para que se utilize a informação entre as mais variadas áreas do saber, na medida em que se produzam conhecimentos renovados, acessíveis aos diferentes grupos populacionais.

Segundo Passoni (2005, p.101), o conhecimento, no contexto atual, deve ser encarado como um “bem”, fundamental para promover “[...] a vida humana digna, em especial se considerarmos a inserção das pessoas na Sociedade da Informação”. Nesse sentido, as pessoas precisam ter o direito ao acesso e à utilização do conhecimento, no que diz respeito à participação na sua produção. Isso envolve “Estender os bens da ciência a todos e compreender o saber não como privilégio, mas como direito”. Em consequência disso, o conhecimento acadêmico será democratizado para ampla parcela da população brasileira.

No entanto, a sociedade do conhecimento tem um grande dilema a ser resolvido: a significativa condição de vulnerabilidade social e econômica da população, procedente da desigualdade social, inerente ao sistema neoliberal, que colide com relações sociais mais justas e, desse modo, produz uma desproporção no acesso ao conhecimento.

Fazer parte dessa sociedade implica estar atento às formas de assimilar o conhecimento, que se relaciona com os processos de parcerias entre as instituições e atores, cujo objetivo é o de produzir e de repassar a produção do conhecimento à sociedade, para transformá-lo em práticas diferenciadas pelos sujeitos sociais.

A importância do conhecimento, produzido no meio acadêmico, dentro do contexto da sociedade da informação, alcança diferenciações de acordo com a conjuntura social, econômica e política em que se encontra. Como as sociedades mundiais, de uma forma geral, recebem influência do modelo hegemônico da globalização neoliberal, cuja ideologia valoriza essencialmente os aspectos econômicos com a lógica mercantil, procura-se uma ênfase maior na utilidade econômica do conhecimento. Assim, a produção de conhecimento torna-se

necessária, na medida em que contribui para o desenvolvimento econômico dos países.

Segundo Carvalho e Kaniski (2000), as sociedades mundiais são marcadas pelo destaque no campo da produção do conhecimento, seja este tecnológico ou social, e possuem um forte reatamento na economia dos países, sendo que aquele que investe na pesquisa e no desenvolvimento das suas universidades, com elevadas produções do conhecimento nas mais diversas áreas do saber, são tidos como avançados e desenvolvidos.

Acrescenta-se a tudo isso que o enfoque no fator econômico da produtividade científica implica transformações significativas no meio acadêmico, no que diz respeito aos padrões curriculares educacionais e à produção de conhecimentos que objetivam uma colocação eficaz na atual conformação da economia mundial, revelando forte concorrência nas mais variáveis estruturas organizacionais.

Conforme Carvalho et al. (2005), as pesquisas acadêmicas básica e aplicada foram aproximadas, pois o enfoque é dado na prática da teoria, principalmente pelo setor empresarial, que busca resultados eficientes e um ótimo aproveitamento dos recursos. Com isso, a autonomia acadêmica, na condução da pesquisa científica, em muitos casos, está reduzida a interesses de ordem econômica.

Há alguns determinantes do conhecimento produzido nas universidades que não se restringem a construções teóricas, mas são aplicados na realidade social. Dentre tais determinações, pode-se destacar a crescente imposição dos mercados globais para ocorrer o aprimoramento da tecnologia, da modificação da teoria científica em trabalho produtivo, cuja demanda provém das economias mundiais que se caracterizam pela concorrência em mais alto grau, sendo que buscam o conhecimento teórico com o objetivo de gerar maior produtividade.

É importante assinalar que produzir conhecimentos pelo viés econômico contraria a função da universidade e, desse modo, segundo Chauí (2000, p.42), a concepção de universidade como “instituição social e política” tem sido esquecida pelo conjunto da população, que a entendem como um organismo externo à sociedade. Assim, “[...] não se trata de indagar ‘como inserir a universidade na sociedade?’, pois essa pergunta pressupõe que a universidade possa ter alguma realidade extra-social e política”. Então, romper com as

explicações dualistas e dicotomizadas sobre a universidade é um fator fundamental para entendê-la na circunstância social, política e econômica de uma dada realidade.

Nas universidades públicas, todos os processos acadêmicos, inclusive o da produção do conhecimento e o acesso a este devem ser discutidos, por intermédio de formas de participação ativa dos indivíduos sociais nas decisões que se referem ao coletivo. Entretanto, o que se revela são:

Relações sociais e políticas fundadas em contatos pessoais, sem a mediação das instituições sociais e políticas, de modo que estão estabelecidos como paradigmas da relação sociopolítica o favor, a clientela e a tutela; não operam, portanto, as formas de representação e participação nas decisões concernentes à coletividade, mas formas variadas de paternalismo, populismo e mandonismos locais e regionais. Inexistem o princípio da liberdade e o da responsabilidade. Imperam poderes oligárquicos (CHAUÍ, 2000, p.43).

Assim, os processos decisórios acadêmicos são marcados pela cultura política do país de deliberar sobre os assuntos públicos de forma antidemocrática, ou seja, muitas vezes não se consolidam os princípios do pluralismo, da participação, da autonomia de decisão dos atores políticos, no que diz respeito a temas que interessam a coletividade e não a particularismos.

É por isso que Santos (1996) destaca que a universidade, na contemporaneidade, passa por três crises: a da “hegemonia”, a da “legitimidade” e a “institucional”¹⁶. O primeiro caso se dá na medida em que uma circunstância social não é mais vista pela sociedade como indispensável e inigualável. Com relação à universidade, sua crise de hegemonia ocorre quando é concebida pela população como incapaz de cumprir plenamente suas atribuições, o que conduz os indivíduos sociais a buscarem novas possibilidades, como outras instituições, para alcançar os objetivos que eram propostos pela universidade.

A crise de legitimidade acontece quando a situação social vigente não é admitida pelos indivíduos sociais, ou seja, quando os objetivos assumidos de modo coletivo tornam-se escassos. Nesse sentido, a particularidade estrutural da universidade deixa de ser legítima, no momento em que há a determinação de

¹⁶ Para um estudo detalhado sobre “as crises” contemporâneas da Universidade: Santos, 1996, p. 187-233.

outros padrões de organização que são diferenciados do meio acadêmico, para que instituições, consideradas mais competentes, cumpram o papel social atribuído à universidade.

Já a crise institucional está relacionada com a perda da autonomia das universidades, no que se refere à sua produtividade social, visto que “[...] uma condição social estável e auto-sustentada deixa de poder garantir os pressupostos que afirmam a sua reprodução (SANTOS, 1996, p.190)”. Assim, a universidade, como instituição social e política, está em contínuo declínio perante a sociedade.

É importante frisar que os processos contribuintes para a crise da instituição “universidade” envolvem a privatização dos serviços públicos, o corte do orçamento estatal com a pesquisa científica e o estímulo ao setor privado em conduzir as universidades públicas, de acordo com os critérios definidos no mercado, buscando-se o lucro.

Convém ressaltar que os momentos críticos vividos pela universidade, atualmente, requerem das instituições um reordenamento organizacional, na medida em que conceitos abrangentes, destacando os relacionados à sustentabilidade social, coloquem-se como alternativas eficazes para a superação do paradigma econômico do conhecimento.

No entanto, a tendência atual do papel das universidades é destacada por Chauí (2000, p.37):

[...] aceitação da idéia de modernização racionalizadora pela privatização e terceirização da atividade universitária, a universidade participando da economia e da sociedade como prestadora de serviços às empresas privadas, com total descaso pela pesquisa fundamental e de longo prazo.

É de verificar que as universidades públicas recebem a influência do modelo neoliberal, que possui como uma de suas diretrizes privatizar e terceirizar os serviços públicos, dentre estes, inclusive, aqueles produzidos no meio acadêmico.

Importante se faz realçar que, segundo Chauí (2000), no momento em que a produção do conhecimento das universidades é comprada pelo setor privado mercantil, com o interesse unicamente de gerar mais lucros para as empresas, esse conhecimento deixa de ter caráter público, pois é exercida a sua utilidade privada. Assim, não se publiciza a produção do conhecimento das universidades estatais e, dessa forma, esse conhecimento não volta à população,

restringindo-se a interesses particulares. Em conseqüência, apenas ocorre a retração do espaço público e a ampliação do âmbito privado.

Deste modo, apesar dos centros universitários terem a preocupação com os processos de ensino, pesquisa e extensão à comunidade, é importante verificar se a universidade está exercendo a responsabilidade e o compromisso perante a sociedade amplamente, e não apenas perante a setores particulares dessa mesma sociedade.

Dupas (2003, p.63) ratifica essas considerações ao mencionar:

A instituição universitária tornou-se uma rede de programas de formação e de centros de pesquisa que não correspondem mais a um ideal civilizacional de educação superior de caráter humanista, nem ao projeto de transmissão e acumulação do conhecimento científico. Desaparecem as referências e utopias. Multiplicam-se e autonomizam-se as agências funcionais de decisão, adquirindo papel preponderante os comitês ministeriais tecnocráticos e as comissões *ad hoc* para a resolução de problemas particulares, nos quais estão sempre presentes os interesses econômicos representados por grupos de pressão, *public relations e lobbying*.

Nesse sentido, o contexto neoliberal influi sobre a universidade, na medida em que os objetivos econômicos de organizações privadas deliberam sobre a produção do conhecimento dessa instituição, desconsiderando, em muitos casos, o aspecto social da produtividade acadêmica.

Com isso, pode-se afirmar que a produção do conhecimento está limitada pelo modelo hegemônico neoliberal, que se focaliza na centralização da riqueza para os que possuem o capital e formas de dominação que tornam a maioria da população subjugada a esse sistema desigual. E como resultado desse processo, a universidade fica restrita à consolidação de seu compromisso social de repassar os conhecimentos produzidos a toda sociedade, de modo a informar e, assim, emancipar os indivíduos sociais.

Paradoxalmente, segundo Carvalho e Kaniski (2000), um outro fator interessante, sobre a sociedade do conhecimento, está representado na dualidade que conduz seu “objeto”, o conhecimento e a informação, que podem instigar a “dominação” quanto à “emancipação”. O conhecimento, como elemento emancipatório, pode se concretizar quando há discussões participativas e democráticas entre os setores da sociedade que buscam conferir a passagem e o acesso à produção do conhecimento a toda população. É importante discutir

politicamente se as instituições, que têm como finalidade providenciar o ingresso ao conhecimento, como as escolas, as universidades, os centros de pesquisa, desempenham essa responsabilidade social de transmitir e de prover a população com os saberes produzidos.

Nesse sentido, as universidades públicas têm a responsabilidade social de intervir sobre as dificuldades de ordem socioeconômica materializadas pela sociedade. É preciso que as universidades atentem para uma forma de conhecimento que supere a visão dominante do mercado, fundamentada em produções acadêmicas restritas ao desenvolvimento econômico.

A universidade não pode ser minimizada a um núcleo de propagação de conhecimento e de informação. O fato de o seu papel ser reduzido à formação de trabalhadores qualificados para atuarem no mercado, de modo eficiente, é restringir seu compromisso perante a sociedade.

Acrescente-se a tudo isso as considerações de Moraes (1995, p.34), no que se refere à contribuição efetiva das universidades à sociedade:

[...] vejo que os meios acadêmicos têm que se desalojar dos seus velhos e cômodos hábitos, aceitando o desafio de flexibilizar-se no atendimento às novas expressões culturais [...] as universidades precisam subtrair-se aos pragmatismos empresariais e consumistas e voltar a interessar-se pela recuperação do sentido humano na sociedade científico-tecnológica de consumo; e [...] compete às universidades situarem-se numa região vivendo seu contexto, em termos de intercâmbios e serviços.

Perante tais apontamentos, torna-se relevante que o conhecimento produzido nas universidades esteja condizente com a realidade brasileira, no que diz respeito à construção de um saber, cuja base, assentada no desenvolvimento sustentável, leve em consideração as necessidades humanas, sem denegrir o ambiente social.

É importante salientar que, de acordo com Carvalho et al. (2005, p.71), a produção do conhecimento é um fator essencial na “construção” dos caminhos da “humanidade”, então, esta deve ter como base um “processo de competência técnica, criativa e crítica” por parte dos pesquisadores. O agente do conhecimento deve ter uma preocupação com a técnica, o que envolve exatidão metodológica e científica, sem ficar centrado apenas nos “tecnicismos” de determinada profissão, cumprindo tarefas.

A criatividade do pesquisador permite que este tenha uma atitude diferenciada perante a realidade, não a encarando de forma fatalista. Para tanto, é preciso que a pesquisa tenha “autonomia e liberdade”, analisando a produção do conhecimento como “bens” da sociedade a ser desfrutada pelo coletivo.

O âmbito crítico leva o pesquisador a compreender que produzir um determinado conhecimento é mais amplo do que apenas definir os sujeitos, o objeto e os objetivos da pesquisa, ou seja, deve-se apreender a conjuntura da economia, da política, da sociedade e da cultura, da qual o universo do estudo faz parte, pois essa atitude evita que o pesquisador tenha uma postura “absoluta”, “dogmática” e “cética” sobre os fenômenos sociais.

A busca da relação teoria e prática para os conhecimentos acadêmicos é um aspecto sociopolítico, que implica desaprovar o afastamento da universidade em relação aos problemas da sociedade atual, sendo que a produção do conhecimento ocorre justamente sobre a visão desta sociedade e das relações socioeconômicas vigentes. Dessa forma, o conhecimento, sendo aplicado em determinada realidade, pode contribuir positivamente para a resolução das problemáticas advindas do modelo econômico neoliberal hegemônico.

Cabe ressaltar, de acordo com Santos (1996), que a prática de uma teoria produzida na academia pode servir a interesses diferentes e opostos, que são defendidos por classes sociais desiguais socioeconomicamente. Para os grupos detentores do poder econômico, o interesse na produção acadêmica é baseado nas formas de valorizar o capital financeiro e de como interferir proativamente na produtividade de determinada empresa privada. Desse modo, há a valorização para o investimento do setor privado da biologia e da tecnologia, como áreas do conhecimento.

Todavia, os conhecimentos produzidos na universidade podem refletir sobre os grupos populacionais que são explorados por este sistema desigual. Isto é possível por conduzir socialmente a aplicação de determinado conhecimento, no sentido de melhorar a qualidade de vida da sociedade, de uma forma geral. Assim, será consolidada a responsabilidade social das universidades em produzir conhecimentos com compromisso social. Como integrante de tais produções, há aqueles baseados na perspectiva da sustentabilidade social, que visa à busca de indicadores sociais mais justos e igualitários.

Neste sentido, Moraes (1995) ressalta a importância de se compreender a universidade inserida na sociedade, para que os projetos de extensão às comunidades locais não tenham a visão de que o social é algo deslocado do meio acadêmico. Para tanto, a extensão universitária envolve um conjunto de esforços de vários atores sociais, de forma integrada e ampla, atuando sociopoliticamente. Desse modo:

[...] nosso oferecimento de serviços à sociedade será mais competente e muito mais consistente em razão das múltiplas fecundações seja da interdisciplinaridade seja dos aprofundamentos de áreas específicas. O serviço prestado à grande sociedade aparece-nos aos olhos como o momento maior da universidade na convergência entre a celebração do saber e o mais profundo encontro humano entre instituição e seu meio. [...] O serviço que a universidade presta [...] é na realidade serviço prestado acima de tudo à própria universidade. [...] se não se reduz a mero assistencialismo, é a forma de inserção política do meio acadêmico nas grandes e graves lutas sociais (MORAIS, 1995, p.77).

Assim, o processo de estender os conhecimentos à sociedade deve ter como prismas orientadores uma atuação interdisciplinar, colaborativa, articulada, encarando a atuação nas comunidades como possibilidade de beneficiá-las, e das próprias universidades serem renovadas positivamente, no que se refere a avançar em práticas sociais que não ficam reduzidas à prestação de assistência social, mas uma intervenção política e ativa perante a sociedade.

De acordo com Santos (1996, p.222), a universidade deve ser um ambiente que produza idéias inovadoras. Para tanto: “É necessário pensar noutro modelo de *actuação* universitária perante os *factores* de crise identificados, uma atuação *activa*, autónoma, e estrategicamente orientada para o médio e longo prazo”. Assim, a universidade que cumpre seu papel social de forma ampla será caracterizada por uma instituição que preza pela produção do conhecimento que, aplicado na realidade social, venha contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, colaborando para o projeto do desenvolvimento sustentável.

Os conhecimentos produzidos no meio acadêmico precisam ter uma relação contínua com as demandas colocadas pela sociedade. E a necessidade posta atualmente é a construção e a utilização de um conhecimento que se concretize em função do combate a fenômenos sociais que impedem a constituição de uma sociedade sustentável, tais como a desigualdade. É relevante levar em

consideração o ingresso da população brasileira em serviços sociais e econômicos que contribuam para a dignidade humana desta e para o estabelecimento de formas de participação e de controle social dos atores sociais sobre as políticas e os serviços oferecidos, tanto do setor público como do privado.

De acordo com Carvalho e Silva (2005), a universidade pública deve primar pela qualidade da produção do conhecimento. Para tanto, deve ser garantida a perspectiva de unidade entre as atividades do ensino, os projetos de pesquisa e de extensão à comunidade, mantendo o princípio da autonomia e da pluralidade, de modo a certificar-se de que, didática e cientificamente, a universidade cumpre seu papel. É por isso que a concepção de universidade pública envolve:

[...] a construção de uma universidade que seja centro de produção de ciência e tecnologia voltada para a solução dos problemas sociais. [...] defendemos uma universidade [...] para a superação da lógica mercantil que tem orientado a educação no Brasil, com estímulo à privatização e o descompromisso com a qualidade do ensino e a produção do conhecimento e que subordina as universidades aos interesses empresariais em detrimento dos interesses da maioria da população brasileira e da solução dos problemas sociais que afetam essa população (CARVALHO; SILVA, 2005, p.22).

Dessa forma, a universidade também deve ser referência de produção de conhecimento que seja desenvolvido com o objetivo de atender aos interesses coletivos e não privados, sendo que o saber acadêmico construído seja aplicado nas inúmeras problemáticas da realidade social.

Isso não significa que a universidade pública não possa realizar parcerias com o setor privado, como, por exemplo, na coordenação de um projeto de responsabilidade social empresarial. Essa articulação, porém, deve ocorrer de forma diferenciada, no sentido de não terceirizar e privatizar serviços públicos, mas que a interação universidade e empresa contribua para o crescimento dos indicadores sociais, para que essa parceria se reverta à coletividade e, desse modo, colabore para o projeto de sociedade sustentável.

De acordo com Dowbor (2002, p.74-75), apesar do potencial das universidades como parceiras das demais instituições na condução de uma sociedade mais sustentável, o que se observa é:

Com a gradual emergência de uma sociedade do conhecimento, e a explosão das tecnologias da informação, aliadas à multiplicação de atividades articuladas em rede, poderia se pensar que as universidades seriam um parceiro particularmente importante. A realidade é que, ainda que individualmente pesquisadores tenham sido bastante procurados, as instituições universitárias e os institutos de pesquisa se vêm relativamente menos envolvidos. Aparentemente, o meio acadêmico tem se concentrado mais nas atividades propriamente docentes, numa função mais “lecionadora” do que organizadora do uso dinâmico de conhecimentos científicos. Outra dificuldade resulta da extrema rigidez corporativa entre as diversas áreas científicas, tornando o trabalho integrado e interdisciplinar muito difícil. O resultado é empobrecedor tanto para as atividades de gestão social como para as próprias instituições científicas. Trata-se a nosso ver de um universo amplamente subutilizado.

Desse modo, verifica-se que as universidades poderiam estar mais engajadas como parceiras das organizações do mercado e de estatais para o desenvolvimento conjunto de atividades que tivessem como norte a construção de uma sociedade sustentável.

Isso porque a integração Universidade e Empresa é considerada uma parceria fundamental para a concretização do projeto sustentável, uma vez que, a Universidade ocupa um papel essencial na consolidação da responsabilidade social das empresas brasileiras, pois “Cabe à universidade participar dessa discussão, exercer um papel de liderança – desenvolvendo os conceitos teóricos para estabelecer os argumentos – e se aproximar da realidade enfrentada pelos diversos atores sociais (BORGES, 2003, p.7)”. Assim, as instituições universitárias têm o potencial de colaborar para a viabilização do desenvolvimento sustentável, na medida em que os conhecimentos produzidos no meio acadêmico, juntamente com as atividades empresariais, estejam conectados em torno de práticas que visem à sustentabilidade.

Nesse sentido, de acordo com Brisolla et al. (1997) torna-se necessário reorganizar a instituição universitária para sua inserção no contexto social, para que, através das parcerias interinstitucionais com as empresas, possa atuar de modo mais eficaz nos problemas que se referem à sociedade como um todo. Dessa forma, a parceria universidade e empresa é compreendida como fundamental para o resultado positivo de práticas de responsabilidade social, tanto por parte da corporação, como também pela instituição universitária.

É nessa perspectiva que se abordará, no próximo item, a importância do estabelecimento das parcerias interinstitucionais, destacando-se, neste estudo, a parceria entre empresa e universidade, cujos atores têm o potencial de contribuir efetivamente para a construção do projeto de sociedade sustentável.

2.2 PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS: CAMINHOS DA EMPRESA EM CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

A organização empresarial que busca efetivar práticas sustentáveis perante a sociedade tem como grande possibilidade a articulação com outras instituições que contribuam para a consolidação da sustentabilidade nas diversas relações sociais.

A parceria interinstitucional é salientada como essencial para se firmar a sustentabilidade nas relações sociais, uma vez que uma prática isolada não irá ter efeitos amplos e duradouros ao projeto de sociedade sustentável, visto que:

[...] estabelecer uma coalizão de diferentes organizações para o seu apoio, assumindo uma base institucional maior, com diferentes 'proprietários' do projeto, serão também aumentadas as chances do projeto ter influência sobre o meio ambiente, provocando mudanças estruturais que criam ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento social (KISIL, 2005, p.145).

Assim, pode-se afirmar que o processo de parceria entre as empresas públicas e privadas e demais instituições é essencial para a efetividade do desenvolvimento sustentável.

É relevante que esses vários setores da sociedade sejam organizados e estejam em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. A parceria é essencial para o processo de combate à exclusão e à desigualdade social, fatores que colocam em risco o projeto sustentável. Assim, a associação de diversos agentes, com propostas inovadoras, deve ser referência para a formulação, a implementação e a execução de uma atuação fundamentada na sustentabilidade social.

Nesta linha de raciocínio, Cardoso (2005, p.9) ressalta que a conjuntura socioeconômica do país impõe a necessidade do estabelecimento de

parcerias entre as instituições que possibilitam o diálogo entre os variados setores da sociedade - público e privado - para que estes possam “[...] pensar e agir juntos, a identificar o que cada um faz de melhor, sem que isso implique confusão de papéis ou abdicação da autonomia e responsabilidade inerente a cada parceiro”. Neste sentido, a idéia prevaiente é a da colaboração, integração, articulação, complementaridade de práticas contínuas de diversos atores no enfrentamento das questões sociais, atuando de modo conjunto ao refletir sobre propostas de intervenção na área social.

É por isso que a parceria interinstitucional pode revelar a articulação de duas ou mais instituições. O que importa é que todos os parceiros envolvidos contribuam com seus recursos, competências e habilidades para a viabilização da proposta conjunta.

Tais parcerias têm a possibilidade de se configurarem no cenário brasileiro como formas inovadoras de intervenções na área social, uma vez que contribuem para a utilização eficiente dos recursos institucionais. Na medida em que as instituições parceiras conjugam conhecimentos, experiências, recursos humanos e financeiros em um trabalho articulado, as probabilidades de um resultado positivo perante à sociedade são ampliadas e, conseqüentemente, as parcerias interinstitucionais podem favorecer o desenvolvimento sustentável.

Segundo Fischer (2005, p.5), as parcerias entre as instituições não são o único modo das empresas estabelecerem práticas na área social, mas compõe-se uma alternativa das corporações desenvolverem atividades sociais. E estas articulações “[...] detêm grande potencial de se tornarem modelos de gestão efetivos para a prática de atuação social”. Com isso, não se deveria desconsiderar as parcerias interinstitucionais como possibilidade de uma atuação integrada no campo social.

Assim, as parcerias estabelecidas entre as instituições são construtivas, na medida em que as atividades realizadas em conjunto resultam no desenvolvimento positivo para os parceiros envolvidos e para a sociedade.

De acordo com Dowbor (2002, p.35), para uma intervenção mais integrada e eficaz na área social é preciso articular esforços dos mais variados setores do Estado, das organizações do mercado e da sociedade civil. Para tanto, a

constituição de parcerias entre as variadas instituições, visando à concretização de metas sociais a longo prazo, é um processo relevante, visto que:

[...] em termos práticos, temos de enfrentar a complexidade de construir uma sociedade economicamente viável, socialmente justa, e ambientalmente sustentável. E temos de fazê-lo articulando Estado e empresa no quadro de uma sociedade civil organizada. A palavra chave, uma vez mais, não é a opção entre um ou outro, é a articulação do conjunto.

Assim, a conjugação de estratégias advindas do campo estatal, mercantil e societário torna-se uma alternativa eficaz ao enfrentamento da questão social brasileira.

Ainda sob a perspectiva de atuação integrada na realidade social, Junqueira (2006, p.202-203) salienta:

A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A ação intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante, porque aponta para uma visão integrada dos problemas sociais e de sua solução. [...] A intersetorialidade incorpora a idéia de integração, de território, de equidade, enfim, dos direitos sociais [...].

Realmente, as parcerias entre as diversas instituições públicas e privadas permitem uma intervenção integrada na realidade social, compreendendo-a na sua totalidade, para que ocorra a melhoria da condição de vida da sociedade, de modo a elevar os indicadores de sustentabilidade no aspecto social¹⁷.

No ponto de vista de Austin (2001, p.22), a necessidade de articulação de diferentes organizações deriva de um conjunto de fatores relacionados às “forças políticas, econômicas e sociais”.

Com relação às “forças políticas”, há o destaque para o processo de transferência das responsabilidades estatais, no que diz respeito à área social, ao setor privado mercantil e às organizações da sociedade civil. As “forças econômicas” remetem à falta de recursos para que as organizações, de um modo geral, atuem na realidade social. E as “forças sociais” são as próprias demandas sociais e

¹⁷ Para maiores esclarecimentos sobre os indicadores de sustentabilidade na área social verificar: IBGE, Indicadores de desenvolvimento sustentável, 2004, p. 13.

econômicas, postas pela sociedade, que colocam a relevância de uma intervenção articulada e colaborativa, não mais centralizada. Deste modo: “[...] nenhuma entidade isolada possui todos os elementos necessários para abordar com eficácia uma necessidade social identificada” (AUSTIN, 2001, p.25).

É interessante ressaltar que a parceria das empresas com as mais variadas organizações sociais, dentre estas, as entidades filantrópicas e assistenciais, as ONGs, as instituições governamentais e as próprias universidades, possui um caráter diferenciado, dependendo do enfoque que se dá ao processo de parceria propriamente dito.

De acordo com Dagnino, Garcia e Negrão (2002, p.27), uma das formas de interação entre corporações privadas do mercado com outras organizações, pode ocorrer como:

[...] mero repasse de capital para creches, escolas, postos de saúde, etc. Esse tipo de ‘responsabilidade’, mesmo como investimento localizado, compensatório, é ideal para o marketing social das empresas e, em muitos casos, vem acompanhado de retóricas do tipo ‘Estamos fazendo o que o Estado não é mais capaz de fazer’.

Neste tipo de parceria, ocorre, em muitos casos, a simples transferência de recursos de ordem diferenciada, ou financeira, ou humana, e a material, sendo que o processo não é incorporado no planejamento estratégico empresarial, o que não revela um compromisso social da empresa.

No modelo de parceria referenciado não há preocupação com a análise conjuntural econômica, política e social, na medida em que a articulação da empresa com seus “parceiros” finalizam-se com a doação dos recursos. Assim, o interesse empresarial fica restrito ao lucro advindo das propagandas “marketeiras” que procuram repassar a imagem da empresa socialmente responsável, que está cumprindo o papel do Estado na área social.

Importante se faz mencionar a maneira como, em alguns casos, a corporação privada principia a parceria com outras instituições, a fim de executar seus projetos de responsabilidade social com as comunidades:

É a empresa que diz onde e como irá participar e apoiar a comunidade, e não esta última, ou seja, as empresas promovem ações sociais que tenham o potencial de lhes trazer alguma espécie de benefício concreto, e dessa forma, se determinadas necessidades da comunidade não trouxerem essa promessa em si, provavelmente será deixada de lado pela iniciativa privada, mesmo porque esta não se sente a única, nem a maior responsável, pelo desenvolvimento e progresso da sociedade (LIMA; MARTINS, 2002, p.117).

Essa postura empresarial revela a atitude não participativa da organização nos problemas e nas demandas que a população apresenta, uma vez que a empresa está preocupada apenas com o retorno financeiro e lucrativo da parceria com as instituições executoras dos projetos sociais. Com isso, a dimensão do “ganho social” pela atuação empresarial não se materializa.

Ainda, de acordo com Martinelli (2005, p.87), algumas parcerias revelam uma característica:

[...] paternalista, assistencialista: os dois lados pouco se conhecem; o primeiro doa algo ao segundo, definido por ele mesmo, sem qualquer referência às prioridades do outro. A relação daí decorrente pouco traz de benefício permanente ao parceiro, mantendo-o em dependência crônica, quando não há manipulação intencional de um sobre o outro.

Desse modo, as parcerias que se enquadram nesta perspectiva de “dependência” e de tutela, não contribuem para que os objetivos estabelecidos sejam cumpridos de forma eficaz, ocasionando efeitos negativos para a sociedade que é o alvo de tais parcerias pela consecução de projetos sociais.

Preciosa é a contribuição de Austin (2001, p.34) sobre as etapas, das quais uma parceria interinstitucional pode se encontrar: “filantrópico, transacional e integrativo”.

No “estágio filantrópico”, a base das relações estabelecidas entre os parceiros é assistencialista, pois, restringe-se a solicitações de doações de recursos à empresa considerada parceira. Deste modo:

Tal cooperação, que geralmente se limita a submeter uma proposta de doação e depois a agradecer pelo recebimento do donativo, é relativamente simples de administrar, não sendo considerada particularmente importante para a missão de nenhuma das organizações envolvidas. Relatórios de acompanhamento sobre o uso ou o impacto dos recursos são quase inexistentes (AUSTIN, 2001, p.34).

Neste sentido, este tipo de parceria caracteriza-se por um relacionamento condicional, sendo que não ocorre comprometimento e nem investimento estratégico entre os parceiros, limitando-se às relações beneficentes e assistencialistas.

Já no “estágio transacional”, ocorrem transformações na interação entre os parceiros interinstitucionais, uma vez que “[...] as organizações realizam suas trocas de recursos por meio de atividades específicas [...]. O envolvimento dos parceiros é mais ativo e o fluxo do valor passa a ter mais um caráter de mão dupla” (AUSTIN, 2001, p.36). Assim, o compromisso entre as instituições torna-se mais abrangente, inclusive na concepção do engajamento do corpo de funcionários no processo de parceria, repassando experiências e competências, no sentido de interagir com a organização parceira na concretização dos objetivos propostos no estabelecimento da parceria.

Contudo, é no “estágio interativo” que se completa a perspectiva estratégica das parcerias interinstitucionais, visto que:

A criação de valor individual evolui para a criação de valor conjunto; a cultura de uma organização passa a ser afetada pela cultura da outra; processos e procedimentos são instituídos para gerir a crescente complexidade do relacionamento. Em última instância, a aliança torna-se institucionalizada (AUSTIN, 2001, p.40).

Desta forma, nesta fase, firma-se o comprometimento de cada parceiro, na integração de atividades, em uma postura coletiva para a articulação das responsabilidades, a fim de, com o alcance das metas elencadas, o processo de parceria ocasione ganho social para ambos os parceiros, e, principalmente, para a sociedade.

Para uma visão mais clara das características das parcerias interinstitucionais, segue abaixo uma tabela explicativa:

Tabela 1 - Particularidades das Parcerias Interinstitucionais.

	Filantrópica	Transacional	Integrativa
Mentalidade da Cooperação	- Síndromes da gratidão e da caridade; - Colaboração mínima nas atividades; Separação.	Mentalidade de parceria; Maior entendimento e confiança mútua.	Mentalidade do <i>nós</i> em vez de <i>nós versus eles</i> .
Alinhamento Estratégico	Mínima compatibilidade requerida além do interesse comum em uma dada área.	Coincidências de missão e valores; Compartilhamento de visão pela alta liderança da organização.	Atividades de significância estratégica; Relacionamento como ferramenta estratégica; Entrelaçamento de missões; Valores compartilhados.
Valor da Cooperação	Transferência genérica de recursos; Intercâmbio desigual de recursos.	Intercâmbio de competências; Intercâmbio de recursos; Projetos de âmbito e risco limitados.	Projetos identificados e desenvolvidos em todos os níveis da organização, com apoio da liderança; Criação de benefícios; Renovação de valores; Investimentos conjuntos para 'retorno' mútuo.
Administração do Relacionamento	Pessoal corporativo com ligação mínima com a causa; Progresso do projeto comunicado por relatório escrito; Expectativas mínimas de desempenho.	Infra-estrutura emergente, incluindo gerentes de relacionamento e canais de comunicação; Expectativas de desempenho explícitas; Aprendizado informal.	Cultura de cada organização influenciada pela outra; Integração organizacional, incluindo compartilhamento de recursos; Incentivo para estimular parcerias; Aprendizado ativo.

Fonte: Austin, (2001, p. 49).

Além disso, as parcerias interinstitucionais obterão resultados mais positivos e efetivos, na medida em que as instituições partícipes da articulação não

se sobreponham às outras nas questões referentes às deliberações que cabem à coletividade discutir.

Dowbor (2002, p.13) salienta que é fundamental superar a característica de subordinação, na qual se encontra grande parte das parcerias, uma vez que “[...] faz parte da parceria o fato de não se tratar de uma relação vertical, onde um manda e outro segue, ou de dependência, onde um segura a bolsa do dinheiro e o outro se adapta, mas de uma construção equilibrada de interesses articulados”. Assim, as instituições parceiras deveriam estar articuladas e integradas para a concretização dos objetivos propostos e não dependentes e subordinadas umas às outras.

No entanto, a articulação positiva entre empresa e outras organizações, no sentido de obter ganho social, tem as suas limitações devido às próprias características singulares e diversificadas de suas instituições, no que se referem a cultura, a finalidade, a meta, a objetivos diferenciados e, inclusive, contraditórios. Há algumas problemáticas na gestão destas parcerias que precisam ser aperfeiçoadas, tais como a participação de todos os atores em deliberar sobre as questões inerentes aos projetos; o fato das organizações pertencerem a modelos de gerência diversificados; a falta de comunicação entre as instituições e a concretização de modelos avaliativos constantes. Estes fatores dificultam a delimitação dos objetivos, a consecução destes, e, com isso, a parceria fica restrita em atuar positivamente no campo social.

Por outro lado, é justamente na diferença das instituições, acerca de experiências, conceitos, realidades, que a parceria pode ser enriquecida, no sentido dos articuladores convergirem seus esforços e interesses para que as dificuldades sejam enfrentadas na construção de práticas sustentáveis para a realidade social brasileira.

Contudo, apesar da troca de experiências, cuja prática enriquece os conhecimentos de cada parceiro, é importante ressaltar que as instituições deveriam “[...] participar de maneira flexível, sem perder as suas identidades e formas particulares de ação – condição vital para que as ações casem de maneira muito próxima com a diversidade cultural das comunidades [...]” (DOWBOR, 2002, p.52).

Para tanto, as parcerias entre as diferentes organizações deveriam estabelecer metas com fundamento lógico e operacional para que a articulação

tenha resultados positivos, com relação aos parceiros e, principalmente, com o alcance dos objetivos elencados.

Com isso, segundo Dowbor (2002, p.6), para que a parceria interinstitucional seja concretizada positivamente para as organizações envolvidas e, principalmente, para o público-alvo a que se destinam as suas ações, é preciso aprimorar os processos de gestão destas parcerias, mas ir além disso: “[...] trata-se de construir valores como confiança, colaboração, solidariedade, transparência, - sem os quais nenhuma parceria funciona - num mundo que foi de certa maneira reduzido à lógica da competição, das vantagens unilaterais [...]”. Desse modo, torna-se necessário incorporar valores que possibilitem aos parceiros desenvolverem suas atividades de forma a ultrapassar os objetivos postos pelo raciocínio mercantil.

Acrescenta-se que, no intuito de ocorrer a colaboração entre as instituições envolvidas na parceria, é preciso consolidar meios de comunicação eficazes, no sentido de gerar uma articulação maior entre os parceiros.

Para as parcerias interinstitucionais obterem resultados positivos, é imprescindível que as organizações estejam atentas às formas de comunicação estabelecida para a passagem de informações, troca de experiências e de conhecimentos.

Cabe ratificar a relevância da comunicação interinstitucional, destacada por Noleto (2004, p.22): “Parceiros e aliados precisam se comunicar com freqüência, conhecer um o discurso do outro, envolver todos os participantes de diferentes graus de hierarquia da organização na parceria”. Dessa forma, concretizar canais de comunicação contínuos é essencial na parceria instituída.

Além disso, a construção das parcerias entre as instituições deveria se caracterizar como um aprendizado em conjunto, no qual os profissionais representantes das instituições parceiras descobrem as estratégias mais eficazes para se alcançar os objetivos propostos pela parceria. Para tanto, torna-se necessário que os parceiros estejam propícios a aprender uns com os outros formas de atuar nas comunidades, com a população-alvo atendida, no sentido de obter resultados positivos e coerentes, no que se refere aos objetivos da parceria.

Neste sentido, segundo Noleto (2004, p.22): “A chave da parceria é permitir que a criatividade esteja presente e possa criar novos processos, estruturas e culturas diferentes para lidar com o projeto”. E essa criatividade será possível se os parceiros encaram a parceria interinstitucional como aprendizado contínuo.

Outro aspecto fundamental a ser contemplado nas parcerias interinstitucionais é o processo de avaliação das práticas desenvolvidas por determinado programa ou projeto social realizado pelas empresas, em parceria com demais organizações.

Há a necessidade de estipular indicadores para examinar o processo da parceria, sendo que esse fato auxiliaria na geração de “ [...] dados antes não disponíveis, aumentar o conhecimento e subsidiar as ações corretivas (CAETANO, 2006, p.123)”, com a finalidade de atender a demanda posta pela sociedade, no que diz respeito a sua condição socioeconômica.

Neste aspecto, Austin (2001, p.137-138) destaca a difícil tarefa de se avaliar os resultados advindos da parceria interinstitucional, com relação ao âmbito social. Este fato deve-se ao fato de que: “O impacto de programas voltados, por exemplo, para a mudança de atitude ou comportamento ou para melhorias na qualidade de vida pode demorar muito tempo para se manifestar e ser difícil de medir com precisão”. Assim, as empresas, ao investirem socialmente em determinada área, por intermédio de parcerias, precisam entender que:

Pelo fato de a diversidade de programas e resultados complicar o desenvolvimento de uma metodologia padrão, ao discutir os benefícios e o impacto social adicional [...] os parceiros deveriam definir como esses elementos devem ser medidos e obtidos. Depois, podem formular, individualmente, indicadores de desempenho para avaliar seus respectivos benefícios e estabelecer em conjunto os indicadores quantitativos e qualitativos do valor social gerado por seus esforços combinados.

Com isso, discutindo conjuntamente os indicadores a serem analisados, os parceiros interinstitucionais revelam a preocupação em contribuir socialmente com determinada intervenção, além de atingir seus próprios interesses.

Dessa forma, o que se almeja da parceria entre empresa e instituições: “[...] é uma maior flexibilidade de relacionamentos entre setores e parceiros, com, igualmente, critérios mais sofisticados de visibilidade desses acordos e medição mais precisa de seus resultados perante a comunidade” (CAETANO, 2006, p.129). Assim, é preciso o estabelecimento de parcerias sem o entrave “técnico-burocrático”, com formas transparentes dos acordos instituídos e de avaliações mais cuidadosas dos resultados alcançados.

Então, este relacionamento interinstitucional é mais amplo do que atuar em conjunto, implicando ter similar visão e expectativa do alcance da atuação e do posicionamento frente à realidade social, revelando uma preocupação, a longo prazo e não imediatista, das atividades desenvolvidas, bem como dos resultados destas práticas realizadas em conjunto.

Vale acrescentar que, segundo Noletto (2004, p.9), com relação aos processos de parceria e ao desenvolvimento sustentável:

O desafio da sustentabilidade envolve não só o levantamento e a adequada utilização de recursos financeiros; implica investir no desenvolvimento das pessoas que fazem parte da organização, melhorar a qualidade dos serviços e adequá-los às necessidades das comunidades, buscar a adesão da sociedade à causa da organização e informar de forma transparente.

Neste sentido, há muitos aspectos relacionados para que as parcerias interinstitucionais contribuam com o projeto de sociedade sustentável, dentre estes, o comprometimento amplo de cada parceiro na realização das atividades; a constante preocupação em aperfeiçoar os serviços sociais, no sentido de atenderem aos interesses da população; a procura contínua de firmar o engajamento da sociedade nos projetos sociais; e o fortalecimento dos canais de comunicação para que as informações não fiquem centralizadas.

A possibilidade inovadora de firmar parcerias interinstitucionais consolida-se, na medida em que as organizações, por intermédio das suas habilidades e competências, organizam-se para que objetivos comuns sejam alcançados de uma forma articulada entre os divergentes atores e com a participação da sociedade civil.

Nas parcerias interinstitucionais desenvolvidas pelas empresas, um grande diferencial é encarar os usuários como sujeitos ativos, participantes, protagonistas e colaboradores na identificação das demandas sociais e prioridades de intervenção dos projetos sociais responsáveis.

A participação da população é imprescindível, visto que, segundo Andrade (2005, p.77):

Só o cidadão sabe o que quer para si, para sua família e para a sua comunidade. É ele que deve decidir sobre suas prioridades e, portanto, sobre a maneira como devem ser conduzidos os negócios [...] para permitir que elas se realizem.

Nesse sentido, a colaboração dos usuários nas decisões, nos procedimentos a serem adotados com relação às parcerias interinstitucionais, é importante para o fortalecimento das comunidades locais, interagindo como agentes associativos com as organizações envolvidas.

A importância da participação da sociedade nas parcerias entre as instituições é ressaltada:

Quando uma determinada sociedade civil se torna suficientemente forte para pronunciar-se com voz relativamente à altura da de seus pares no setor privado ou no governo, isso aumenta as oportunidades de parceria bem-sucedida. Ao contrário, quando a sociedade civil é fraca ou dividida, tal colaboração se torna muito mais difícil (DULANY, 2005, p.66).

Desse modo, a sociedade, com sua participação ativa nos processos de articulação interinstitucional, é fundamental para que ocorram deliberações coerentes com a realidade social, gerando uma atuação colaborativa mais efetiva e eficaz.

Além disso, de acordo com Dowbor (2002, p.14), a população local deveria ser partícipe das parcerias concretizadas entre as diferenciadas instituições, pois,

[...] uma coisa é ver o grau de articulação entre instituições de apoio, e outra é ver a que ponto estas diversas instituições se articulam efetivamente com a população interessada. A longo prazo, sabemos, as ações se generalizam e se tornam sustentáveis quando a própria população as assume.

Deste modo, é preciso que o processo de articulação não fique centrado nas instituições parceiras, mas que se estenda à população, no sentido de garantir a participação desta nos projetos que lhe dizem respeito.

Cabe destacar que, neste estudo, busca-se compreender as possibilidades que os processos de parceria interinstitucional trazem para uma atuação mais duradoura e integrada na área social, por parte das empresas. Para

tanto, ressalta-se a parceria entre empresa e universidade, na construção de práticas de sustentabilidade social perante à sociedade.

As parcerias interinstitucionais, no caso das empresas, possibilitam um posicionamento responsável na área social, na medida em que constituem parcerias com instituições com histórico de atuação eficaz no campo social, o que resultaria em maior eficácia das práticas sociais empresariais. Portanto, para as empresas públicas e privadas, o processo de parceria representa, em muitos casos, modos de se atingir um objetivo social com competência.

Importante se faz realçar, conforme Santos (2006), que a parceria das empresas com as demais instituições resulta em vantagens para ambas as partes, no que se refere à troca de experiências e de competências. Com relação à corporação, esta tem o potencial de colaborar com outras organizações por repassar práticas de gestão relacionadas a avaliação dos resultados obtidos, a determinação de estratégias e a metas a serem alcançadas. As instituições, em contrapartida, podem repassar às empresas seu saber acerca da realidade social, das formas de executar com eficiência projetos sociais e dos conhecimentos que, se aplicados, visam concretizar atividades responsáveis e sustentáveis perante a sociedade.

Acrescentam-se demais aspectos positivos das parcerias interinstitucionais às empresas: “[...] enriquecimento estratégico, gerenciamento de recursos humanos, construção de cultura e geração de negócios (AUSTIN, 2001, p.26)”.

No primeiro quesito, as empresas dão-se conta que atuar socialmente baseada na filantropia não proporciona à organização formas de práticas mais ativas e estratégicas nas comunidades locais. Por isso, reformulam suas ações, no sentido de exercerem uma atuação mais compromissada e contínua na área social, utilizando-se, para isso, das parcerias interinstitucionais.

Já no que se refere ao “gerenciamento de recursos humanos”, as parcerias desenvolvidas com as demais instituições possibilitam às empresas trabalhar com realidades diferentes, e com isso a área de recursos humanos empresarial está mais apta a aumentar,

[...] suas perspectivas por meio da interação com diferentes tipos de pessoas, aumentando suas habilidades principais, tais como planejamento e trabalho em equipe, e ensinando-os a exercer uma liderança cooperativa. O envolvimento de funcionários em serviços comunitários pode também trazer à luz as capacidades, os valores e as atitudes dos indivíduos, possibilitando à empresa fazer avaliações de pessoal mais acuradas (AUSTIN, 2001, p.28).

Com isso, a empresa “enriquece” as suas práticas, no campo social, com o envolvimento dos funcionários no processo de parceria.

Na medida em que a parceria interinstitucional for incorporada na cultura da organização empresarial, o próprio engajamento da empresa com a área social poderá ser consolidado. Neste sentido, o benefício da parceria, com relação à “geração de negócios” está relacionado ao ganho de imagem institucional, melhoria na rede de relacionamentos da empresa e retorno mercantil das atividades sociais.

Não se pode perder de vista que a parceria estratégica proporciona às instituições envolvidas:

[...] as habilidades e a confiança necessárias para empreender outras cooperações, não apenas entre si, mas também com novos parceiros. Esse [...] aprendizado proveniente das parcerias cria um efeito multiplicador de capital social à medida que mais organizações e indivíduos são trazidos para empreendimentos cooperativos. Cada aliança adicional e cada conjunto adicional de relacionamentos representam ativos sociais que promovem o avanço da cooperação de cunho social (AUSTIN, 2001, p.79).

Deste modo, através da constituição de uma parceria interinstitucional podem se efetivar outras articulações, cujo potencial de atuação na área social pode ocasionar intervenções mais integradas e eficazes na realidade social.

Além disso, há a contribuição de Mota (1999), que discute, particularmente, sobre os benefícios para a empresa e para a universidade das interações desenvolvidas. No que se refere às universidades, estas têm a possibilidade de obter um plano orçamentário para investir em vários âmbitos, tais como: implementação de projetos de extensão e de pesquisa; acesso à bibliografia atualizada; usufruto de infra-estrutura moderna e eficaz; incentivo à qualificação continuada dos pesquisadores.

Para as empresas, o grande diferencial que a parceria proporciona está relacionado a contatos diretos com profissionais competentes e especializados, que assessoram na formulação e na execução dos projetos sociais, e na transmissão de conhecimentos inovadores, através de processos de pesquisas contínuas que a universidade proporciona, na parceria interinstitucional concretizada.

Cumprе assinalar que os projetos de responsabilidade social empresarial realizados em articulação com as universidades têm a possibilidade da construção de pesquisas que sejam capazes de auxiliar nas atuações na realidade social. Conforme Kawasaki (1997), é relevante ressaltar que essa parceria diferencia-se da prática atual de terceirizar serviços públicos, sendo a universidade caracterizada como uma instituição prestadora de serviços ao setor privado. Ao contrário, a interação empresa-universidade remete a ações, cujas organizações reúnem seus empenhos para atuarem na problemática social, sob a perspectiva da sustentabilidade.

Segundo Dagnino e Gomes (2003), a interação universidade e empresa precisa ir além das práticas relacionadas à pesquisa, ou seja, as universidades podem contribuir através do estabelecimento de ações, tais como a prestação de consultoria à corporação privada, que, similarmente, demonstram possibilidades de articulação, inclusive porque são das diferentes formas de interação das empresas com as universidades que resultam, em muitos casos, propostas de pesquisa que se incorporam à instituição empresarial e, conseqüentemente, o processo da investigação científica torna-se mais constante no planejamento estratégico empresarial.

Com isso, atualmente é difundida a idéia inovadora de estruturas associativas que façam universidades e empresas unirem-se em torno de objetivos comuns, destacando-se práticas interdisciplinares entre as áreas do saber e a aplicação de atuações integradas e colaborativas para a resolução dos problemas sociais.

Neste sentido, a cooperação entre universidade e empresa para a expansão de práticas sustentáveis é uma prática a ser desenvolvida de forma contínua. O trabalho conjunto, realizado entre o meio acadêmico e o empresarial, deve colaborar favoravelmente para dinamizar, nos diversos setores da sociedade, o modo sustentável de estabelecer as relações sociais.

Tal processo é um desafio posto para o desenvolvimento de práticas sustentáveis por ambos os setores. Entretanto, os mecanismos utilizados para a construção de ações baseadas na sustentabilidade devem permitir que cada ator social contribua para a viabilização desse projeto, sem descaracterizar o papel de cada instituição. Para tanto, a participação mútua dos profissionais, estagiários, docentes e estudantes é fundamental na materialização dessa parceria.

Conforme já salientado, esta parceria marca o estabelecimento de uma inovadora configuração de interação, na qual ambas as instituições atuam por intermédio de programas e projetos sociais instituídos em conjunto, com o objetivo de atuar na realidade, de forma responsável e sustentável.

Dessa forma, a partir do objeto de pesquisa deste estudo, o Projeto de Responsabilidade Social Cidadania Agora, da INFRAERO de Londrina, realizado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina, é que serão abordados no próximo item aspectos concernentes à análise da pesquisa realizada.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A concepção de responsabilidade social adotada neste trabalho remete a práticas baseadas na sustentabilidade social, rompendo com a tradicional atuação assistencialista desenvolvida pelas empresas. A perspectiva da sustentabilidade diferenciará o projeto social responsável de uma ação social que atua nos problemas emergenciais, da qual o investimento social da corporação é aliado ao desenvolvimento econômico e social, transformando uma determinada realidade local.

Os projetos de responsabilidade social empresarial, executados em parceria com outras instituições, caracterizam-se como responsáveis quando são incorporados ao planejamento da Gestão Empresarial, o investimento contínuo orçamentário e à utilização de estratégias que garantam uma atuação positiva na área social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Investir socialmente é completamente diferente de transferir recursos pontuais às instituições executoras dos projetos sociais. Ao contrário, o compromisso da empresa com determinado projeto social é demonstrado quando consta no Planejamento Estratégico, o orçamento destinado ao projeto.

Assim, o que se pode constatar pela fala da coordenadora administrativa da Infraero Social é que o Projeto Cidadania Agora tem, no planejamento estratégico da INFRAERO um orçamento próprio a ser aplicado anualmente. No entanto, apreende-se, nos relatos da coordenadora pedagógica e dos professores coordenadores do Projeto, que a forma de executar este orçamento para o cumprimento das atividades inviabiliza algumas práticas sociais propostas nas Oficinas:

Há um orçamento destinado especificamente para o Projeto. Nós temos um Termo de Cooperação Mútua e neste são elencados os valores a que se destina esse orçamento. Ali, ele está sendo destinado ao Projeto. O Projeto de Londrina é muito bem contemplado no quesito orçamento (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAERO SOCIAL DE LONDRINA).

Uma dificuldade são as novas mudanças, em relação às licitações que foram instituídas no âmbito do governo. Então, às vezes, a oficina fica comprometida, a realização das atividades, porque demora para a aquisição do material, porque você tem que fazer licitação. Nem sempre esse processo é rápido, raramente ele tem agilidade, o que acaba, muitas vezes, comprometendo a realização das oficinas, por falta de material. Então, não existe falta de recurso, existe uma lentidão por falta de material, por exigência legal na aquisição do material (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Nós não encontramos a possibilidade de termos os materiais a curto prazo. A gente não tem um resultado imediato (na compra de materiais) (EDUCAÇÃO FÍSICA).

Uma das limitações, como em todo local, são os recursos. Então, a gente sente que, por ser a INFRAERO, ter que respeitar uma legislação, nós temos um pouco na demora de compras. Às vezes, nesse atendimento, está sendo difícil, porque a gente tem uma idéia, mas nós temos que entrar em um sistema, temos que fazer três cotações, como é dinheiro público. A gente tem que ter um pouco de paciência nesse sentido e, às vezes, a gente sente que a coisa dificulta, porque a gente não pode por a prática da idéia tão rapidamente (AGRONOMIA).

A burocracia inviabiliza. A gente não consegue trabalhar com nuvem, porque é gravura, precisa de tinta, material, pintura. O ano passado, em uma proposta de oficina de fotografia não foi possível conseguir o equipamento. Então, esses prazos (para aquisição de material) e essa parte burocrática são bem limitadoras (ARTES).

Compreende-se, pelas falas apresentadas, que o investimento orçamentário empresarial para o Projeto é condição para uma atuação social responsável por parte da INFRAERO. Mas, a forma de operacionalização do planejamento estratégico, com relação ao Projeto, no que se refere à dinâmica das Oficinas, aliada ao tempo de exigência legal nas licitações para compra de materiais, dificulta a execução das atividades do Projeto. Este fato reflete nas práticas sociais das Oficinas, de forma a prorrogar determinadas propostas de atuação, o que traz atrasos no atendimento das necessidades do Projeto e, com isso, óbices no caráter de continuidade das ações desenvolvidas.

Segundo depoimentos da coordenadora pedagógica e dos professores coordenadores da área de Educação Física e de Artes, o investimento empresarial em infra-estrutura é fundamental para o crescimento social do Projeto e para ampliação das oficinas de atendimento. Para tanto, a reestruturação do espaço físico é essencial para o desenvolvimento de novas atividades. Neste sentido, a coordenadora administrativa da Infraero Social coloca como possibilidade ao Projeto

maior investimento empresarial, no aspecto infra-estrutural. As afirmativas são comprovadas com os depoimentos a seguir:

Nós temos algumas limitações. A primeira delas é a questão do espaço físico. Quando o Projeto começou, ele começou pequeno, então, aquele espaço que a gente tinha dava conta para a realização das oficinas. Hoje, com a ampliação do número de oficinas e a permanência da mesma estrutura física, nós enfrentamos dificuldades para você fazer a administração do espaço, porque é uma sala para as oficinas. A INFRAERO cedeu o campo de futebol dos funcionários, mas eles cederam um dia da semana para que a Oficina de Esporte aconteça. A Oficina de Gravura muitas vezes acontece no espaço da INFRAERO que é da Churrasqueira, que é uma área maior e coberta, que tem mesa ampla, que é exigido para a realização da Oficina (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

As limitações, a gente tem encontrado na questão mesmo de infraestrutura, apesar da INFRAERO estar oferecendo tudo o que é viável, na medida da possibilidade deles. Mesmo assim, para nós conseguirmos desenvolver um trabalho mais amplo, claro, nós temos necessidade de espaço mais específico para desenvolver as determinadas modalidades esportivas. Porque nós estamos buscando o resgate da cidadania dessas crianças através do esporte e aí nós temos à disposição, o espaço que eles já desenvolviam as atividades esportivas naturais da INFRAERO. Então, estamos tentando, aos poucos, avançar nos espaços que eles nos oferecem e tentando, de alguma maneira, trabalhar com muita originalidade nessa questão de espaço [...] (EDUCAÇÃO FÍSICA).

[...] a falta, por exemplo, de mesa, foi uma coisa que a gente ficou extremamente desanimado, porque eles (estagiários) começaram a trabalhar na churrasqueira. Aí, tinha o vento, o frio, depois o chão, não tinha infra-estrutura para nossa área, porque as pessoas dizem que dá para fazer alguma coisa. Mas, com Artes plásticas é difícil, chega a um ponto que a gente não está mais atuando na nossa área, os alunos ficam desmotivados. Tinha muito mais Oficinas e depois de um mês, dois (meses) esperando a coisa começar. A gente tinha esse desejo de ter a infra-estrutura [...] (ARTES).

A Universidade vem tentando realizar algumas ações dentro do Projeto, porém, a gente tem algumas limitações, de adequação de espaço, alocação de salas. Mas, dentro do que a INFRAERO consegue proporcionar, eu acho que está sendo desenvolvido. Precisa-se de um estudo de viabilidade, de demais possibilidades que possam acontecer dentro do Projeto, mas isso é a longo ou médio prazo. Até mesmo a INFRAERO, sendo uma empresa federal, ela tem todo um quesito de licitação, de obras, de planejamento, de aprovação. Acho que a possibilidade está elencada a um estudo de viabilidade e aí é que entram as limitações, porque a gente não pode ir além do limite que está sendo proposto (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAERO SOCIAL DE LONDRINA).

Verifica-se, com os relatos, o esforço da coordenadora administrativa da Infraero Social em atender a demanda de reestruturação do espaço físico, procurando, inclusive, colocar à disposição as áreas da Empresa para a realização de algumas Oficinas, bem como incluir, no estudo orçamentário da instituição, a viabilidade de construção de obras para ampliação do Projeto.

Em contrapartida, os professores coordenadores do Projeto adequam-se às condições do espaço existente, não interrompendo as atividades do Projeto, procurando organizar estratégias de atuação, com utilização de técnicas e conhecimentos das áreas para ajustar às atividades dentro da estrutura disponível. A preocupação demonstrada está relacionada ao atendimento às crianças e adolescentes (público-alvo do projeto), no sentido de proporcionar um serviço de qualidade para que estes tenham a oportunidade de participar e experienciar atividades socioeducacionais no Projeto.

Neste sentido, através dos compromissos expressos pela coordenadora pedagógica e pelos professores coordenadores da UEL, revela-se a importância de um projeto acadêmico extensionista, materializado no Projeto Cidadania Agora, revelando a capacidade de investimento em um projeto social responsável e sustentável. Neste espaço, estes sujeitos exercem sua função social e política, atuando na realidade social, sob o enfoque do ganho social, com o objetivo de beneficiar o grupo populacional atendido. Além disso, a concepção de responsabilidade social dos coordenadores da UEL está interligada ao entendimento de Universidade pública como instituição social e política que atua nos projetos de extensão às comunidades de forma responsável. Assim, os depoimentos esclarecem as reflexões demonstradas:

Hoje você conta grande parte das vezes com o interesse de determinadas áreas, de determinados docentes. Eu acho que esse interesse das áreas e de docentes está diretamente relacionado com o compromisso político e com a responsabilidade social dessas pessoas que integram os projetos. Porque, do ponto de vista institucional, seria muito difícil dizer: olha, a gente continua ou cria projetos, porque a Universidade dá apoio, dá infra-estrutura, dá recursos. Não é verdade. A gente faz por uma questão de compromisso e de responsabilidade mesmo. Isso porque é o mínimo que a Universidade, enquanto instituição pública, deve oferecer para as pessoas que financiam todos os cursos, os projetos de extensão e de pesquisa da Universidade, que todo cidadão, na verdade, é o mantenedor das instituições públicas. O objetivo é fazer com que aquele espaço que está disponível na INFRAERO possa ser

usufruído pelas pessoas que, no cotidiano, dificilmente teriam acesso. (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Primeiro tem o tema “a Universidade não fechada nos muros do Campus”. Eu vejo a universidade com um atendimento direto com a sociedade e nós temos essa responsabilidade também com a sociedade, uma vez que a Universidade é pública e ela é bancada pela população. Nós temos, de alguma maneira, que estar estendendo toda essa área de conhecimento para benefício da sociedade. Com essa visão, foi com muita naturalidade que eu aceitei entrar no Projeto e estar contribuindo diretamente com essa área populacional.

O que me motivou a fazer um trabalho desse é exatamente por nós termos uma oportunidade de campo de estágio, onde nossos alunos vão ter um aproveitamento desse conhecimento em sala de aula direto. Seria um laboratório vivo presente para eles estarem entendendo todo o embasamento teórico que a gente está fazendo. Além desse espaço que oportuniza a questão do estágio, é a questão mesmo de benefício para a própria sociedade. (EDUCAÇÃO FÍSICA).

A extensão, no meu ponto de vista, é uma oportunidade para o aluno por em prática o conhecimento. A extensão se torna, além do lado social, para o aluno começar a ver que nós vivemos em sociedade, que ele, tendo essa oportunidade de estudar, então, a responsabilidade dele também é grande para com a sociedade, ainda mais em uma Universidade pública. A comunidade tem muito mais retorno (com Projetos de Extensão) do que com a pesquisa e o ensino. Quando você vai lá e vê o sorriso daquelas pessoas, alguns depoimentos, a empolgação [...] é uma responsabilidade grande, a comunidade está lá te esperando. A gente tem que estar cumprindo da melhor maneira possível para que eles façam uma avaliação positiva do nosso trabalho de extensão (AGRONOMIA).

A gente atuar, enquanto área mesmo, nesses lugares com essas pessoas que a gente chama de excluídos, porque a gente vê que a Arte tem uma grande potencialidade para trazer elas, inclui-las [...] (ARTES).

Uma grande motivação é a inserção de alunos de diversas áreas. Essa integração que é extremamente importante, de alunos da UEL com adolescentes, no nosso caso. E o fato de você estar proporcionando uma atividade que está sendo de extensão à comunidade [...] (SERVIÇO SOCIAL).

Compreende-se, a partir dos depoimentos apresentados, a indissociabilidade existente entre a responsabilidade social, enquanto educadores, e o compromisso político com a sociedade, mediando o conhecimento acadêmico,

contribuindo proativamente com o social. É a perspectiva da responsabilidade integrada à solidariedade, por intermédio de uma postura responsável com o contexto social, em benefício da coletividade.

No Projeto Cidadania Agora, as atividades desenvolvidas enfatizam práticas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população atendida, demonstrando a preocupação, por parte das coordenações do Projeto, em constituir práticas de responsabilidade social integradas à sustentabilidade social:

A Universidade oferece várias oficinas, todas elas com o objetivo de identificar habilidades, promover habilidades e competências, de modo que essas crianças sejam valorizadas socialmente e reconhecidas como sujeito de direitos e que também tenham oportunidade de experimentar novas situações e oportunidades (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Essa possibilidade do Projeto, como é um Projeto indeterminado, da gente fazer um trabalho interessante que despertasse prazer e a consciência da necessidade de praticar esporte, através de um trabalho de atividade física, a importância da saúde mesmo, toda essa questão da qualidade de vida para eles [...] (EDUCAÇÃO FÍSICA).

Nós temos trabalhado, por exemplo, com algumas crianças em situação de risco, no sentido de que elas fiquem nos períodos da tarde lá. Nisso, elas vão conviver com todos os integrantes do Projeto e, ao mesmo tempo, elas regam todas as plantas da estufa, elas fazem o plantio, a adubação. Nós achamos que só delas não ficarem na rua e estarem lá no Projeto, elas já estão tendo uma formação, disciplina do que é correto. Nós temos que pensar nas crianças, na família, na vizinhança [...] (AGRONOMIA).

[...] resgatar a cidadania, oferecendo a oportunidade deles trabalharem, promovendo sociabilidade, auto-estima, a possibilidade de se expressar, de se ver fazendo parte de um grupo, construindo alguma coisa, porque a Arte envolve essa coisa de pensamento, de afetividade (ARTES).

Nós desenvolvemos a Oficina do Adolescente Aprendiz, onde a gente trabalha algumas questões da profissionalização. A gente entende que, na questão da formação profissional, faz parte viabilizar o acesso à cultura, ao lazer (SERVIÇO SOCIAL).

[...] o objetivo de tirá-los talvez de uma situação familiar, de uma situação de risco nas ruas, nos horários pós-escola, que muitas vezes, eles não tem os pais para estarem com eles. Entra numa questão social, que o objetivo do Projeto é estar auxiliando essas crianças a estarem sendo inseridas em uma atividade, à qual eles não estejam se colocando em risco fora de uma escola e até mesmo proporcionando um conhecimento para que eles possam vislumbrar

um futuro melhor (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAESTRUTURA SOCIAL DE LONDRINA).

Nos relatos demonstrados, a melhoria das condições de vida da população-alvo atendida é viabilizada por estratégias na perspectiva da inclusão social. Esta orientação está presente nas coordenações do Projeto, na medida em que contemplam, em suas ações, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, assegurando o processo de socialização e formação socioeducacional destes no Projeto.

Além disso, através do processo educacional, as coordenações da Agronomia e da Educação Física demonstram propostas de intervenção que remetem à postura responsável e sustentável. O exemplo desta assertiva está nos depoimentos da coordenação da Agronomia que coloca, como importante, inserir no Projeto debates acerca da postura dos usuários frente ao meio ambiente, de modo a se relacionar com este de forma saudável. Com relação às atividades que promovam a geração de renda, a área da Agronomia articula tais atividades a uma postura responsável perante o meio ambiente. No que diz respeito à área da Educação Física, a coordenação investe em um projeto educacional de responsabilidade social em que integra as atividades esportivas recreativas e de lazer para o desenvolvimento social das crianças e adolescentes. Seguem-se os depoimentos que ratificam as idéias colocadas:

Nossa idéia é ter plantios de árvores e trabalhar esse lado ecológico e cultural. A gente vê que os países de Primeiro Mundo desenvolvem muito isso na criança, porque, depois de adulto, é duro você colocar a importância de se viver em equilíbrio com a natureza, a importância de se plantar uma árvore, a importância de não se destruir as florestas. As crianças começam a ver essa importância e acabam até conscientizando a família que é importante ter uma árvore na frente de casa, que é importante, se tiver um quintal, plantar um pé de limão, um pé de acerola, que disso eles vão se alimentar e aí a coisa vai mudando aos poucos [...] (AGRONOMIA).

A nossa idéia, além do lado de meio ambiente, por nós trabalharmos com orquídeas é um produto que é fácil de comercialização, porque não existe muita produção em Londrina, praticamente 90% das flores consumidas no Paraná vêm de São Paulo. Então, além de ter esse lado de trabalhar com a terra e a ecologia, nós também pensamos na produção de flores ser uma alternativa de agronegócio. Ou mesmo trabalhar com jardinagem. Hoje tem os condomínios horizontais que todos eles têm grandes áreas de jardins. Então, nós vimos com essa perspectiva de formar pessoas ou para trabalhar com paisagismo, ou

com jardinagem, ou, até mesmo, para vender plantas. Então, essa seria a idéia no lado social de produzir, de ter alguma coisa que desse o retorno financeiro. E o outro seria o lado mesmo de trabalhar o meio ambiente ou mesmo o lado da integração social [...] (AGRONOMIA).

Em relação à população atendida, eu acredito que nós estamos no caminho certo. Nós já estamos observando mudanças de atitudes e comportamentos dessas crianças e desses jovens que participam das nossas atividades. A gente está buscando exatamente isso: respeito, compromisso, disciplina, o Projeto voltado para a questão da cidadania. Nós entendemos que, através do esporte, nós conseguiríamos além dessa mudança de comportamento e de atitudes, também criar neles a questão de objetivo voltado para a Educação Física, através do trabalho mais pré-desportivo. Acredito que a nossa perspectiva maior seria conseguir tirar dessa parte recreativa social, também voltada para a questão do esporte e do desporto, e encaminhar essas crianças que demonstram uma habilidade diferenciada, encaminhando para clubes, alguns grupos de treinamento mesmo. De repente, elas possam estar despontando como atletas, representando não só o Projeto INFRAERO, representando Londrina (EDUCAÇÃO FÍSICA).

A postura de tais professores coordenadores no Projeto Cidadania Agora contribui para que este se diferencie da ação social tradicional das empresas, fundamentada na filantropia. Ao levarem em consideração aspectos que ultrapassam a prestação de atendimentos sociais, procurando contemplar, na prática social, a perspectiva do desenvolvimento sustentável, estes professores colocam o alicerce para que o projeto seja caracterizado como socialmente responsável.

No entanto, para a viabilização do Projeto Cidadania Agora como responsável e sustentável na área social, é fundamental que as atividades acadêmicas dos professores coordenadores da UEL estejam integradas a um protagonismo empresarial, por parte da coordenadora administrativa da Infraero Social. Isto implica a Empresa ser ativa no Projeto, contribuindo com um conjunto de intervenções concretas, juntamente com a instituição parceira. Porém, o que se constata é a ausência do protagonismo empresarial, revelado pelo depoimento da coordenadora da Infraero Social, da coordenadora pedagógica e da professora coordenadora do Projeto:

O processo acadêmico, o processo de andamento das Oficinas eu não tenho participação, porque até mesmo é competência da Universidade. A INFRAERO almeja que esteja acontecendo formação dentro das Oficinas que estão sendo proporcionadas a eles (usuários). Eu acredito que cada Oficina delineada pela Coordenadora da Universidade seja a Oficina que ela considere o caminho buscado para que esses alunos, essas crianças saiam daqui com o mínimo de conhecimento específico em cada Oficina para se lançar fora daqui [...] que haja um crescimento, um desenvolvimento. Além do desenvolvimento familiar, psicológico que tem todo esse trabalho sendo realizado também (pela Universidade), além da prática em si, de uma Oficina de Esporte, de uma Oficina de Artes, de uma Oficina de Orquidário. Eu acredito que o objetivo seja realmente esse: o mínimo do aprendizado para que eles possam se profissionalizar e se identificar em alguma matéria. (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAERO SOCIAL DE LONDRINA).

O que a gente quer a médio e a longo prazo é também fazer com que o próprio pessoal da INFRAERO, através do conhecimento que dispõe, das competências, das diferentes experiências que eles tenham, que eles possam devagar ir se inserindo. Atuando, inclusive, em algumas Oficinas ou criando novas Oficinas para que eles mesmos possam desenvolver com a população infanto-juvenil ali no entorno do Aeroporto (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

É muito difícil você fazer uma mudança de cultura. A própria INFRAERO, na minha opinião, tem isso também introyetado. A grande limitação é essa: do entendimento do que é desenvolver Projeto de Responsabilidade Social, o que é essa integração com as parcerias (SERVIÇO SOCIAL).

Destes relatos, há a compreensão de que a atuação social empresarial está relacionada a transferência de recursos, sem contemplar um envolvimento maior junto aos parceiros institucionais, encarados pela empresa como meros executores dos projetos sociais. Com isso, ocorre no Projeto delegação de atribuições e obrigações da coordenadora da Infraero Social para os professores coordenadores da UEL, e, por consequência, devido à postura empresarial, a responsabilidade social da INFRAERO não se consolida.

Na medida em que uma das grandes limitações do Projeto Cidadania Agora está no relacionamento entre os parceiros INFRAERO e UEL, é relevante concentrar as reflexões acerca da parceria interinstitucional estabelecida, o que fornecerá mais clareza sobre as práticas sociais desenvolvidas no Projeto.

Neste estudo, o conceito de parceria trabalhado não se reduz ao mero repasse de recursos ou de atribuições à instituição parceira. A parceria interinstitucional, em um projeto de responsabilidade social empresarial, envolve

organizações parceiras que se dedicam ao objetivo comum de gerar melhor qualidade de vida à sociedade. Também, implica o compromisso e o envolvimento das instituições parceiras, concretizando práticas colaborativas, complementares e contínuas para uma atuação social responsável e sustentável.

Os objetivos da parceria interinstitucional são complementares, no sentido de construir um projeto de responsabilidade social empresarial que busca oferecer serviços sociais de qualidade à comunidade, visando atuar nas problemáticas sociais locais. É o que se ressalta na constituição de parcerias interinstitucionais que deveriam atuar na perspectiva da responsabilidade social sustentável que possibilita resultados positivos ao desenvolvimento social de determinada comunidade.

Além disso, o processo de parceria interinstitucional envolve a articulação dos parceiros, no que se refere à contribuição mútua das instituições com os recursos, com as competências e com as habilidades para que a proposta conjunta se consolide.

No processo de parceria estabelecido entre a INFRAERO e a UEL, destaca-se que a Universidade, com seu histórico de atuação em projetos de extensão às comunidades, foi considerada pela Empresa como importante parceira, na medida em que tem a possibilidade de contribuir academicamente, através do contato contínuo da Empresa com profissionais competentes e especializados, na implementação e na execução do Projeto Cidadania Agora. Para a INFRAERO, o fato de os professores da UEL coordenarem as atividades do Projeto, ocasionaria uma eficácia maior deste frente aos problemas da população local. Com isso, revela-se que a INFRAERO, no seu projeto de responsabilidade social, tem a intencionalidade de ocasionar transformações positivas na realidade social local. Estas afirmações podem ser confirmadas pelos depoimentos abaixo:

À época, foi considerada a estrutura da Universidade Estadual de Londrina quanto à qualidade dos Projetos que ela já desenvolvia na cidade, no contexto acadêmico dela também. A Universidade passou a ser o primeiro contato que a INFRAERO teve a título de Projetos e vislumbrando a parceria, porque na extensão de Projetos que a Universidade contempla atenderia perfeitamente as expectativas da INFRAERO em estar com a intenção de desenvolver um Projeto Social no Aeroporto. Então, percebeu-se que a Universidade atenderia as expectativas de instalação de Projeto Social aqui em

parceria com a INFRAERO (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAERO SOCIAL DE LONDRINA).

Nós fomos procurados por um representante da INFRAERO, na época, que tinha uma proposta de projeto. A intenção era atender crianças e adolescentes que moravam nos bairros que ficam ao entorno do Aeroporto, cujas famílias eram de baixa renda e que passavam por dificuldades, de modo que a INFRAERO pudesse contribuir para modificar a situação dessas famílias. Em razão dessa procura da INFRAERO pela Universidade é que nós começamos a sentar e a discutir o Projeto de Responsabilidade Social (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Trata-se de uma parceria de responsabilidade social com o objetivo de atender crianças e adolescentes da região do entorno do Aeroporto e a minha pesquisa na época que eu estava no Mestrado tinha a ver com a questão do aprendizado de crianças e adolescentes. Então, veio a calhar a minha atuação lá, sendo que seria possível a gente estar complementando, produzindo aí a questão do trabalho do adolescente (SERVIÇO SOCIAL).

Por que não aproveitar o espaço da INFRAERO também para que as crianças tenham esse lado de ecologia, trabalhar a planta e também do fato de ter as plantas como futuramente um agronegócio? (AGRONOMIA).

Eu tive conhecimento, através do documento do Projeto, achei interessante, achei que a Educação Física não poderia estar separada das demais equipes, das áreas disciplinares que atuam. Daí, eu fui em busca de acadêmicos que tivessem interesse de estar contribuindo para a formação e o resgate da cidadania das crianças que estão envolvidas no Projeto (EDUCAÇÃO FÍSICA).

A gente tem visto que o trabalho de Artes contribui para a construção dessa idéia de cidadania, um resgate da auto-estima, as possibilidades de expressão, de se sentir construindo alguma coisa, fazendo parte de alguma coisa que sempre é um pouco prazerosa, um pouco lúdica, que promove sociabilidade, construção de pensamento, de idéias. Então, sempre que a gente pode, recebe um convite, nós atuamos (nestes Projetos) (ARTES).

Verifica-se que os objetivos da parceria entre INFRAERO e UEL são complementares, o que contribui para a concretização da proposta conjunta. No entanto, o entendimento da coordenadora administrativa da Infraero Social sobre o papel da Universidade no contexto da parceria instituída acaba por restringir a dimensão do Projeto. O posicionamento desta coordenadora sobre a atuação da UEL como parceira é o de atribuir às coordenações da Universidade toda a parte prática de construção das Oficinas de atendimento, sendo responsável por todo encaminhamento acadêmico, operacional e prático das mais variadas Oficinas. Por

outro lado, a coordenação administrativa da Infraero Social não participa desse processo e restringe sua atuação, na parceria, à intervenção nos aspectos de manutenção financeira e estrutural do Projeto. É o que fica evidente pelo depoimento elencado:

O processo acadêmico, o processo de andamento das Oficinas eu não tenho participação, porque até mesmo é competência da Universidade.

A INFRAERO como mantenedora desse Projeto, o papel dela é proporcionar a realização dessas Oficinas. O papel da INFRAERO é estar proporcionando aos parceiros a viabilidade de continuidade no Projeto, no quesito administração, orçamentário, administrativo. Esse é o contexto da INFRAERO nesse Projeto, (nos aspectos) estrutural, de segurança. (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAERO SOCIAL DE LONDRINA).

O problema presente na parceria entre INFRAERO e UEL é justamente na questão da compreensão do que é desenvolver um projeto social em parceria interinstitucional, na perspectiva da responsabilidade social. A Universidade, na condição de parceira, está sob prisma orientador de uma atuação interdisciplinar, colaborativa e articulada, sendo a intervenção nas comunidades uma possibilidade de beneficiá-las. No entanto, a Infraero Social busca, com o Projeto Cidadania Agora, atuar proativamente no social, mas considera como uma prática de responsabilidade social empresarial o repasse de recursos, delegação de atribuições e de responsabilidades. Este fato determina uma intervenção desarticulada com a instituição parceira, dificultando o alcance dos objetivos propostos pela parceria instituída.

Ainda sob os aspectos do relacionamento entre os parceiros, um dos enfoques dados pela coordenadora pedagógica do Projeto como uma limitação, refere-se à forma da coordenadora administrativa da Infraero Social conceber a população-alvo atendida, crianças e adolescentes carentes e em situação de risco.

A equipe da UEL, devido à experiência em projetos de extensão às comunidades, em particular com a população infanto-juvenil, analisa o comportamento das crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto como um processo próprio de ser criança e adolescente, na medida em que alguns feitos ocorridos fazem parte da socialização em grupo, do aprendizado, da formação educacional. Como a coordenadora administrativa da Infraero Social não participa, de forma conjunta com os professores coordenadores da UEL, na elaboração dos

objetivos do Projeto e das Oficinas e não tem uma vivência do cotidiano deste, a coordenadora da Empresa não conhece a população-alvo atendida, seu comportamento, e, por conseqüência, “estranha” algumas ações dos usuários que contrariam a expectativa da Empresa. Este fato é confirmado pela seguinte fala:

Como nós trabalhamos com crianças e adolescentes e o espaço da INFRAERO exige segurança, muitas vezes aquilo que as crianças e adolescentes fazem que para nós faz parte do processo, faz parte da idade, é esperado que eles façam, para a administração da INFRAERO isso vira problema. Por exemplo: ali existe uma Torre de Alta Tensão que as crianças têm que ter o maior cuidado e não podem se aproximar dali, porque, se a criança toca, entra em contato e pode matar uma criança. A criança está acostumada a trazer brinquedos, levar a pipa e você não pode deixar a criança levantar a pipa no espaço ali, porque aquele é um espaço aéreo de segurança. [...] Às vezes, acontecem coisas, durante a realização das oficinas que a equipe administrativa da INFRAERO estranha e nós, por outro lado, estranhamos o comportamento deles, porque a gente, acostumado a lidar com essa população, você entende como parte do processo. Então, por exemplo: já quebraram espelho, furaram a grade da estufa, quebraram a pia da churrasqueira. São coisas que acontecem em uma escola e não é porque é uma população de baixa renda, é porque quando você junta crianças, quando eles trabalham em grupo são coisas que acabam acontecendo. Então, a gente também tem essa dificuldade de fazer respeitar o espaço aéreo que exige segurança, mas, por outro lado, mostrar para o pessoal administrativo que essas práticas, essas ditas “transgressões” não são transgressões graves, quer dizer são próprias da infância e da adolescência (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Este limite colocado pela coordenadora pedagógica é determinado pela forma de participação da coordenadora da Infraero Social na parceria, restrita ao nível administrativo, não contemplando os aspectos operacionais do Projeto, o que contribuiria para o próprio conhecimento da demanda atendida. Com isso, a execução das atividades para o atendimento à população-alvo ocorre de forma desarticulada, sendo a UEL mera executora do Projeto e a INFRAERO, a mantenedora da infra-estrutura.

Além disso, um fator que contribui para que o trabalho realizado em parceria entre INFRAERO e UEL seja caracterizado como integrado e articulado, alcançando resultados positivos, é a consolidação de processos de comunicação eficazes no Projeto.

No momento da entrevista, ao se fazer referência à comunicação entre a coordenação administrativa da Infraero Social, a coordenadora pedagógica e

os professores coordenadores da UEL, a maioria dos representantes da Universidade também abordou um aspecto relevante, qual seja, a comunicação com os estagiários do Projeto. Esta supervisão acadêmica freqüente demonstra a preocupação destas coordenações em acompanharem o trabalho desenvolvido no Projeto, o que contribui para atendimentos e encaminhamentos coerentes com a demanda atendida. Além disso, a coordenação da Educação Física pontua a necessidade de se estabelecer, no Projeto, fluxos de comunicação mais contínuos entre os estagiários das diferentes áreas. Seguem-se os relatos:

Com a equipe da Universidade, nós temos regularmente supervisão semanal com estagiários da Psicologia e do Serviço Social que acompanham as diferentes Oficinas. Então, eles semanalmente estão relatando o que está acontecendo, como está funcionando, se está tendo algum problema, alguma necessidade de material ou alguma outra coisa para a gente ir tomando providências (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Eu tenho o diálogo quase que semanal ou diário (com os estagiários). Tamanho o compromisso deles é que me procuram para estar fazendo um *feedback*. Quando acontecem algumas coisas diferenciadas na rotina, eles me procuram para comentar o que está acontecendo. Esse fluxo de informação é constante (EDUCAÇÃO FÍSICA).

Está dando certo, porque os alunos têm o compromisso de estarem lá presentes e passando o conhecimento e nós em dar o respaldo para que eles (estagiários) tenham segurança no que vão trabalhar em conjunto (AGRONOMIA).

A gente tem encontros quinzenais, eles relatam o que estão fazendo, os problemas que eles encontram e a gente conversa e tenta resolver, ver o que pode ser feito (ARTES).

Na questão interdisciplinar, nós temos informações de como estão sendo desenvolvidas as áreas. Nós ainda não buscamos uma integração maior entre os estagiários das áreas. Nós achamos interessante, discutimos até a possibilidade de estarmos fazendo um encontro regular entre os estagiários. Porque o indivíduo que é atendido é uno e a gente busca várias facetas na questão comportamental desses alunos. Então, seria interessante também que os estagiários estivessem direcionando todo o desenvolvimento das suas ações para esse indivíduo uno. É um trabalho que a gente ainda vai estar amadurecendo (EDUCAÇÃO FÍSICA).

Os depoimentos apontam a preocupação das coordenações em conduzir as atividades desenvolvidas por intermédio de comunicação contínua com os estagiários, envolvidos nas Oficinas, que dialogam com os coordenadores,

relatando todo o procedimento das atividades ocorridas, os problemas a serem enfrentados, as maiores dificuldades. Por contrapartida, os docentes prestam toda a orientação necessária quanto às estratégias a serem empregadas ou revistas e os encaminhamentos a serem dados no Projeto. O relato da coordenadora da Educação Física revela a necessidade de um trabalho articulado entre as áreas que resulta em atendimentos mais integrados à população-alvo. Este posicionamento reflete a preocupação dos professores coordenadores em conduzir as atividades de forma a considerar as necessidades da população.

No que se refere à comunicação entre a coordenadora pedagógica, os professores coordenadores e a coordenadora administrativa da Infraero Social, apreende-se que esta ocorre em uma conotação de crescimento e aprimoramento do Projeto, tendo um profissional responsável da Empresa para mediar o contato com os docentes da Universidade. No entanto, tal comunicação tem uma relação direta com as necessidades do Projeto, não realizando discussões freqüentes (as reuniões para comunicação entre os parceiros geralmente ocorrem no início ou final de semestre) acerca de todo o funcionamento do Projeto, de como este pode ser aperfeiçoado na atuação social responsável, sobre as estratégias a serem pensadas e redirecionadas em conjunto. Os depoimentos abaixo confirmam estas reflexões:

Nós fazemos ou reuniões, sempre que necessário, ou fazemos contato por telefone, solicitando ou informando alguma coisa. Ou mesmo correspondência por escrito para deixar registrado ali algumas das nossas necessidades em relação ao Projeto (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Nós temos reuniões periódicas na INFRAERO, em que a coordenadora geral, junto com os todos os integrantes, coordenadores das Oficinas, expõem os seus problemas, o que está acontecendo, expõem também as coisas boas. A INFRAERO também vem, participa de todas as reuniões, também dizendo o lado deles, o que está de positivo e negativo e assim todos vão crescendo juntos (AGRONOMIA).

Todo início de atividades semestrais, a INFRAERO chama os supervisores, faz uma reunião para ver o andamento do desenvolvimento, como é que estão as áreas, as necessidades maiores. Fora essas reuniões de início de semestre, nós temos uma comunicação direta (com a INFRAERO). O diálogo é constante, na medida das necessidades de nós mesmos estarmos procurando, buscando o diálogo com eles (EDUCAÇÃO FÍSICA).

O que eu vejo quando a gente tem um Projeto que envolve muitas pessoas e áreas é uma certa dificuldade de diálogo. Por exemplo: marcar uma reunião com todas essas pessoas é complicado. Então, como a gente não acaba fazendo, não conseguindo sempre ou, pelo menos, com alguma frequência, às vezes, a gente tem esse desvio de conversas e pequenos desentendimentos. Por exemplo, tinha um problema com a lista de materiais e com mesas e por diversas vezes eles (estagiários de Artes) pediram material e quando chegou em julho, alguém me ligou de lá (do Projeto) que a gente nunca tinha pedido lista de material. São problemas de comunicação, de ter muita gente envolvida, muita gente responsável por uma mesma coisa. A gente ficou, trabalhando um tempão com um mínimo de material, que não era um trabalho que a gente idealizou, pensou e, ao mesmo tempo, de lá, eles (do Projeto) achando que a gente não tinha feito nenhum esforço para resolver isso (ARTES).

Quando eu assumi o Projeto, a comunicação foi através de uma reunião realizada entre os parceiros. Foram elencados, reforçados os objetivos de cada parceiro para que se praticasse isso ao longo do decorrer do ano. A necessidade (de comunicação) vem de encontro com a necessidade do Projeto (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAESTRUTURA SOCIAL DE LONDRINA).

Verifica-se que a comunicação mantida no Projeto está relacionada à fase de implementação em que este se encontra, uma vez que, nesta etapa, estratégias são redirecionadas para que o fluxo de informações entre as coordenações torne-se mais contínuo e eficaz.

Para que o Projeto Cidadania Agora, realizado em parceria interinstitucional, possa contribuir para o estabelecimento de práticas responsáveis perante à população atendida é fundamental considerar as formas de avaliação e de monitoramento do desenvolvimento das atividades do Projeto.

O processo contínuo de avaliação ocorre, primeiramente, de forma específica, em que cada professor coordenador responsável pela área e pela Oficina, faz avaliação das atividades, para, posteriormente, realizar uma avaliação conjunta com a equipe e demais parceiros institucionais. As organizações parceiras procuram avaliar os resultados efetivos das práticas realizadas, considerando os atores envolvidos, as responsabilidades das instituições, as competências dos profissionais, a participação dos usuários e o alcance dos resultados junto à comunidade.

No que diz respeito à coordenadora pedagógica, é demonstrada a relevância atribuída às formas de avaliação do Projeto que estão direcionadas a averiguar se as atividades realizadas condizem com os objetivos propostos. Para

tanto, a avaliação conjunta com as demais coordenações reafirmam o funcionamento e o procedimento de cada Oficina, no sentido de atingir os objetivos do Projeto. É revelada também a preocupação em repassar para a instituição parceira todo o trabalho desenvolvido, com relação à meta de atendimento, às estratégias utilizadas, aos resultados alcançados e futuramente esperados. Tais aspectos revelam que a avaliação é algo constante nas práticas da coordenadora pedagógica, o que contribui para o próprio crescimento do Projeto e revisão das atividades para se adequarem às demandas colocadas pela população atendida. O depoimento da Coordenadora Pedagógica confirma as reflexões apontadas:

Uma das formas (de avaliação) é o acompanhamento semanal daquilo que está acontecendo em cada Oficina, através das supervisões.

Outra são os encontros que a gente tem com os Coordenadores de cada Oficina, a gente tem sempre uma reunião no início do ano, para colocar quais Oficinas vão entrar em funcionamento, a população, a idade, os recursos que estão disponíveis.

Uma outra coisa é o relatório semanal que eles (estagiários) fazem de tudo o que está acontecendo, mesmo porque a gente tem que, ao final do ano, enviar um relatório anual de tudo o que foi realizado no Projeto de Responsabilidade Social.

E a discussão que a gente faz desse processo todo, que é uma discussão diária, que você não deixa de fazer. A cada problema que aparece, a cada situação nova que ocorre, a gente está sempre avaliando para poder ter uma noção mais detalhada e mais consciente daquilo que o Projeto está oferecendo (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Dessa forma, a avaliação e o monitoramento realizados pela coordenadora são apresentados como aspectos contínuos e necessários para verificar se o trabalho desenvolvido no Projeto Cidadania Agora corresponde a um trabalho responsável perante a população usuária.

Neste sentido, cumpre observar a forma de avaliação expressa pelos professores coordenadores da Agronomia e do Serviço Social que contemplaram uma perspectiva fundamental que é a participação de todos os envolvidos nas Oficinas, nos processos de avaliação e de monitoramento, principalmente, a inclusão dos usuários com formas ativas de avaliação:

A minha idéia com essa turma (dos usuários) é, no final do curso, nós fazermos uma avaliação do que eles fizeram ou, diretamente falando, o que eles sentiram, o que pode melhorar. Sentir o que eles aproveitaram, acharam da nossa proposta, porque nós só vamos poder construir, crescer e modificar tendo idéias. Então, eles são participantes ativos nessa avaliação, eu acho muito importante. Nós vamos ter a avaliação dos alunos que estão fazendo as oficinas, daqueles que estão participando na parte de cuidar do orquidário e também dos monitores (estagiários) para ver como foi essa experiência, o que eles acharam de estar trabalhando em um projeto de extensão. Acho que todos os parceiros têm oportunidade de se manifestar sempre no sentido de crescer, porque acho que as críticas são sempre construtivas e no sentido de aprimoramento. E, como nós estamos com as primeiras turmas, quem sabe a gente pode direcionar os temas, as atividades, sempre pensando na expectativa deles (usuários) (AGRONOMIA).

Nós temos a participação dos adolescentes, do momento em que eles entraram, no momento do início da atividade da Oficina até o final. Esse é um ponto significativo para nós avaliarmos (SERVIÇO SOCIAL).

Estes depoimentos revelam a importância de contemplar, na avaliação, a visão da população atendida sobre as Oficinas, suas expectativas para que as práticas possam ser redirecionadas, visando atender às necessidades do público-alvo do Projeto.

Com relação à coordenadora administrativa da Infraero Social, esta realiza a avaliação das atividades do Projeto através dos relatórios dos professores coordenadores da UEL, no que se refere ao desenvolvimento anual das Oficinas. Não é apresentada uma experiência de avaliação conjunta com tais professores, no que diz respeito à análise dos dados, no contexto do Projeto e na elaboração de indicadores de avaliação. O depoimento afirma estas considerações:

Todos os anos, a gente tem um relatório anual, ao qual a gente está se subsidiando até mesmo pelo relatório apresentado pela Universidade, pelo SENAC, são as Oficinas de aula para a gente poder fazer a base e o fechamento do exercício. Existe todo acompanhamento, no início do ano, com reuniões, com acompanhamento das Oficinas que estão sendo fechadas, analisadas. A questão social, a questão de problemas dentro do Projeto, existe um acompanhamento, um relatório que a gente faz, um comunicado à Universidade no decorrer do exercício e, no final, existe um fechamento desse relatório, ao qual a gente se baseia desde o início do ano com acompanhamento até o fechamento com relatórios apresentados pela Universidade (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAERO SOCIAL DE LONDRINA).

Ressalta-se que a perspectiva de avaliação com as instituições parceiras é mais abrangente do que apenas contemplar os dados dos relatórios repassados por estas. Neste sentido, a avaliação em parceria é mais ampla do que extrair dos professores coordenadores da UEL informações necessárias para autenticar que o Projeto Cidadania Agora da Infraero Social de Londrina é socialmente responsável. A experiência de avaliação conjunta com os professores coordenadores não é contemplada pela coordenadora administrativa da Infraero, devido ao seu entendimento acerca da instituição parceira como executora do Projeto.

Em projetos de responsabilidade social empresarial, realizados em parceria interinstitucional, uma das características que proporcionam um diferencial à atuação social dos profissionais envolvidos é a participação ativa da população, sejam os usuários, as famílias destes e a comunidade de uma forma geral.

O conceito de participação focado neste trabalho remete às formas ativas de a população usuária dos serviços sociais participarem nas deliberações relacionadas aos seus interesses e necessidades. Nesse sentido, a participação envolve sujeitos que não sejam passivos a ações filantrópicas e de caridade, mas se refere à população ativa que participa nas proposições e alternativas para a melhoria da sua qualidade de vida.

Nos relatos da coordenadora pedagógica e do professor coordenador da Agronomia compreende-se que, nas atividades das Oficinas, a ênfase é focada na participação dos usuários. Esta participação é relacionada ao envolvimento e ao engajamento da população atendida, com relação ao interesse dos usuários em participar das atividades propostas. O pressuposto que fundamenta as expressões dos coordenadores está relacionado à participação dos usuários, pela via da inclusão social em projetos de responsabilidade social. É o que se pode confirmar nos relatos a seguir:

São as Oficinas, quer dizer, as Oficinas todas. Se participação for envolvimento, então, todas as Oficinas, porque nós estamos oferecendo oficinas para que essa comunidade que não está integrada em nenhum outro projeto, no âmbito do município, possa usufruir de novas oportunidades e, com isso, ampliar suas habilidades e competências (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Como eu falo em um Projeto Social, primeiro tem que a comunidade querer participar. Aquele orquidário só tem sentido se eles estiverem presentes, plantando, adubando, cuidando. Além de estarem aprendendo, eles podem ser multiplicadores na casa deles, para os filhos. Nossa idéia agora é trabalhar alguma coisa com horta caseira, para que eles mesmos produzam os alimentos livres de agrotóxicos. Estamos com a idéia da horta, estamos com a idéia de frutíferas, então, nós vamos cada módulo trabalhar algumas plantas, mas sempre sendo eles os executores. Cada um marcou, adotou a sua orquídea, marcou o nome na planta, cada um ficou responsável e eles vão vendo que aquilo que eles fizeram, daqui a pouco vão ver aquilo com flor. Eles vão ver que nada é difícil, desde que você tenha o conhecimento, porque eles vão ter adquirido o conhecimento junto com os alunos, com as Oficinas e isso vai contribuir para o dia a dia deles (AGRONOMIA).

Verifica-se a relevância atribuída aos usuários como sujeitos ativos no Projeto, participando em todos os processos da Oficina, ao exercer a atividade prática, ao refletir sobre o conhecimento aprendido e repassá-lo ao seu cotidiano como forma de executá-lo para o benefício das suas famílias e da coletividade. É a perspectiva da cidadania ativa sendo posta em prática, na medida em que ocorre participação dos usuários na condução da atuação social empresarial.

Além de práticas que envolvam a participação dos usuários, há iniciativas da coordenadora pedagógica e dos professores coordenadores que se estendem às famílias dos usuários e à comunidade local, com o objetivo destes se envolverem no Projeto e contribuírem para construção das atividades. Mais uma vez, por intermédio da perspectiva da inclusão social, desenvolvendo um trabalho de socialização com os participantes, contempla-se, no Projeto, uma visão ampliada da área de atuação do, visando à participação das famílias das crianças e adolescentes e da própria comunidade. Seguem-se os depoimentos:

[...] a gente precisa conhecer, de uma forma mais próxima e direta, as famílias dessas crianças e adolescentes. Você acolhe a criança e o adolescente e, ao mesmo tempo, você entra em contato com a família para conhecer essa família. Suas necessidades, o contexto social no qual ela está inserida, seu cotidiano, as condições objetivas de vida, as próprias dificuldades que a família tem, seja do ponto de vista financeiro, das relações familiares, do ponto de vista social, para que a gente também conheça melhor o próprio adolescente ou a criança. Conhecendo a família, a gente também conhece melhor esta criança e adolescente que está integrado em algumas oficinas. Até para, no futuro, a gente poder oferecer Oficinas para os familiares e não apenas para as crianças e adolescentes (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

No Projeto do Orquidário que começou esse ano, nós estamos realizando cursos com a população adolescente e adulta e são pessoas, que por ser aberto indistintamente, nesse caso particular, você não acolhe apenas aqueles que moram ao entorno do Aeroporto, mas todo interessado em aprender sobre paisagismo, jardinagem, orquídeas. Isso tem se mostrado interessante, porque as pessoas, ao conhecerem não só o Projeto do Orquidário, mas as outras Oficinas que se realizam ali, elas passam a se interessar para integrar, de alguma maneira, a sua participação e seu envolvimento na realização desses Projetos. Então, hoje a gente tem pessoas interessadas em ajudar no cuidado com o Orquidário, indo lá toda semana para molhar, para regar e, aos poucos, eles vão conhecendo as outras Oficinas e acabam participando, de uma maneira direta ou indireta, da realização, do funcionamento e da manutenção dessas outras Oficinas também (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

O ano passado nós estávamos com algumas estagiárias que iniciaram o trabalho de dança, além da questão do esporte, a questão da cultura. Nós trabalhamos durante três meses a dança. No momento em que nós começamos a desenvolver a dança, algumas mães que acompanhavam seus filhos acabavam ficando e fazendo parte da população. Nós não discriminamos, nós permitimos essa inserção de eles estarem fazendo (a Oficina) (EDUCAÇÃO FÍSICA).

Os relatos apresentados expressam que, devido ao caráter de projeto de extensão ampliado em que os coordenadores representantes da UEL atuam, a participação e o engajamento da população local, no processo de parceria, é considerado como algo fundamental, no sentido de as práticas sociais em conjunto serem mais efetivas.

No que se refere à coordenadora administrativa da Infraero Social de Londrina não foram constatadas práticas que são realizadas, visando à participação da população:

Este ano não houve nada realizado nesse sentido. A título de anos anteriores, a gente sabe que foi realizado um fechamento do exercício com gincana, atividades, mas envolveram, não a população, mas sim a população aeroportuária dos funcionários da INFRAERO. Foram voluntários de alguns funcionários da INFRAERO, junto com os estagiários da Universidade para o fechamento do ano letivo das Oficinas (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAERO SOCIAL DE LONDRINA).

A concepção revelada de participação da coordenadora da Infraero Social, restrita à confraternizações com os profissionais envolvidos no Projeto, sem abranger a perspectiva do envolvimento e participação ativa da população usuária e local no Projeto, faz com que a própria coordenadora não atue, juntamente com os

professores coordenadores, de forma a aprimorar o Projeto nesta questão tão relevante.

Com relação às estratégias que a coordenadora pedagógica e os professores coordenadores empregam para promover a participação da população no Projeto, estão indissociadas entre o ato de participar e a integração dos usuários ao próprio resultado positivo do Projeto. As estratégias aplicadas foram focalizar as atividades, dando primazia aos interesses, expectativas e necessidades da população. Seguem-se os depoimentos:

A gente tem, a cada ano, buscado estratégias diferentes. No primeiro ano de funcionamento, para que a gente tivesse a divulgação do Projeto, levantasse o interesse da população, qual seria a clientela, nós fizemos contato com os representantes das Unidades Básicas de Saúde e das Escolas, todas ali situadas nos Bairros ao entorno do Aeroporto.

No ano passado, a gente continuou a fazer contato com as Escolas, nós recorremos à divulgação da mídia, seja na televisão, no rádio, nós afixamos cartazes em locais de grande movimento ali nos Bairros, como padarias, farmácias, mercearias, para que as pessoas conhecessem o Projeto e pudessem participar.

E este ano também, quer dizer, a gente tem ampliado as formas de contato com a comunidade para que esta tenha ciência daquilo que a Infraero Social está oferecendo e que possam usufruir dessas diferentes Oficinas. Mas, não tem receita. A própria experiência vai mostrando para a gente alguns caminhos novos para que sejam um pouco mais eficazes, mais rápidos (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

É uma construção, porque não tem um modelo pronto. Nós vamos construindo idéias, vamos vendo as respostas, porque acho muito importante que eles (a população usuária) estejam integrados no Projeto, porque são eles que fazem o sucesso do Projeto.

A gente sempre tenta trabalhar junto com as estagiárias de Serviço Social, com o pessoal da divulgação, no sentido que o máximo da população que abrange o entorno (do Aeroporto) fique sabendo das atividades, quando nós temos atividades, por exemplo, aos sábados, de mini-cursos. Nossa idéia é divulgar através do rádio, panfletos, nas escolas para que toda a comunidade tenha a chance de participar do Projeto (AGRONOMIA).

Primeiro nós fizemos uma reunião com as próprias crianças, levantando quais ritmos (de dança) eles teriam interesse, quais músicas eles gostariam de estar utilizando nas aulas e as próprias crianças traziam CDs de casa. Nisso, a mãe estava trazendo a criança e acompanhando e aí, como a gente faz um trabalho de socialização, elas começaram a participar. A estratégia foi mais ou menos buscando a expectativa e as necessidades da própria população. Em nenhum momento, nós determinamos o que nós iríamos trabalhar, nós levantamos primeiro as curiosidades e o gosto

que eles poderiam estar desenvolvendo neste trabalho de Educação Física.

A estratégia futura, eu acredito, primeiro divulgar que o trabalho da Educação Física estaria também realizando um trabalho também com a contribuição da família. Além da divulgação, claro, a motivação e essa motivação só fazendo um levantamento direto com a população, do que eles gostariam de estar recebendo na área da Educação Física (EDUCAÇÃO FÍSICA).

Nós temos a proposta de desenvolver pesquisa junto às famílias, até iniciamos isso, mas nós vamos dar continuidade para o próximo ano. Traçar um perfil de quem são essas famílias que estão encaminhando. A gente já tem um levantamento socioeconômico, um perfil de quem são as famílias desses adolescentes, a escola, a comunidade como um todo, os recursos, os equipamentos sociais existentes lá e que podem ser articulados com o próprio Projeto (SERVIÇO SOCIAL).

Deste modo, os depoimentos apresentados estão em consonância com a compreensão de projeto social responsável, ao considerar que o usuário tem condições de revelar seus interesses e suas necessidades e, conseqüentemente, contempla sua participação, colocando suas prioridades como foco de atuação do Projeto, para que as expectativas dos usuários sejam alcançadas.

Por outro lado, verifica-se que coordenadora administrativa da Infraero Social não aponta estratégias de intervenção que procuram o engajamento e a participação da população no Projeto, pois apenas faz referência às práticas da UEL:

A Universidade lançou a exemplo disso (de participação da população) uma Oficina este ano que foi a do Orquidário e a população se engajou nessa Oficina, a título até de voluntariado. Eu mesma recebi ligação de uma moradora aqui do entorno do Aeroporto, dizendo que ela tinha visto o lançamento do Orquidário e que ela gostaria de ser voluntária para essa Oficina. Nesse momento, como exemplo, a Oficina do Orquidário bate bem de encontro com essa perspectiva de envolvimento da população (COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA INFRAERO SOCIAL DE LONDRINA).

Como resultado das exposições, enfatiza-se, mais uma vez, que o fato da coordenadora administrativa da Infraero Social não se colocar ativa nos aspectos operacionais do Projeto, ocasiona um afastamento desta em práticas relevantes, como a busca de maior participação da população no Projeto Cidadania Agora, aspecto relevante em projetos de responsabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido no Projeto Cidadania Agora configura-se como um processo de construção de uma atuação socialmente responsável, visando à constituição de práticas sustentáveis perante a comunidade local.

Esta afirmação pode ser comprovada, uma vez que a proposta de projeto executada pela UEL demonstra a direção de atuação social, baseada no compromisso político em constituir formas diferenciadas de intervenção, de modo a romper com a filantropia e com a caridade, contemplando, em suas atividades, a perspectiva da inclusão social, da participação e do acesso à formação socioeducacional. Os responsáveis pelo Projeto indicam que se propõe a executar, a longo prazo, um conjunto de práticas que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população usuária.

A Infraero Social de Londrina também direciona suas ações de forma a caminhar na direção de se estabelecer um projeto de responsabilidade social sustentável, com a incorporação, no planejamento estratégico da Empresa, do orçamento próprio para o investimento no Projeto Cidadania Agora. A INFRAERO de Londrina tem, como meta empresarial, o exercício da responsabilidade social, por intermédio do atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco, residentes do entorno do Aeroporto, quesito importante da empresa responsável.

No entanto, no sentido de aprimoramento, o Projeto Cidadania Agora deveria incorporar a gestão empresarial sustentável, a qual implica o investimento financeiro aliado aos recursos humanos, com o crescente aperfeiçoamento na qualidade dos relacionamentos mantidos pela corporação, destacando-se aqueles referentes às parcerias que, em conjunto com a Empresa, atuam na área social.

Nessa linha de raciocínio, vale relembrar, de forma breve, aspectos teóricos sobre parceria interinstitucional destacados por Austin (2001). Há três fases que caracterizam a construção das parcerias entre as instituições: a filantrópica, a transacional e a interativa. Nesta pesquisa, compreende-se que a parceria da INFRAERO com a UEL encontra-se no início da etapa interativa, precisando aperfeiçoar algumas práticas para que esta articulação se configure como plenamente interativa.

Algumas das práticas já se caracterizam como interativas, como por exemplo, o fato das atividades desenvolvidas no Projeto Cidadania Agora terem uma importância estratégica perante às instituições parceiras e à população usuária. Além disso, a atuação social conjunta visa proporcionar benefícios à comunidade local e a parceria apresenta-se como um processo de aprendizagem constante, institucionalizada com o Projeto constando no planejamento estratégico empresarial.

Por outro lado, há aspectos da parceria a serem revistos e aprimorados, no sentido de ocorrer uma maior articulação institucional entre os parceiros, principalmente com relação à postura da Empresa, compartilhando, não somente os recursos financeiros, mas, a troca de experiências, competências e habilidades. Com isso, a cultura das instituições parceiras estará integrada, focando os aspectos positivos e de contribuição para o Projeto. Na medida em que for concretizado um maior envolvimento entre as organizações parceiras, o investimento social será revertido positivamente aos parceiros e, principalmente, aos usuários dos serviços do Projeto.

A concepção da expressão “nós” separado do “eles” precisa ser redirecionada, no que diz respeito: “nós proporcionamos os recursos de infraestrutura” e “eles executam todas as atividades”. Na verdade, a parceria deveria focar o “nós”, os parceiros: nós pensamos, refletimos, atuamos, participamos, avaliamos em conjunto.

As instituições parceiras, atuando de forma articulada, têm a oportunidade de intervirem juntas nas limitações do Projeto colocadas pelos coordenadores da Universidade, com o objetivo de serem superadas e as possibilidades de serem ampliadas.

Nesse sentido, a sugestão proposta a esse processo de parceria é o estabelecimento, por parte da INFRAERO, de uma Gestão de Responsabilidade Social Empresarial em Londrina - PR, com equipe técnica especializada na área, cuja atribuição seja deliberar e atuar, em conjunto com os parceiros, no sentido de acompanhar cotidianamente as práticas desenvolvidas em conjunto com as instituições, propondo inclusive, novas Oficinas de atendimento, realizando estudos e pesquisas que promovam a socialização desta iniciativa de atuação social empresarial responsável. Dessa forma, a Coordenação da Infraero Social de Londrina tem o potencial de constituir a prática social responsável que vai além de ser mantenedora do Projeto Cidadania Agora.

Isto posto, enfatiza-se que a coordenação da Infraero Social deveria ultrapassar as barreiras institucionais desta parceria, ao buscar desenvolver, com as coordenações da UEL, um trabalho mais integrado e articulado em todas as suas particularidades, inclusive na busca de maior envolvimento da população ao Projeto. Para tanto, a prática da Empresa precisa ser revista, redirecionada, visando a um maior protagonismo empresarial com uma postura responsável nas atividades concernentes ao Projeto.

É fundamental que os processos de participação na parceria entre INFRAERO e UEL não se restrinja às organizações parceiras, mas que se estenda à população, com o objetivo de proporcionar a participação desta nas deliberações do Projeto Cidadania Agora. Com isso, as decisões relacionadas ao Projeto serão mais coerentes com a realidade social como campo de intervenção, possibilitando uma atuação em parceria mais eficaz e colaborativa.

Na medida em que as instituições parceiras, INFRAERO E UEL, em um trabalho conjunto, não unilateral, procuram consolidar o Projeto de Responsabilidade Social Cidadania Agora, as possibilidades de contribuição dessa atuação integrada ao desenvolvimento social local aumentarão.

O desafio está na capacidade de os parceiros interinstitucionais ampliarem as formas de atuação integrada, ou seja, serem capazes de redimensionar as práticas coletivas, valorizando o cotidiano, descobrindo alternativas e estratégias para que o Projeto seja executado, de maneira a concretizar práticas de responsabilidade social empresarial que ocasionem transformações positivas na conjuntura social.

Dessa forma, a presente pesquisa procurou contribuir para ampliar as reflexões sobre a responsabilidade social empresarial. Ao se aproximar da realidade, pretendeu sinalizar os empecilhos enfrentados pelos parceiros interinstitucionais na concretização de um projeto social empresarial responsável e sustentável, mas, acima de tudo, buscou-se com este estudo demonstrar possibilidades para a construção de práticas sociais, em parceria interinstitucional, na perspectiva da sustentabilidade social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p.191.
- ALMEIDA, F. et al. Tendências macroeconômicas e a geopolítica da competitividade global da sustentabilidade. In: **CEBDS. Relatório de Sustentabilidade Empresarial**. Rio de Janeiro, CEBDS, 2004. p.37-43.
- AMORIM, R.; POCHMANN, M. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2004.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 6.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p.9-23.
- ANDRADE, R.P.C. Considerações de fim de século. In: IOSCHPE, E. et al. **3 Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.73-80.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995. p.15-55.
- ARAGÃO, S. D.; KARKOTLI, G. **Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadoras das organizações**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARENDT, H. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ASHLEY, P.A.(Coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- AUSTIN, J. E. **Parcerias: fundamentos e benefícios para o terceiro setor**. São Paulo: Futura, 2001.
- BAPTISTA, D.M.T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. São Paulo: PUC, 1994. (Caderno NEPI, 1)
- BARACHO, M.A.P; FÉLIX, L.F.F. O ciclo virtuoso do desenvolvimento responsável. In: INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das Universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2003. v.2, p.13-42.
- BELLEN, H.M.V. A tomada de consciência: dos limites do crescimento até o conceito de desenvolvimento sustentável. In: BELLEN, H.M.V. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.21-22.
- _____. Desenvolvimento sustentável: diferentes abordagens conceituais e práticas. In: BELLEN, H.M.V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.23-39.
- BEGHIN, N. PELIANO, A.M.T.M. (Coord.). **A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação das empresas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2003.

BEGHIN, N. **A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito.** São Paulo: Cortez, 2005.

BENEVIDES, M.V.D.M. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular.** São Paulo: Ática, 2003, 1998.

BORGER, F.G. Prefácio. In: INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das Universidades.** São Paulo: Peirópolis, 2003. v.2, p.7-8.

BRENNAND, J.M; MELO NETO, F.P. **Empresas socialmente sustentáveis: o novo desafio da gestão moderna.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

BRISOLLA, S. et al. As relações universidade-empresa-governo: um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **Educação & Sociedade**, Campinas, v.18, n.61, p.187-209, dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73301997000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2006.

CAETANO, G. Terceiro setor: as tendências em ambiente globalizado: responsabilidade social e parcerias sociais. In: CAVALCANTI, M. (Org.). **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor.** São Paulo: Saraiva, 2006. p.101-137.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. et al. **3 Setor: desenvolvimento social sustentado.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.7-12.

CARVALHO, D.B.B.;SILVA, M.O.S. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de pós-graduação na área de serviço social. In: SILVA, M.O.S.; CARVALHO, D.B.B. **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005. p.69-142

CARVALHO, I.C.L; KANISKI, A.L.A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, Brasília, v.29. n.3. set./dez. 2000. p.33-39. Disponível em: World Wide Web: <http://www.scielo.php?script=sci_arttes&pid=S0100-19652000000300004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-1965. Acesso em: 02 jul. 2006.

CARVALHO, D.B.B; SILVA, M.O.S. (Org). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, M.C.B. **A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos.** Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_abr2003.cfm. Abril/2003> Acesso em: 10 jul. 2006.

CASTRO, A.T.B. Espaço público e cidadania: uma introdução ao pensamento de Hannah Arendt. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.20, n.59, p.09-23, mar. 1999.

CHAUÍ, M. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, F; PAOLI, M.C. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. 2 ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 2000. p.27-51.

COSTA, J.S; GÓIS, J.B.H; SANTOS, A.O. Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.25, n. 78, p. 82-110, jul. 2004.

DAGNINO, E. GARCIA, B.G.; NEGRÃO, R. Responsabilidade social empresarial, estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das Universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2002. v.1 p.13-36.

DAGNINO, R.; GOMES, E. A relação universidade-empresa: comentários sobre um caso atípico. **Gestão e Produção**, São Carlos, v.10. n.3, p.283-292, dez. 2003. Disponível em: World Wide Web: <http://www.scielo.php?script=sci_arttes&pid=S0104-530X2003000300005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 02 jul. 2006.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DOWBOR, L. **Parcerias e alianças: O bom censo na gestão social: uma abordagem conceitual das políticas para crianças e adolescentes**, 2002. Disponível em <<http://www.dowbor.org/parceriasfinal.doc>> Acesso: 06 set. 2006.

DOMINGUES, J.M. **Interpretando a modernidade: Imaginário e Instituições**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DULANY, P. Tendências emergentes em parcerias intersetoriais: processos e mecanismos para colaboração. In: IOSCHPE, E. et al. **3 Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.63-71.

DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DURIGUETTO, M.L. Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.26, n.81, p.82-101, mar. 2005.

FABIÃO, M.F; RODRIGUES, J.A. O negócio da ética: um estudo sobre o terceiro setor empresarial. In: INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das Universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2003. v.2, p.43-75.

FERNANDES, R.C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. O que é o terceiro setor? In: IOSCHPE, E. et al. **3 Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.25-33.

FISCHER, R.M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social em empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

_____. Estado, mercado e terceiro setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração**, São Paulo, v.40, n.1, jan./mar. 2005, p.5-18.

FROES, C; MELO NETO, F.P. Em busca de uma nova racionalidade social. In: _____. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. p.1-22.

_____. Responsabilidade social: uma análise preliminar. In: _____. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. p.23-43.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C. D. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.67-80.

GRAJEW, O. Editorial: Opinião. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 de março de 2003. Seção: Tendências/debates, 2003. p.A3.

_____. Responsabilidade social empresarial. In: PINSKY, J (Org.). **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004. p.213-220.

GUIMARÃES, S.D. Programa de educação continuada: uma experiência de parceria em ter uma ONG e a Secretaria de Estado da Educação – SEE/SP. In: RAICHELIS, R; RICO, E.M. (Org.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/ISS, 1999. p.221-231.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais e Coordenação de Geografia. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, 2004. p.12-13.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. (Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 17)

JUNQUEIRA, L.A.P. Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão das políticas sociais. In: CAVALCANTI, M. (Org.). **Gestão social, estratégias e parcerias**: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006. p.95-216.

KAMEYAMA, N. A nova configuração das Políticas Sociais. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n.5, p.10-39, 2001.

KAWASAKI, C.S. Universidades públicas e sociedade: uma parceria necessária. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.23, n.1-2, jan./dez. 1997
Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_arttes&pid=S0102-25551997000100013&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 02 jul. 2006.

KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, E. et al. **3 Setor**: desenvolvimento social sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.131-155.

KRAEMER, M.E.P. **Responsabilidade social** : uma alavanca para sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/gestão/sustentabilidade>>. Acesso em: 04 set. 2006.

KROETZ, C.E.S. **Balanco social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. 162 p.

LIMA, M.C; MARTINS, W.N.F. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In: INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das Universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002. v.1.p.103-142.

MARCOVITCH, J. Da exclusão à coesão social: profissionalização do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. et al. **3 Setor**: desenvolvimento social sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.121-130.

MARQUES, R.M; MENDES, A. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 26 set. 2006.

MARTINELLI, A.C. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. et al. **3 Setor**: desenvolvimento social sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.81-88.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/michaelis/>> . Acesso em 05 jun. 2006.

MINAYO, M.C.D.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.9-29.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p.269.

MORAIS, R.D. **A universidade desafiada**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1995.

MORALES, S.C.; ORCHIS, M.A.; YUNG, M.T. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In: INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das Universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002. p.71-102.

MOTA, T.L.N.G. Interação universidade-empresa na sociedade do conhecimento: reflexões e realidades. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.1, jan. 1999. p.79-86. Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_artes&pid=S0100-19651999000100011&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-1965. Acesso em: 02 jul. 2006.

NETO, O.C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.D.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.51-66.

NOGUEIRA, M.A. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.26, n.82, p.5-21, jul. 2005.

NOLETO, M.J. **Parcerias e alianças estratégicas**: uma abordagem prática. 2 ed. São Paulo: Global, 2004.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e a hegemonia global. 2 ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 2000. p.55-81.

PAOLI, M.C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B.S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.373-418.

PASSONI, I.R. Cidadania em C, T & I: uma mudança de paradigma. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, 20, pt.1, p.93-112. jun. 2005. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/p_20_1.pdf> Acesso em: 25 set. 2006.

PELIANO, A.M.M; PINHEIRO, L.S (Coord.). **A iniciativa privada e o espírito público**: a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial>> Acesso em: 10 ago. 2006.

POCHMAN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.2, p.3-16, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200002&lng=pt&nrm=iso> ISSN 0102-8839. Acesso em: 25 set. 2006.

RICO, E.M. A responsabilidade social empresarial e o estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.4, p.73-82 out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392004000400009&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 02 jul. 2006.

SADER, E. Política Nacional. In: SADER, (Coord.). **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Viramundo, 2004, p.67-102.

SANTOS, B.S. Da idéia de Universidade à Universidade de Idéias. In: SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.187-233.

SANTOS, E.A.P.D. A empresa-cidadã: filantropia estratégica, imagem ou responsabilidade social?. In: CAVALCANTI, M. (Org.). **Gestão social, estratégias e parcerias**: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 57-71.

SERAFIM, M.C.; TOLDO, M. Responsabilidade social empresarial. In: INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das Universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002. v.1, p.71-102.

SOARES, L.T.R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p.153-354.

SOUZA, R.D.O. Participação e controle social. In: LEAL, M.C; MATOS, M.C.D; SALES, M.A. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004. p.167-187.

SPOSATI, A. A inclusão social e o programa de renda mínima. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.66, v.22, p.76-90, jul. 2001.

TEIXEIRA, E. **O local e global**: limites e desafios da participação cidadã. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TENÓRIO, F.G.. (Org.). **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TORO, J.B.O papel do terceiro setor em sociedade de baixa participação (quatro teses para discussão). In: IOSCHPE, E. et al. **3 Setor**: desenvolvimento social sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.35-39.

YASBEK, M.C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.2, p.104-112, abr./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-88392004000200011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 30 jun 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa será conduzida sob responsabilidade de Janaina Albuquerque de Camargo Schmidt, mestranda do curso de pós-graduação em Serviço Social e Política Social, orientada pela Profa. Dra. Vera Lucia Tieko Suguihiro, professora do Departamento de Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados e do Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina.

O universo da pesquisa será constituído pela coordenadora pedagógica, coordenadora administrativa e os coordenadores das seguintes áreas do conhecimento: serviço social, agronomia, artes e educação física, todos profissionais do Projeto “Cidadania Agora”. O estudo tem como objetivo geral identificar e analisar o projeto de responsabilidade social da Empresa INFRAERO – Cidadania Agora, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina, na perspectiva da sustentabilidade social.

Seus objetivos específicos são:

- Identificar a concepção sobre responsabilidade social empresarial adotada pela INFRAERO e pelos docentes da UEL para execução do Projeto Cidadania Agora;
- Compreender as características peculiares deste Projeto de parceria entre INFRAERO e UEL;
- Caracterizar as condições que possibilitam e limitam o processo da parceria institucional entre empresa e universidade para a viabilização da sustentabilidade social.

A participação implica responder algumas perguntas que permitam trazer respostas para as questões levantadas nos objetivos específicos desta pesquisa. Não haverá gasto e remuneração para os sujeitos da pesquisa, que podem se recusar a participar, sem prejuízo para eles.

As informações obtidas serão tratadas de maneira confidencial, de forma a impedir a identificação. O nome ou quaisquer outros dados pessoais que possam identificar os informantes não farão parte de publicação, de relatório ou de outra forma de divulgação.

Qualquer dúvida advinda do teor da pesquisa e da participação solicitada poderá ser esclarecida pelo pesquisador, agora e posteriormente, pelo telefone (21) 2617 6935; e-mail: janaina.camargo@uol.com.br.

Se está de acordo quanto à sua participação neste estudo, por favor, assine abaixo:

Londrina, ____/____/____

Assinatura do entrevistado (a): _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

APÊNDICE B

Termo de Compromisso

Eu, Janaina Albuquerque de Camargo Schmidt, sob orientação da Profa. Dra. Vera Lucia Tieko Suguihiro, comprometo-me a conduzir todas as atividades deste estudo de acordo com os termos do presente Consentimento Livre e Esclarecido.

Londrina, ____/____/____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

APÊNDICE C

Roteiro (s) de Entrevista

Roteiro de Entrevista I

a) Identificação

() Coordenador Pedagógico

Instituição:

Área do Conhecimento e de Atuação:

Tempo de Atuação no Projeto:

Atribuições no Projeto:

b) Questões norteadoras

1) Qual é a atuação dos parceiros interinstitucionais para o estabelecimento de uma prática de responsabilidade social?

2) Quais os fatores que determinaram a UEL como parceira da INFRAERO?

3) Que condições determinam o investimento contínuo em projetos de responsabilidade social empresarial desenvolvidos pela UEL?

4) Quais são as expectativas da UEL, com relação à responsabilidade social empresarial, na execução das atividades do Projeto Cidadania Agora?

5) Como ocorre a comunicação entre os parceiros no Projeto Cidadania Agora?

6) Quais as possibilidades e as limitações dos parceiros interinstitucionais para a concretização do Projeto Cidadania Agora?

7) Qual é o alcance das práticas implementadas pela UEL, quanto à população-alvo atendida, ou seja, crianças e adolescentes em situação de risco?

8) Quais são as ações realizadas no Projeto Cidadania Agora com a participação da população?

9) Quais são as estratégias adotadas para realizar um trabalho de formação e informação da população, no sentido de garantir a continuidade do processo de participação desta no Projeto Cidadania Agora?

10) Quais os instrumentos e as estratégias utilizadas para realizar o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas pelo Projeto Cidadania Agora?

Roteiro de Entrevista II

a) Identificação

() Coordenador da área do conhecimento: () Serviço Social; () Educação Física;
() Artes Cênicas; () Artes; () Agronomia

Instituição

Área do Conhecimento e de Atuação:

Tempo de Atuação no Projeto:

Atribuições no Projeto:

b) Questões norteadoras

1) Qual é a atuação dos parceiros interinstitucionais para o estabelecimento de uma prática de responsabilidade social?

2) Quais os fatores que determinaram a UEL como parceira da INFRAERO?

3) Que condições determinam o investimento contínuo em projetos de responsabilidade social empresarial desenvolvidos pela UEL?

4) Quais são as expectativas da UEL, com relação à responsabilidade social empresarial, na execução das atividades do Projeto Cidadania Agora?

5) Como ocorre a comunicação entre os parceiros no Projeto Cidadania Agora?

6) Quais as possibilidades e as limitações dos parceiros interinstitucionais para a concretização do Projeto Cidadania Agora?

7) Qual é o alcance das práticas implementadas pela UEL, quanto à população-alvo atendida, ou seja, crianças e adolescentes em situação de risco?

8) Quais são as ações realizadas no Projeto Cidadania Agora com a participação da população?

9) Quais são as estratégias adotadas para realizar um trabalho de formação e informação da população, no sentido de garantir o processo de participação desta no Projeto Cidadania Agora?

10) Quais os instrumentos e as estratégias utilizadas para realizar o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas pelo Projeto Cidadania Agora?

Roteiro de Entrevista III

a) Identificação

() Coordenador Administrativo

Instituição:

Área do Conhecimento e de Atuação:

Tempo de Atuação no Projeto:

Atribuições no Projeto:

b) Questões norteadoras

1) Qual é a atuação dos parceiros interinstitucionais para o estabelecimento de uma prática de responsabilidade social?

2) Quais os fatores que determinaram a INFRAERO a realizar a parceria com a UEL?

3) Que condições determinam o investimento contínuo em projetos de responsabilidade social empresarial desenvolvidos pela INFRAERO?

4) Quais são as expectativas da INFRAERO, com relação à responsabilidade social empresarial, na execução das atividades do Projeto Cidadania Agora?

5) Como ocorre a comunicação entre os parceiros no Projeto Cidadania Agora?

6) Quais as possibilidades e as limitações dos parceiros interinstitucionais para a concretização do Projeto Cidadania Agora?

7) Qual é o alcance das práticas implementadas pela INFRAERO, quanto à população-alvo atendida, ou seja, crianças e adolescentes em situação de risco?

8) No planejamento estratégico de responsabilidade social empresarial da INFRAERO há um orçamento anual de investimento social?

9) Quais são as ações realizadas no Projeto Cidadania Agora com a participação da população?

10) Quais são as estratégias adotadas para realizar um trabalho de formação e informação da população, no sentido de garantir a continuidade do processo de participação desta no Projeto Cidadania Agora?

11) Quais os instrumentos e as estratégias utilizadas para realizar o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas pelo Projeto Cidadania Agora?

APÊNDICE D
Caracterização do Perfil dos Entrevistados

Tabela 2: Profissionais entrevistados que integram a equipe executora do Projeto Cidadania Agora:

Entrevistado	Instituição	Área do Conhecimento e de Atuação	Atribuições	Período de Atuação
Coordenadora Pedagógica/ Coordenadora da Área da Psicologia	Universidade Estadual de Londrina - UEL	Mestre em Psicologia Social. Docente (aposentada). Atuação em projetos sociais na comunidade, tanto na área de pesquisa como na de extensão.	Coordenar as áreas do conhecimento envolvidas no projeto, na sua parte pedagógica, com relação ao funcionamento das oficinas, aos procedimentos e aos encaminhamentos. Coordenar, de forma específica, a área da Psicologia, auxiliando academicamente os estagiários das oficinas de Arte e Educação.	3 anos
Coordenador da Área da Agronomia	UEL	Engenheiro Agrônomo, Docente, com Mestrado e Doutorado na área de Genética. Atuação em projetos de pesquisa e extensão à comunidade.	Coordenar o Projeto relacionado à área da Agronomia, sendo representada pelas oficinas de Jardinagem, de Paisagismo e do Orquidário. Assessorar os estagiários da Agronomia, no que se refere ao planejamento das aulas e dos procedimentos a serem utilizados.	2 anos
Coordenadora da Área da Educação Física	UEL	Docente de Educação Física, Mestre em Biodinâmica do Comportamento. Atuação em Projetos de Extensão.	Coordenar a área da Educação Física, no que diz respeito à Oficina de Esporte, supervisionando os estagiários.	2 anos

Tabela 2: Profissionais entrevistados que integram a equipe executora do Projeto Cidadania Agora:

Entrevistado	Instituição	Área do Conhecimento e de Atuação	Atribuições	Período de Atuação
Coordenadora da Área de Artes	UEL	Docente de Artes, especialista em Cultura e Arte Barroca, Mestre em Educação. Atuação em Projetos de Extensão.	Coordenar e supervisionar o encaminhamento pedagógico, metodológico dos estagiários do curso de Artes que estão atuando no Projeto, na Oficina de Gravura.	1 ano
Coordenadora da Área do Serviço Social	UEL	Assistente Social, docente do curso de Serviço Social, Mestre em Política Social. Atuação em projetos de pesquisa e de extensão, na área da Criança e do Adolescente, na perspectiva do Trabalho Aprendiz.	Coordenar a oficina do Adolescente Aprendiz, supervisionando, com relação aos procedimentos e encaminhamentos, os estagiários de Serviço Social e de Pedagogia.	3 anos
Coordenadora Administrativa da Infraero Social	INFRAERO	Formada em Letras. Atuação no quesito administrativo do Projeto.	Trabalhar com o conteúdo administrativo e burocrático do Projeto, do acompanhamento deste nos aspectos de documentações, de orçamento, de aquisições de materiais e de análise do projeto no seu contexto global.	1 ano

ANEXOS

ANEXO A**Autorização do Campo Empírico de Pesquisa**

CF N.º 1006/SBLO/(LOAF)/2006

Londrina, 30 de Outubro de 2006.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Departamento de Serviço Social
A/C Professora Dra. Maria Angela Silveira Paulilo
Coordenadora de Mestrato
Nesta

Assunto: Pesquisa Qualitativa Projeto Social

Ref.: OF. M.SER. 38/2006

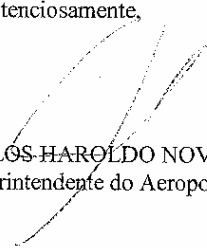
Prezada Senhora,

Presente à sua solicitação acerca da realização de pesquisa qualitativa sobre o Projeto Social – Cidadania Agora, cumpre-nos informar que autorizamos a iniciativa na forma proposta.

Ressaltamos, a necessidade da condução da pesquisa, mantendo o devido sigilo das informações fornecidas pela INFRAERO e seus respectivos parceiros, salientamos, que qualquer divulgação deverá ocorrer com a respectiva autorização dos mesmos.

Aproveitamos a oportunidade para cumprimentar pelo trabalho a ser desenvolvido, bem como pela escolha do Projeto Social, que integra o Programa Infraero Social, presentemente com 63 Projetos em plena atividade por todos os Aeroportos do País, com mais de 16.000 pessoas sendo beneficiadas.

Atenciosamente,



CARLOS HAROLDO NOVAK
Superintendente do Aeroporto


VSG/vsg

031/773/00943/01

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
Aeroporto de Londrina
CEP 86039-090 – Londrina – PR Fone: (0xx)(43) 3027-9125/3315-9125
HOME PAGE: <http://www.infraero.gov.br>
Fax: (0xx) (43) 3315-9136 / 3027-9136

Form. 02.03.01 - NI - 2.02-C (GDI) - fl. 1º/1

Recebido em

06.11.06 


Londrina, 20 de Outubro de 2.006

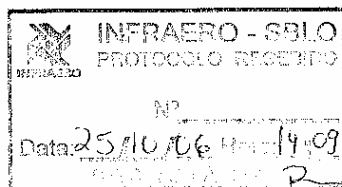
AVC Janaína Albuquerque de Camargo Schmidt
Dr^a Vera Lucia Tieko Suguihiro

Venho por meio deste autorizar a aluna Janaína Albuquerque de Camargo Schmidt, matriculada com o número 200511500044, no Mestrado em Serviço Social e Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da professora Doutora Vera Lucia Tieko Suguihiro, para realizar uma pesquisa qualitativa no Projeto Social "Cidadania Agora", desenvolvido pela INFRAERO de Londrina.

Para qualquer dúvida ou eventual auxílio me encontrarei à disposição.

Atenciosamente,


Arthur Ferreira Maciel Filho
Rotary Club de Londrina Cinquentenario





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, da Saúde Pública e da Saúde do Trabalhador da Comarca de Londrina-PR

Ofício nº 273/06

Londrina, 23 de outubro de 2006.

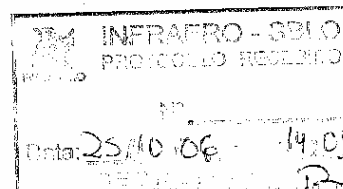
Prezada Senhora:

Sirvo-me do presente para expressar Vossa Senhoria minha **concordância** em relação à elaboração, pela mestrandia **Janaína Albuquerque de Camargo Schmidt**, de pesquisa qualitativa em face do *Projeto Social Cidadania Agora*, desenvolvido pela INFRAERO, tendo como um dos parceiros o Ministério Público; sendo que tal pesquisa se insere no Mestrado em Serviço Social e Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

Por oportuno, aproveito para manifestar a Vossa Senhoria as minhas expressões de cordialidade.

Paulo César Vieira Tavares

Promotor de Justiça



ILUSTRÍSSIMA SENHORA
PROFESSORA DOUTORA VERA LÚCIA TIEKO SUGUIHIRO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
DEPARTAMENTO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
RUA RAPOSO TAVARES, 894 FONE (043) 3323-8481
CEP-86010-580 LONDRINA - PARANÁ.
e-mail: londrina@pr.senac.br
<http://www.pr.senac.br>

Paraná

Londrina, 20 de outubro de 2006

Ilma Sra. Vera Lúcia Tieko Suguhiro
Orientadora do Departamento de Serviço Social da UEL

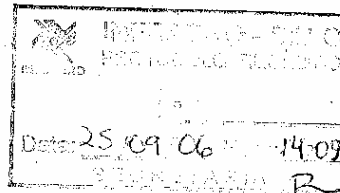
Prezada Senhora

Em resposta a correspondência a nós enviada em 20 de outubro de 2006, informamos que autorizamos a mestrandia Janaina Albuquerque de Camargo Schmidt, do mestrado de Serviço Social, a realizar a pesquisa qualitativa no Projeto Social "Cidadania Agora" desenvolvido pela Infraero.

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Mariza Pinheiro Bortolossi de Souza
Técnica de Educação Profissional
SENAC- Londrina



SENAC - Centro de Educação Profissional
Rua Raposo Tavares, 894 - CEP: 86010-580 - Londrina - PR
Tel./fax: +55 3323 8481 / 3323 8882 - londrina@pr.senac.br

ANEXO B

Parecer do Comitê de Ética




UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



GOVERNO DO
PARANÁ

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

Parecer Nº 290/06 CAAE Nº 0246.0.268.000-06 FOLHA DE ROSTO Nº 111588	Londrina, 30 de novembro de 2006.
PESQUISADOR(A): JANAÍNA ALBUQUERQUE DE CAMARGO SCHIMDT	
<p>Ilmo(a) Sr(a),</p> <p>O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina – CEP – UEL – de acordo com as orientações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS , APROVA a realização do projeto: “RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: PARCERIA INTERINSTITUCIONAL TRILHANDO CAMINHOS PARA PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL”.</p> <p>Informamos que o(a) Sr.(a) deverá comunicar, por escrito, qualquer modificação que ocorra no desenvolvimento da pesquisa e deverá ser apresentado ao CEP/UEL relatório final da pesquisa.</p>	
Situação do Projeto: APROVADO	
<p style="text-align: center;">Atenciosamente,</p> <p style="text-align: center;">  Profª. Dra. Nilza Maria Diniz Comitê de Ética em Pesquisa Coordenadora </p>	

ANEXO C

Projeto Cidadania Agora

PROGRAMA**PROJETO****Cidadania Agora****Parceria:**

- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO;
- Universidade Estadual de Londrina – UEL;
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- Ministério Público do Paraná;
- Rotary Club de Londrina Cinquentenário

PRESIDÊNCIA DA INFRAERO

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de ações voltadas para a promoção do desenvolvimento social sustentável vem ocorrendo no Aeroporto de Londrina, desde 2001, período em que a Superintendência do Aeroporto começou a realizar contatos com os órgãos locais e com a população circunvizinha e a participar de eventos fomentadores da melhoria da qualidade de vida da e da educação da população aeroportuária e comunidade do entorno do Aeroporto de Londrina.

Em junho de 2002, iniciou-se uma série de contatos, entre a Superintendência do Aeroporto e os órgãos responsáveis pelo Diagnóstico Social Municipal: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Prefeitura, através da Secretaria de Assistência Social.

Também, através da análise de dados do trabalho "Combate à Exclusão Social" desenvolvido pela Universidade Estadual de Londrina, pode-se constatar o grande número de crianças que estão em condição de absoluta pobreza.

Assim, diante da evidente necessidade da aprendizagem de conhecimentos de informática para a inserção ao atual contexto social de uma população que não teria outro tipo de acesso ao mundo virtual (informática), como forma de exercer sua cidadania e construção de sua própria história de vida, considerando como um dos objetivos da INFRAERO a responsabilidade social de promover e proporcionar possibilidades de educação a crianças e adolescentes menos favorecidas economicamente.

Este Projeto se desenvolverá em parceria com a Universidade Estadual de Londrina, o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o Juizado de Menores do Município de Londrina e o Rotary Club de Londrina.

Com esse Projeto a Infraero e as entidades parceiras ingressam no século XXI, contribuindo para a formação do cidadão e para o seu desenvolvimento como indivíduo com grande potencial de atuação na sociedade construindo, para tanto, um espaço onde a humanização e o exercício da cidadania sejam considerados dentro da perspectiva da responsabilidade social da sociedade civil organizada, devendo ela fornecer subsídios de inserção pessoal, social e educacional para todos que deste Projeto venham a participar.

2. JUSTIFICATIVAS

O Projeto se justifica pela necessidade, cada vez mais evidente, de se desenvolver políticas sociais destinadas a jovens e adolescentes, principalmente para os pertencentes às camadas da população de baixa renda, que visem facilitar a inserção destes jovens ao primeiro emprego, a fim de minimizar problemas tipicamente urbanos como o uso de drogas, a violência e o desalento social que de alguma forma e em graus variados atingem, mais fortemente, as faixas jovens da população.

Com esta iniciativa a INFRAERO e seus parceiros, buscam cumprir com sua responsabilidade social, estreitando o vínculo com a comunidade em geral e oportunizando à população atendida o exercício de sua cidadania através do acesso a ferramenta universal – o computador, cujo conhecimento é fundamental

para o ingresso no atual mercado de trabalho, além de viabilizar a comunicação virtual sem fronteiras e contribuir para a elevação da dignidade e da auto estima, como forma de ampliação de horizontes e de realização e projeção do cidadão.

3. OBJETIVO GERAL

Contribuir para a promoção do desenvolvimento sócio-educacional da comunidade circunvizinha ao aeroporto, proporcionando mais oportunidades de acesso à educação como o desenvolvimento de cursos de formação em informática, de oficinas de preparação para o mercado de trabalho e para a geração de renda e de atividades sociais, esportivas, culturais, lúdicas e de apoio pedagógico.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar em Informática;
- Promover a inserção digital;
- Preparar para o primeiro emprego;
- Incentivar e valorizar a convivências familiar, escolar e social;
- Criar condições para a elevação da auto-estima, educação ambiental e o exercício da cidadania;
- Promover o resgate dos vínculos familiares, comunitários e sociais;
- Estimular as crianças a desempenhar papel de protagonistas na sociedade;
- Oferecer instrumentos para que a criança e o jovem sejam capazes de atuar de forma cooperativa e solidária, contribuindo para a transformação de sua comunidade;
- Apoiar a criança e o jovem na compreensão de que é possível planejar e construir seu próprio futuro;
- Incentivar o acesso e a permanência do público-alvo no sistema educacional, com maior e melhor rendimento;
- Proporcionar a oportunidade das mães dos alunos a participar do meio em que seus filhos estão inseridos;
- Incentivar o jovem para a busca de padrões mais elevados de vida;
- Trabalhar a imagem da responsabilidade social dos órgãos envolvidos na parceria.
- A integração do aeroporto com a comunidade local e com novos parceiros.

5. PÚBLICO-ALVO

Crianças e jovens de 07 a 18 anos e adultos, principalmente aqueles residentes no entorno do Aeroporto.

Observação: para as aulas de Informática serão atendidos os jovens na faixa etária de 14 a 18 anos, com escolaridade mínima a 6ª série completa, do ensino fundamental.

6. META

- Capacitar 40 alunos/ano no curso de informática.
- Atender 60 crianças e adolescentes/ano e seus familiares, nas oficinas e demais atividades.

7. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Projeto se desenvolverá em três vertentes distintas, cuja metodologia a ser empregada estará em consonância com o Programa de Trabalho de cada instituição parceira, contando, cada uma delas, com um Coordenador responsável que estará sempre à frente dos trabalhos, desde o início dos mesmos, a fim de que todos os objetivos propostos sejam atingidos. Estas vertentes se constituem de cursos de informática, de oficinas de capacitação para o primeiro emprego e para a geração de renda e de atividades pedagógica que visam à preservação do meio ambiente, a melhoria da saúde e da qualidade de vida e o fortalecimento da cidadania.

A programação das atividades prevê o desenvolvimento das habilidades cognitivas, visando a construção da auto-estima, bem como a construção da identidade e do conhecimento da realidade em que se encontram inseridas as pessoas envolvidas no Projeto, para levá-los a desenvolverem ações contínuas que promovam os vínculos familiares, comunitários e sociais.

São as seguintes, as vertentes, com seus descritivos sumários:

- Primeira Vertente: Curso de Informática
- Segunda Vertente: Oficinas de Capacitação para o Trabalho e Renda
- Terceira Vertente: Oficinas Pedagógicas

7.1. Primeira Vertente – Oficina de Informática

7.1.1. Curso de Informática

Esta vertente visa minimizar a exclusão digital, preparar e integrar o jovem participante ao mercado de trabalho e na sociedade e será ministrada e coordenada por instrutores disponibilizados pelo SENAC, com o apoio da Infraero.

Os componentes curriculares dos blocos serão especificados em plano de trabalho dos docentes, elaborados sob a coordenação de Técnico de Educação Profissional e seu desenvolvimento registrado em documento próprio. As estratégias pedagógicas deverão proporcionar ao aluno participação ativa e condições de aprender, com a avaliação contínua e sistemática, voltada para a aprendizagem com autonomia. Deverão portanto, abranger situações do dia-a-dia dos alunos, possibilitando flexibilidade de comportamento e de auto-desenvolvimento, face às mudanças técnicas e tecnológicas, em situações reais.

- Frequência 80%
- Certificado emitido pelo SENAC
- Administração pedagógica realizada pelo SENAC.

7.1.2. Composição das Turmas

DISCRIMINAÇÃO	Nº DE TURMAS ANO	Nº DE ALUNOS POR TURMA	DURAÇÃO	Nº ALUNOS POR ANO
4 Hs semanais	2	20	10 meses	40

7.1.3. Conteúdo Programático

- Primeira turma

Conteúdo das Atividades	1º Mês				2º Mês				3º Mês				4º Mês				5º Mês			
	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana
Introdução a Informática (4h)	■																			
Windows XP (16h)		■	■	■	■															
Word XP (16h)						■	■	■	■											
Excel XP (16h)										■	■	■	■							
Internet Básica (16h)													■	■	■	■				
Avaliação	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■				

- Segunda turma

Conteúdo das Atividades	5º Mês				6º Mês				7º Mês				8º Mês				9º Mês				10º Mês							
	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana				
Domínio do Teclado (45h) *	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Avaliação	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

- Para o desenvolvimento do curso de Domínio do Teclado, é necessário, que haja somente uma pessoa por computador. Em virtude da capacidade do laboratório, a turma de 20 alunos será dividida em 2 turmas de 10 alunos, com 2 horas de duração cada aula;

7.2. Segunda Vertente – Oficinas de Capacitação para o Trabalho e Renda

A coordenação desta vertente será realizada por instrutores disponibilizados pela UEL com o apoio da Infraero e demais parceiros. As oficinas nela inseridas serão montadas para o exercício de atividades, com técnicas específicas, voltadas para a formação das pessoas nelas envolvidas, de forma a prepará-las para o primeiro emprego, para a inserção no mercado de trabalho ou para a opção de trabalho autônomo e para o incremento da renda familiar.

São elas:

- Oficina de Fotografia;
- Oficina em Orquidário;
- Oficina do Adolescente Aprendiz;

7.2.1 Oficina de Fotografia Desvelando Olhares

O projeto se propõe a sensibilizar e educar o olhar de pessoas da comunidade, a partir de um recorte do mundo que nos cerca. Com técnicas da fotografia a oficina realizará atividades que dêem condições para as pessoas analisarem o que é captado pelos olhos e pelas lentes, a fim de que possam ter um contato de qualidade com o que é cotidiano. A Oficina resultará em uma exposição dos trabalhos produzidos juntamente com textos explicativos da atividade, também será realizado, como trabalho de conclusão um calendário com fotos e textos selecionados pelos alunos.

7.2.1.1 Público Alvo:

O público alvo deste projeto são adolescentes atendidos pelo projeto INFRAERO Social. Os interessados deverão ter idade mínima de 12 anos.

7.2.1.2 Numero de alunos por turma: 15/2 turmas

7.2.1.3 Atividades:

As atividades envolvem:

- diagnóstico da realidade;
- atividades teóricas e práticas;
- abordagens com imagens;
- grupo de discussão;
- exibição de filmes;
- contato com Prof^a da UEL que publicou seus trabalhos fotográficos em livro;
- montagem de exposição;
- produção de texto pessoal;
- trabalho de conclusão de curso e;
- produção de questionário avaliativo.

7.2.2 Oficina de Inclusão Social e Profissional em Fotografia

A formação de profissionais aptos para ocupar espaços no mercado de trabalho fotográfico, em igualdade de condições – ou ainda bem preparados – pressupõe que eles cumpram estágios estruturados em ordem crescente de dificuldades. A realidade tem demonstrado que o número de vagas diminui a cada módulo. Assim, será de fundamental importância a identificação, pelos participantes, de suas afinidades com a fotografia, tanto por parte dos ministrantes, quanto pelos demais, promovendo uma adequada triagem e avaliação dos candidatos.

OBJETIVOS:

- Introduzir os participantes ao universo fotográfico;
- Capacitar os participantes a exercer a profissão de fotógrafo;
- Desmistificar os elementos da linguagem fotográfica

MÓDULO 1

Fotografia com pinhole: princípios básicos da luz e da sensibilidade dos materiais.
Objetivo Geral: desenvolver técnicas de captação de imagens com câmeras pinhole.

Traduzido ao pé da letra, pinhole significa buraco de agulha. Trata-se da mais antiga e simples técnica fotográfica. Imagens podem ser captadas através de equipamentos extremamente simples, como uma lata de tinta ou uma caixa de sapato, devidamente vedadas e adequadas para esta finalidade. Com o domínio dessa técnica o participante irá desvendar, conhecer e dominar os princípios básicos da luz, bem como a capacidade e a potencialidade da luz em sensibilizar materiais fotosensíveis. É o ponto de partida para que as pessoas interessadas por e pela fotografia ter contato mais direto com os princípios e as técnicas fotográficas, exercitando a captura de imagens e os procedimentos básicos de laboratório fotográfico.

Conteúdo do módulo:

- Histórico do nascimento e evolução da fotografia;
- Princípios básicos da luz;
- A importância da temperatura de cor;
- Confecção de câmeras fotográficas pela técnica pinhole;
- Produção de fotografias (captura de imagens)
- Introdução dos participantes ao laboratório fotográfico;
- Exercício das técnicas laboratoriais de revelação;
- Avaliação em conjunto dos resultados obtidos com o módulo;
- Aferição dos interesses, potencialidades e desenvoltura da turma na realização da oficina.

Numero de vagas: 15 adolescentes

Carga horária: 20 horas

Período de realização: a tarde, das 14:00 as 18:00 horas.

MODULO 2

Fotografia Analógica: introdução às técnicas profissionais de fotografia.
Objetivo Geral: desenvolver técnicas de captação de imagens com câmeras analógicas.

Até o momento, cerca de 90% de todos os serviços profissionais em fotografia são realizadas com câmeras analógicas. A tendência digital é crescente, mas, mesmo depois de consolidada todo o conhecimento da tecnologia analógica será transposta para a digital, pois as técnicas de captação de imagens são muito parecidas. Assim, torna-se de fundamental importância o aprendizado e domínio das técnicas fotográficas e dos elementos da linguagem fotográfica para que os participantes possam competir, em igualdade de condições, no mercado de trabalho com os profissionais já atuantes.

Conteúdo do módulo:

- Familiarização dos participantes com a câmera fotográfica analógica;
- Capacitação do aluno ao uso dos acessórios fotográficos (lentes grandes/angulares, lentes teleobjetivas, flashes, filtros, tubo de extensão etc);
- Exercício da prática fotográfica;

Introdução de técnicas específicas de fotografia (profundidade de campo, mobilidade do tema, perspectivas, composição, fotometria, fotometria por zonas etc);

- Exercício do uso do diafragma, obturador e fotômetro;
- Familiarização dos participantes com os tipos de filmes disponíveis no mercado, suas especificidades e recomendação de uso;
- Iniciação à produção de portfólios;

Numero de vagas: 15 adolescentes

Carga horária: 20 horas

7.2.3. Oficina em Orquidário

Esta oficina se constitui na estruturação e na manutenção de um orquidário no espaço físico do projeto. As atividades nela inseridas consistem na inserção de técnicas de plantio e cultivo de orquídeas visando à geração de renda, a educação para a preservação ambiental, para o respeito e a admiração pela natureza, por meio de ações concretas, com os seguintes enfoques:

- Procedimentos para o plantio e cultivo de orquídeas;
- Manejo de mudas;
- Diversidade de produtos;
- Influências que o clima promove na natureza e de modo especial nas plantas;
- Interação com a natureza;
- Conscientização para a importância do cultivo para a geração de renda;
- Comercialização de produtos;

A produção do orquidário e de mudas será comercializada no comércio local, objetivando auferir rendas para a manutenção do mesmo e para angariar investimento para inserção de novos métodos e tecnologia.

Descrição detalhada do orquidário de manutenção

- Orquidário com 6,5 metros de frente e 21 metros de comprimento, totalizando 136,5m², com 3m de altura, teto em forma de arco, construído em estrutura tubular galvanizada. Cobertura em sombrite 70% e plástico, laterais revestidas com sombrite 50% e plástico retrátil, como cortinas laterais para dias frios.
- Pisos do passeio em cimentado, e local onde ficarão as mesas em areia grossa. Mesas 120 cm de largura x 500 cm de comprimento x 80 cm de altura, construídas em estrutura tubular galvanizada e revestidas com tela moeda galvanizada.

- Torneiras, pia, bancada para trabalho, tomadas elétricas e iluminação;
- Bancada para trabalho;
- Linha de micro aspersores e nebulizadores sobre a bancada, plantas suspensas e jardim.

7.2.4. Oficina do Adolescente Aprendiz

O trabalho na condição de aprendiz é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente a partir de 14 anos de idade e regulamentado pela Lei 10.097/2000 e demais legislações complementares.

Partindo do princípio que profissionalizar é dar condições para a formação profissional na sua totalidade, a preocupação do projeto é a de ampliar as oportunidades para a inserção no mercado de trabalho, desenvolvendo habilidades e competências para o primeiro emprego.

Assim, o projeto visa atender jovens moradores dos bairros situados no entorno do Aeroporto.

7.2.4.1 População alvo

Adolescentes de 14 anos que estejam freqüentando a escola

7.2.4.2 Composição das turmas

Discriminação	nº de turmas ano	nº de alunos por turma	duração	nº alunos por ano
4 Hs semanais	2	20	5 meses	40

A coordenação desta oficina será realizada por instrutores disponibilizados pela UEL com o apoio da infraero e demais parceiros.

7.3. Terceira Vertente – Oficinas Pedagógicas

Esta vertente será também realizada e coordenada por instrutores da UEL, como o apoio da Infraero e demais parceiros e visam:

- Discutir conceitos relacionados à cidadania na infância e na adolescência, transmitindo conhecimentos sobre o ECA;
- Desenvolver o conceito de democracia participativa, de direitos fundamentais e dos valores reais, através do teatro, música, redações, etc;
- Promover a educação ambiental, a saúde, a cultura, o turismo, o esporte, o lazer e a qualidade de vida.

Serão desenvolvidas as seguintes oficinas:

- Oficina de gravura;
- Oficina de arte, educação, teatro e dança;
- Oficina de esporte.

7.3.1. Oficina de Gravura

A gravura consiste em reproduzir em série, desenhos elaborados pelo gravador em uma determinada superfície pré-determinada, utilizando um dos vários processos de gravar, tais como: a xilogravura, a gravura em metal, água-forte, a litogravura, a linogravura e serigrafia.

7.1.1.5 Objetivos: Capacitar os adolescentes a usar diferentes técnicas para a produção de gravura como fonte de expressão e geração de renda.

7.3.1.1 População Alvo: adolescentes a partir de 14 anos

7.3.1.2 Numero de Participantes: 15

7.3.1.3 Atividades Desenvolvidas:

- Apresentar textos sobre a história da gravura;
- Introduzir os participantes no manuseio e uso de diferentes matérias e técnicas;
- Propor atividades para experimentar materiais e técnicas;
- Exposição do material

7.3.2. Oficina de Teatro

7.3.2.1. O teatro pode ser empregado como instrumento de expressão subjetiva, materializando as emoções e problemas do cotidiano, além de representar a encenação de peças clássicas e contemporâneas. Os instrutores dessa oficina serão professores da FUNCARTE.

7.3.2.2 Atividades

- Jogos dramáticos;
- Expressividade emocional;
- Desenvolvimento de técnicas teatrais;
- Leitura de peças teatrais;
- Encenação de peças;
- Ensino de diferentes recursos para a teatralização: cenário, figurino, iluminação.

7.3.2.4 Público Alvo: jovens de 12 a dezoito anos

7.3.2.5 Numero de participantes: 25

7.3.3 Oficina de Dança

O objetivo dessa oficina é o de desenvolver no jovem, habilidades para os mais variados ritmos da dança de salão.

7.3.3.1 Atividades:

- Treino em expressão corporal;
- Desenvolvimento de habilidades rítmicas, articulando corpo e espaço;
- Treino para ampliar a sensibilidade musical;
- Estimular a sociabilidade.

7.3.3.2 Público Alvo: adolescentes a partir de 14 anos

7.3.4 Oficina de Educação e Arte

Instituir um espaço para o desenvolvimento de habilidades e competências de crianças e adolescentes, e seus familiares, em diferentes esferas da vida cotidiana, de forma a promover o crescimento de todos como sujeitos de direitos.

7.3.4.1 Objetivos:

- Discutir conceitos relacionados à cidadania na infância e na adolescência, transmitindo conhecimentos sobre o ECA;
- Propor atividades que promovam a auto-estima ;
- Estimular o desenvolvimento de novas habilidades e competências sociais;
- Desenvolver estratégias para a expressão de sentimentos e situações problemas para a resolução de conflitos;
- Desenvolver o conceito de democracia participativa, de direitos fundamentais e dos valores reais, através do teatro, música, redações, etc;
- Promover a educação ambiental, a saúde, a cultura, o turismo, o esporte, o lazer e a qualidade de vida.

7.3.4.2 Participantes: crianças a partir de 9 anos e adolescentes

7.3.4.3 Número de participantes: 12 a 15 por oficina

7.3.5. Oficina de Esporte

A inserção da Educação Física no projeto se justifica enquanto uma área de conhecimento e atuação que intervêm na sociedade de forma ética, solidária, através de ações construtivas, no processo do ensino e das vivências da dança de salão e das modalidades esportivas.

7.3.5.1 Objetivos:

Oferecer atendimento à comunidade externa de Londrina (adolescentes e jovens moradores da área ao entorno do aeroporto), através da prática de atividades físicas, contribuindo no bem-estar e na qualidade de vida da população.

7.3.5.2 Atividades:

- variadas formas de atividades físicas e modalidades esportivas;
- futebol de campo;
- voleibol;
- peteca;
- atividades coletivas, que por meio das dinâmicas de grupo, desperta o espírito de companheirismo e que se convertem em amizades.

7.3.5.3 População Alvo: adolescentes de 15 a 18 anos

7.3.5.4 Numero de Participantes: 30

A oficina de Esporte será desenvolvida por estagiários do curso de Educação Física da UEL e estagiários da Fundação do Esporte de Londrina.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

DISCRIMINAÇÃO	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Planejamento anual												
Cadastramento dos alunos												
Primeira Vertente (oficinas de informática)												
Segunda Vertente (oficinas de capacitação para o trabalho)												
Terceira Vertente (oficinas pedagógicas)												
Avaliação												
Relatório Bimestral												
Relatório Anual												

Observações:

- O Projeto se desenvolverá no período de 12 meses, sendo que as atividades das oficinas e do curso de informática estarão suspensas nos meses de julho de cada ano, bem como no período de 15 de dezembro a 15 de janeiro de cada ano, ficando estes períodos reservados para manutenção das áreas, equipamentos e móveis disponibilizados e para avaliação, planejamento e possíveis adaptações das atividades do Projeto para o próximo ano.

9. AVALIAÇÃO

9.1 – Do Projeto

Todas as atividades do Projeto deverão ser constantemente avaliadas pelas instituições parceiras, podendo ser adequadas ou modificadas, com o objetivo de se obter melhores resultados.

Ao final de cada ano será elaborado um relatório de resultados do Projeto, visando levantar o custo/benefícios que a implantação e desenvolvimento do mesmo está trazendo para os parceiros, para o público envolvido e para as comunidades do entorno.

9.2 – Dos alunos

O aproveitamento dos alunos será mensurado por provas teóricas e práticas aplicadas ao término de cada módulo. Os alunos também serão avaliados e monitorados diariamente, sob os aspectos: interesse, grau de concentração, amadurecimento, assiduidade e socialização.

Mensalmente os responsáveis pelas crianças e jovens participantes do projeto, deverão comprovar a frequência dos alunos no ensino formal, através da apresentação de documento expedido pela instituição de ensino.

10. HORÁRIO DAS ATIVIDADES

10.1. Primeira Vertente - Curso de Informática

Discriminação	Sábado
Turma A	08:00 horas às 12:00 horas
Turma B	14:00 horas às 18:00 horas

10.2. Segunda Vertente - Oficinas de Capacitação para o Trabalho e Renda

Discriminação	Segunda-feira a quinta-feira
Turma A	14:00 horas às 15:30 horas

Turma B	14:00 horas às 15:30 horas
Turma C	14:00 horas às 15:30 horas
Turma D	15:30 horas às 18:00 horas

10.3. Terceira Vertente – Oficinas Pedagógicas

Discriminação	
Turma A	14:00 horas às 15:30 horas
Turma B	14:00 horas às 15:30 horas
Turma C	14:00 horas às 15:30 horas
Turma D	15:30 horas às 18:00 horas

11. RECURSOS HUMANOS

A fim de poder desenvolver uma otimização das atividades e alcançar os objetivos propostos no Projeto estaremos com o seguinte quadro de mão de obra, especificado abaixo:

11.1. Primeira Vertentes - Cursos de Informática

ESPECIFICAÇÃO	QUANT	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO
Instrutor	2	Instrutoria do curso	SENAC

11.2. Segunda Vertente - Oficinas de Capacitação para o Trabalho e Renda

ESPECIFICAÇÃO	QUANT	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Estagiário	9	Serviço social/Fotografia	UEL
Estagiário	10	Psicologia	UEL

11.3. Terceira Vertente - Oficinas Pedagógicas

ESPECIFICAÇÃO	QUANT	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Estagiário	06	Artes Cênicas/Desenho/O Pintura	UEL
Estagiário	02	Educação Física	UEL

Observação: Salienta-se que todos os profissionais que exercerão atividades no Projeto estarão sob a responsabilidade empregatícia das Organizações e das Instituições a qual estão vinculados.

13. ATRIBUIÇÕES DE CADA PARCEIRO

13.1. INFRAERO

- Disponibilizar a infra-estrutura para todo o Projeto (ver anexo I);
- Fornecer todo o material didático;
- Disponibilizar todos os equipamentos e móveis;
- Instalar nos equipamentos de informática os softwares necessários para o desenvolvimento do curso de informática;
- Manutenção dos equipamentos, móveis e áreas disponibilizadas;
- Fornecer lanches para os alunos e estagiários durante as atividades do Projeto;

- Fornecer camisetas do Programa "Infraero Social" para os alunos e para os estagiários;
- Fornecer Vale Transportes aos alunos;
- Disponibilizar um veículo para apoio às atividades do Projeto;
- Apoiar o desenvolvimento e a coordenação de todo o Projeto.

13.2. SENAC

- Administrar e desenvolver o curso de informática
- Disponibilizar instrutores para os cursos de informática;
- Manter o conteúdo programático do curso de informática, de acordo com os mesmos padrões de qualidade executados em sua sede;
- Emitir os certificados de conclusão dos cursos de informática;
- Apoiar, no que couber, as atividades das oficinas.

13.3. UNIVERSIDADE DE LONDRINA – UEL

- Administrar e acompanhar pedagogicamente todo o desenvolvimento do Projeto;
- Selecionar, cadastrar e inscrever os alunos do Projeto;
- Disponibilizar professores dos cursos de psicologia e serviço social através do Projeto Olho no Futuro, para a coordenação dos estagiários que desenvolverão as oficinas Arte e Educação;
- Disponibilizar pelo menos 2 estagiários para as oficinas;
- Disponibilizar motorista para visitas domiciliares às famílias dos alunos do Projeto;
- Responsabilizar-se pela manutenção do veículo, pelo combustível e pelo seguro;
- Dar apoio administrativo às atividades do curso de informática;
- Desenvolver ações que promovam as inserções social, cultural e educacional dos alunos do projeto.

13.4. ROTARY

- Oferecer assessoria administrativa e jurídica (encaminhamento para emprego – pais e jovens - preparação de curriculum, etc) ao público alvo do Projeto e às suas famílias;
- Apoiar, no que couber, o desenvolvimento e a coordenação de todo o Projeto;

13.5. MINISTÉRIO PÚBLICO

- Supervisionar tecnicamente a execução do Projeto

14. INVESTIMENTO ANUAL DO PROJETO

Discriminação	Valor Mensal	Valor Anual
Recursos Humanos	759,20	R\$ 7.592,00
Material de escritório e administrativo	184,35	R\$ 1.843,50
Material de cozinha e limpeza	64,11	R\$ 641,09
Materiais diversos e didáticos para o curso de Informática	250,31	R\$ 2.503,07
Material para as oficinas	2.167,83	R\$21.678,34
Camisetas	240,00	R\$ 2.400,00

Lanche	1.440,00	R\$ 14.400,00
Transporte dos alunos	365,00	R\$ 3.650,00
Combustível e manutenção veículo	300,00	3.000,00
Motorista	600,00	6.000,00
Seguro	15,12	151,20
TOTAL	6.385,92	63.859,20

15. INVESTIMENTO ANUAL POR PARCEIRO

DISCRIMINAÇÃO	INFRAERO	SENAC	UEL	TOTAL GERAL
Recursos Humanos		3.792,00	3.800,00	7.592,00
Material de escrit. e administ.	1.994,50	-	-	1.843,50
Material de cozinha e limpeza	641,09	-	-	641,09
Materiais div. e did. p/curso inform.	2.308,30	-	-	2.503,07
Material para as oficinas	21.722,11	-	-	21.678,34
Camisetas	2.400,00	-	-	2.400,00
Lanche	14.400,00	-	-	14.400,00
Transporte dos alunos	3.650,00	-	-	3.650,00
Combustível e manut.	-	-	3.000,00	3.000,00
Motorista	-	-	6.000,00	6.000,00
Seguro	-	-	151,20	151,20
TOTAL	47.116,00	3.792,00	12.951,20	63.859,20

16. MEMÓRIA DE CÁLCULO

16.1. Recursos Humanos

16.1.1. Primeira Vertente – Curso de Informática

Discriminação	Carga horária mensal (2 turmas)	Valor mensal	Valor anual
Instrutor 1	16 horas	189,60	1.896,00
Instrutor 2	16 horas	189,60	1.896,00
Totais	-	379,20	3.792,00

Obs: O projeto para os alunos tem como carga horária de informática, 113 horas. Porém, para controle do Senac e para efeito de remuneração, esta carga horária corresponderá a 158 horas, em virtude do curso de "Domínio de Teclado" ser dividido em duas turmas de 10 alunos, face à limitação do laboratório.

16.1.2. Segunda Vertente – Oficinas de Capacitação para o Trabalho e Renda

Discriminação	Carga horária mensal (2 turmas)	Total mensal	Total anual
Estagiários de Serviço Social	24 horas	Vide obs	0,00
Estagiários de Psicologia	24 horas	Vide obs	0,00
Estagiários de Agronomia	24 horas	Vide Obs.	0,00
Supervisora da vertente	16 horas	380,00	3.800,00
Totais	-	380,00	3.800,00

Obs: Os Estagiários desenvolverão as atividades na forma de Colaboradores de Atividade Acadêmica complementar.

16.1.3. Terceira Vertente – Oficinas Pedagógicas

Discriminação	Carga horária mensal	Total mensal	Total anual
Estagiários de Artes	24 horas	Vide Obs.	0,00
Estagiários Educação Física	24 horas	Vide Obs.	0,00
Estagiários de Serviço Social	24 horas	Vide Obs.	0,00
Totais			

Obs: Os Estagiários desenvolverão as atividades na forma de Colaboradores de Atividade Acadêmica complementar.

16.2. Material de Escritório e Administrativo

Discriminação	Qtde	Valor unitário	Valor Anual
Cartucho de tinta preta p/ impressora hpdeskjet 3429	12 un	66,25	795,00
Cartucho de tinta colorida p/ impressora hpdeskjet 3429	7 un	75,5	528,50
CDs regraváveis	30 un	5,9	177,00
CDs comum	50 un	1,7	85,00
Disquete	5 cx	7,5	259,00
Envelope ofício c/ RPC branco 11/22	500 un	0,05	25,00
Envelope saco, cor ouro 26/36	500	0,25	125,00
TOTAL			1.994,50

16.3. Material de Cozinha e Limpeza

Discriminação	Qtde	Valor unitário	Valor Anual
Jarra d'água em plástico, 2 litros	02 un	7,83	15,66
Garrafa d'água em acrílico, 2 litros	03 un	8,49	25,47
Colher de pau	3 un	3,47	10,41
Vassouras cerdas plásticas	04 un	8,47	33,88
Vassoura piaçava	04 un	4,00	16,00
Rodo	02un	10,25	20,50
Pano chão	10un	3,00	30,00
Pano prato	10 un	5,00	50,00
Pano pia descartável (pacote c/ 5 unid)	10 pcts	5,26	52,60
Prato descartável sobremesa (pacote c/ 10 unid)	10 pcts	2,50	25,00
Garfinhos descartáveis (pacote c/ 10 unid)	10 pcts	5,06	50,60
Colher descartável (pacote c/ 10 unid)	10 pcts	5,06	50,60
Copo descartável, 180ml (pacote c/100 unid)	15 pcts	2,01	30,00
Bandeja de papelão (33x40 cm)	50 un	1,49	74,50
Guardanapo papel (10x10)	100 pcts	0,89	89,00
Sacos lixo 100 l. (pacote c/ 5 unid)	5 pcts	2,35	11,75
Alcool	04 lts	2,44	9,76
Produto limpeza multiuso	12 un	2,00	24,00
Detergente	12 un	0,89	21,36
TOTAL	-	-	641,09

16.4. Materiais diversos e didáticos para o Curso de Informática

Discriminação	Qtde	Valor Unitário	Valor Anual
---------------	------	----------------	-------------

Livro Windows XP	40 un	8,84	353,60
Livro Word XP	40 un	8,84	353,60
Livro Excel XP	40 un	8,84	353,60
Livro Internet	40 un	6,40	256,00
Fotocópias	3.560un	0,10	356,00
Cartucho de tinta colorida	2 un	120,00	240,00
Cartucho de tinta preta	2 un	110,00	220,00
Papel A4 (pcte 500 folhas)	3 un	12,00	36,00
Disquetes (1cx c/ 10 unid)	3 un	10,00	30,00
Pincel p/ Quadro Branco	5 un	2,50	12,50
Apagador para Quadro Branco	2 un	6,50	13,00
Caneta	40 un	0,50	20,00
Lápis	40 un	0,30	12,00
Borracha	40 un	0,30	12,00
Caderno de anotações	40 un	1,00	40,00
Total Geral	-	-	2.308,30

16.5. Material para as Oficinas

16.5.1. Oficinas de Fotografia

Discriminação	Qtde.	Valor unitário	Valor anual
INCLUSÃO SOCIAL			
Frasco de Spray Preto Fosco (300 ml)	5 un	2,00	10,00
Cartelha agulhas (agulheiro c/21)	4 un	1,50	6,00
Fita adesiva (fita mágica)	7 un	10,25	71,75
Envelope papel fotográfico Kodak F3 (pct c/ 50 unid 18 x 24)	15 un	57,35	860,25
Envelope 3,8 litros revelador dektol	5 un	26,75	133,75
Envelope 3,8 litros fixador/endurecedor	5 un	35,35	176,75
Envelope 3,8 litros revelador D-76	5 un	37,28	186,40
Lâmpadas para ampliador	4 un	40,00	120,00
Sub Total	-	-	1.564,90
DESVELANDO OLHARES			
Bandeja revelação 24x30	3 un	2,99	8,97
Pinças plásticas p/ lab. fotográfico	6 un	6,90	41,40
Fixador 1 l	5 pct	9,20	46,00
Revelador 1 l	4 pct	6,60	26,40
Papel fotográfico	200 fls	0,50	100,00
filmes fotográficos de 36 poses de isso 100	50 un	6,60	330,00
Filmes fotográficos de 36 poses de isso 200	51un	9,50	484,50
Revelação	1.500 un	0,45	675,00
Cotoneles	20 cx	2,25	45,00
Papel camurça preto	50 fls	1,20	60,00
Fita crepe 19mm	10 un	2,60	26,00
Folhas para transparência	53 un	0,75	39,75
Impressões	50 un	0,80	40,00
Latas de filme preto e branco 30 m – 400 ISO	03	185,00	555,00
Latas de filme preto e branco 30 m 100 ISO	03	168,00	504,00
Sub Total			2.989,02
TOTAL GERAL			4.553,92

16.5.2. Oficina em Orquidário

Discriminação	Qtde.	Valor unitário	Valor anual
Adubo Biofertil	1fr	18,00	18,00
Folicur	1fr	125,00	125,00

Sercobim	1fr	40,00	40,00
Confidor	1fr	35,00	35,00
Casca de pinus	1ton	80,00	80,00
Fibra de coco grossa	1ton	36,00	36,00
Composto orgânico Humorgan	1ton	60,00	60,00
Carvão	15sc	10,00	150,00
Sementes ornamentais	1cs	80,00	80,00
Substrato para bandejas Plantmax	10sc	11,00	110,00
Total Geral	-	-	734,00

16.5.3. Oficina do Menor Aprendiz

DISCRIMINAÇÃO	Qtde.	Valor unitário	Valor Anual
Pastas c/ aba elast.	40 un	1,44	57,60
Cadernos broch.	80 un	1,20	96,00
Canetas	20 un	1,28	25,50
Lápis preto	40 un	0,18	7,20
Lápis de cor (cx c/12)	10 cx	3,00	30,00
Borracha	20 un	0,27	5,40
Tesouras	10 un	1,20	12,00
Cartolinas	30 fls	0,20	6,00
Tinta Guache (caixa c/6 um)	10 cx.	2,12	21,20
Pincel Atômico	20 un.	1,78	35,60
Papel Sulfite	10 rms	11,00	110,00
Papel Crafit	2 bobinas	35,40	70,80
Papel Manteiga	30 fls	0,45	13,50
Papel Crepom	30 mçs	0,50	15,00
Fita crepe	5 un	2,85	14,25
Durex	5 un	1,43	7,15
Cola	10 tb.	6,00	60,00
Massa para modelar	10 cxs	2,00	12,00
Argila	5 kg	5,25	10,50
Barbante (rolos de 100m)	2 rls	6,00	12,00
Palito p/ espetinho	80 un	6,30	63,00
Bexigas	200 un	0,05	10,00
Total Geral	-	-	694,70

16.5.4. Oficina de gravura

Discriminação	Quant.	Valor unitário	Valor anual
sulfite	3 rms	14,11	42,33
lápis preto 6 b	40 un	0,60	24,00
borracha desenho	40 un	0,60	24,00
sulfite	400 fls	0,12	48,00
microduro	5 qjs	19,00	95,00
tinta p/gráfica 2 k	2 lts	38,00	76,00
goivas c/6 unidades	30 conj	19,90	597,00
madeira cedrilho 28x18cm	30 pçs	3,00	90,00
Total Geral	-	-	996,36

18.5.6. Oficina de Teatro

			Valor Total
Passadeira canaleta preta fosca	70 metros	R\$14,00	R\$980,00
Brim preto (1,60 largura)	25 metros	R\$12,90	R\$322,50
Brim branco (1,60 largura)	25 metros	R\$12,90	R\$322,50
Rolo de fita p/ linóleo	20	R\$15,00	R\$300,00
Pan cake	10	R\$15,00	R\$150,00
Lápis sombra	18	R\$4,60	R\$82,80
Máscara cílios	10	R\$12,00	R\$120,00
Lápis batom	10	R\$5,00	R\$50,00
Leite limpeza maquiagem	09	R\$16,00	R\$144,00
Algodão 500g	02	R\$10,50	R\$21,00
Gel para cabelo	09	R\$6,00	R\$54,00
Total			R\$2.546,80

16.5.5. Oficina de Educação e Arte

Discriminação	Qtde.	Valor unitário	Valor Anual
Apontador	20 un	1,25	50,00
Estilite emborrachado	2 un	9,55	19,10
Apagador de louza	2 un	1,00	2,00
Bolas de borracha p/ fisioterapia densidade média	30 un	8,00	240,00
Giz colorido	6 cx	1,60	9,60
Caneta hidrográfica	15 jg	2,20	33,00
Lápis 6B	50 un	1,15	57,50
Grampos p/grampeador 26/5 c/5000	2 cx	3,30	6,60
Percevejo c/100	3 cx	1,60	4,80
Pincel (tamanhos variados)	90 un	1,30	117,00
Pincel atômico (cores variadas)	40 un	1,90	76,00
Tinta p /pincel atômico (cores variadas)	20 un	3,60	72,00
Tinta acrílica 20 ml	48 pct	2,65	15,90
Tinta guache preta 250 grs	5 frc	3,05	15,25
Cola (cores variadas)	50 un	3,00	120,00
Cola branca (tubo c/90 grs)	10 un	1,39	13,90
Cola de isopor 80 grs	5 tb	2,40	12,00
Cola artesanato	10 un	6,70	67,00
Pistola p/cola quente	1 un	4,95	4,95
Refil cola quente 1 litro	10 un	24,00	240,00
Corretor liquido 18ml	10 un	3,53	35,30
Pasta d'agua (cores variadas)	4 jgs	5,00	20,00
Chapa de Isopor 30mm	10 un	4,40	44,00
Palito de sorvete (pacote c/100 um)	10 pct	1,50	15,00
Cartolina (cores variadas)	250 un	0,70	175,00
Papel paraná	20 fls	2,10	42,00
Papel dobradura (cores variadas)	96	0,30	28,80
Papel sulfite	5 rms	11,00	55,00
Fita adesiva dupla face 12/30	3	2,55	7,65
Fita durex 12mm/40 mm	5 rls	4,05	20,25
Fita crepe transparente 50mm/50 mts	1 un	22,40	22,40
Caixas de madeira p/decupagem (formato coração)	20 un	6,60	132,00
Caixas de madeira p/decupagem (formato quadrado 10/10)	20 un	3,50	70,00
Caixas de madeira p/decupagem 5/5	20 un	1,00	20,00
Caixas de madeira p/decupagem 50/30, c/divisória	20 un	15,00	300,00
Caixas de madeira p/decupagem 50/30, s/divisória	20 un	12,00	240,00
Guardanapos p/ decupagem simples	100 un	0,60	60,00
Jogos quebra-cabeças 100 peças	10 un	20,00	200,00
Fitas VHS(títulos variados - of. Educ e arte)	07	30,00	210,00

SUB TOTAL			2.874,00
Grafitagem Primeiro Módulo			
Papel Duplex Grande(Folhas)	26	0,52	13,52
Rolo de Barbante	02	8,00	16,00
Lápis Preto 2b	26	0,59	15,34
Lápis Preto 6b	26	0,59	15,34
Borracha	30	0,88	26,40
Lápis de Cor(caixa 24 cores)	04	12,60	50,40
Lápis de Cor(Caixa 48 cores)	02	23,95	47,90
Giz de cera(Caixa 12 cores)	04	2,17	8,68
Papel Kraft	02	15,00	30,00
Spry Lata	15	10,00	150,00
Tinta Acrílica	02	28,00	56,00
Prego grande(saco)	01	5,00	5,00
Estilete pequeno	26	1,70	50,00
Pasta Plástica pequena	30	1,00	30,00
Fita VHS	02	8,00	16,00
Papel Sulfito A4(Resma 500 folhas)	02	15,00	30,00
SUB TOTAL			560,58
Grafitagem – Segundo Módulo			
Rolo de Espuma Pequeno	26	2,00	52,00
Rolo de Espuma Médio	26	3,00	78,00
Pincel Grande	26	5,00	130,00
Máscara de Gás	30	1,00	30,00
Spray Lata	52	10,00	520,00
Papel Sulfito A4(resma 500 folhas)	02	15,00	30,00
SUB TOTAL			840,00
Grafitagem Terceiro Módulo			
Papel Duplex(folhas)	26	0,52	13,52
Filó(pedaços)	26	1,00	26,00
Galão de cola	02	20,00	40,00
Bloco de Papel Canson A3	30	7,70	231,00
Spray(lata)	60	10,00	600,00
Tinta Acrílica 18 Litros – Cor branca(lata)	01	100,00	100,00
Tinta Acrílica 3,60 Litros(lata)	02	28,00	56,00
Fita VHS	02	8,00	16,00
Corantes(Caixa com 12)	15	22,80	342,00
SUB TOTAL			1.424,52
Grafitagem Quarto Módulo			
Spray(lata)	60	10,00	600,00
Rolo de Espuma(médio)	26	3,00	78,00
Rolo de Espuma(pequeno)	12	2,00	24,00
Bloco de Papel Canson A3	26	7,70	200,00
Tinta Acrílica Cor Branca(lata com 18 litros)	01	100,00	100,00
Papel Sulfito A4(resma)	02	15,00	30,00
Corante Cores Secundárias(cx c/12)	10	22,80	228,00
SUB TOTAL			1.260,00
Grafitagem – Quinto Módulo			
Revistas Especializadas	05	6,00	30,00
Videos	04	20,00	80,00
Spray(latas)	90	10,00	900,00
Tinta Acrílica Cor Branca(lata 18 litros)	02	118,00	236,00
Corante cor primária(caixa c/12)	04	22,80	91,20
SUB TOTAL			1.337,20
Grafitagem – Sexto Módulo			
Spray(latas)	170	10,00	1.700,00
Tinta Acrílica Cor Branca(18 litros)	03	100,00	300,00
Tinta Acrílica Colorida(3,60 litros)	03	28,00	84,00
Rolo de Espuma Média	36	3,00	108,00
Fita VHS	03	8,00	24,00

Corantes(Caixa c/12 unidades)	30	22,80	684,00
Rolo de Espuma grande	36	5,00	180,00
Papel Sulfite A4(resma)	02	15,00	30,00
SUB TOTAL			3.110,00
TOTAL GERAL	-	-	11.406,30

16.5.6. Oficina de Esporte

Discriminação	Qtde.	Valor unitário	Valor Anual
Rede de volleyball	1 un	27,90	27,90
Bolas de iniciação (penalty)66 cm	10 un	36,90	369,00
Bolas borracha (dente leite)	10 un	3,00	30,00
Petecas penas coloridas	10 un	7,50	75,00
Fio nylon 1cm diâmetro	1 kg	11,50	11,50
Bomba de encher bola	1 un	10,50	10,50
Arcos de PVC para ginástica rítmica	20 un	2,50	50,00
Bastões (cabo de vassoura)	30 un	5,00	150,00
Bexigas coloridas (pct c/ 50 un)	10 pct	3,77	37,70
sulfite	1 resma	14,11	14,11
Pincel atômico várias cores	8 un	1,90	15,20
Total	-	-	790,91

16.6. Camisetas

Discriminação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Anual
Camiseta Infraero Social	300	8,00	2.400,00

16.7. Lanches:

Discriminação	Quant. dia	Quant. mês	Quant. ano	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Lanches						14.400,00

16.8. Transporte dos alunos

Discriminação	Quant. dia	Quant. mês	Quant. ano	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Vales transporte						3.650,00

16.9. Combustível e manutenção veículo

Discriminação	Valor mensal	Valor anual
Combustível	200,00	2.000,00
Manutenção do Veículo	100,00	1.000,00
TOTAIS	300,00	3.000,00

16.10. Motorista

Discriminação	Valor mensal	Valor anual
Motorista	600,00	6.000,00

16.11. Seguro

Discriminação	Valor mensal	Valor anual
Seguro	12,60	151,20

17. INVESTIMENTO INICIAL DA INFRAERO

DISCRIMINAÇÃO	TOTAIS
Construção de 650 m ² metros quadrados	R\$ 145.000,00
Mobiliários	R\$ 6.572,00
Equipamentos e elétrico-eletrônicos	R\$ 38.112,00
Orçudário	R\$ 20.536,00

Utensílios de cozinha e materiais diversos	R\$ 6.572,00
Totais	R\$ 216.792,00

17.1. Memória de Cálculo do investimento inicial da Infraero

17.1.1 – Mobiliários

Discriminação	Quant	Valor unitário	Valor Total
Mesas p/ microcomputador	15 un	72,00	1.080,00
Mesa p/ recepção c/ 02 gavetas	1 un	210,00	210,00
Mesa p/ professor (informática)	1 un	167,00	167,00
Mesa apoio sal. Prof. (informática)	1 un	167,00	167,00
Mesa Sala de apoio	1 un	210,00	210,00
Mesa de reunião 08 lug. sala apoio	1 un	167,00	167,00
Cadeiras p/ mesa de reunião	8 un	41,00	328,00
Cadeiras c/ rodízio	25 un	53,00	1.325,00
Poltronas	6 un	146,00	876,00
Armários c/ 2 portas, prat. e pasta suspensa	4 un	341,00	1.364,00
Prateleiras aço p/ almoxarifado	3 un	70,00	210,00
Espelho grande medindo 3m x 1,5m	1 un	468,00	468,00
Total Geral			6.572,00

17.1.2 – Equipamentos e elétrico-eletrônicos

Discriminação	Quant	Valor unitário	Valor Total
Câmera Fotográfica Fm 10 Nikon 135 mm	5 un	R\$ 1.400,00	R\$ 7.000,00
Objetiva Grande Angular 28 mm Nikon	5 un	R\$ 280,00	R\$ 1.400,00
Máquina fotográfica	1 un	R\$ 432,75	R\$ 432,75
Filmadora	1 un	R\$ 1.599,00	R\$ 1.599,00
Lente Teleobjetiva zoom 70/210 Nikon	5 un	R\$ 440,00	R\$ 2.200,00
Flash	5 un	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00
Filtro UV	5 un	R\$ 27,00	R\$ 135,00
Filtros Polarizadores	5 un	R\$ 45,00	R\$ 225,00
Tripés Grandes	3 un	R\$ 195,00	R\$ 585,00
Aparelhos Ar Condicionado grande	1 un	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00
Aparelho Ar Condicionado médio	4 un	R\$ 1.800,00	R\$ 7.200,00
Microsistem 2700w pmpo am/fm cd	1 un	R\$ 799,00	R\$ 799,00
Retroprojeter	1 un	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Vídeo cassete	1 un	R\$ 449,00	R\$ 449,00
Aparelho de TV 29"	1 un	R\$ 999,00	R\$ 999,00
Aparelho de som portátil	1 un	R\$ 345,00	R\$ 345,00
Data-show	1 un	R\$ 6.200,00	R\$ 6.200,00
Scanner	1 un	R\$ 234,00	R\$ 234,00
Impressoras coloridas	2 un	R\$ 249,00	R\$ 498,00
Mouse pad	18 un	R\$ 2,65	R\$ 47,70
Calculadora	1 un	R\$ 25,00	R\$ 25,00
Aparelho telefônico	1	R\$ 40,00	R\$ 40,00
Fogão 04 bocas	1 un	R\$ 425,00	R\$ 425,00
Refrigerador pequeno	1 un	R\$ 599,00	R\$ 599,00
Microondas grande	1 un	R\$ 439,00	R\$ 439,00
Liquidificador 3 velocidade 350w pt, 2litros	1 un	R\$ 85,95	R\$ 85,95
Temporizador eletrônico (timer-oficina fotog.)	2 un	R\$ 150,00	R\$ 300,00
Cronômetro (oficina de educação e arte)	1 un	R\$ 99,60	R\$ 99,60
Unidade gravação CD	2 un	R\$ 100,00	R\$ 200,00
Bomba 100hp	2 un	R\$ 250,00	R\$ 500,00
Total Geral	-	-	R\$38.112,00

17.1.3 – Utensílios de cozinha e diversos

Discriminação	Quant	Valor unitário	Valor Total
Botijão de gás 13 kg	2 un	48,00	96,00
Bebedouros	2 un	225,00	450,00
Filtro de Água	1 un	340,00	340,00
Pipoqueira grande 5 lts	1un	28,27	28,27
Escumadeira	2 un	16,87	33,74
Faca de pão	1 un	12,89	12,89
Espátula p/bolo	1 un	16,29	16,29
Garrafa térmica, 5 litros	3 un	28,99	86,97
Garrafa térmica, 1 litro	2 un	33,90	67,80
Lixeiras médias para lixo orgânico	2 un	14,90	29,80
Lixeiras médias para lixo reciclável	3 un	14,90	44,70
Lixeiras para banheiro	5 un	10,50	52,50
Lixeiras para escritório	4 un	20,00	80,00
Tesoura grande	5un	17,00	85,00
Tesoura pequena de picotar	20 un	4,50	90,00
Tesoura grande de picotar	1 un	51,90	51,90
Tesoura de Poda	15 un	15,00	225,00
Alicate padrão	2 un	32,00	64,00
Martelo (médio)	4 un	25,00	100,00
Tabuleiro xadrez (of. de educ. e arte)	10 un	23,00	230,00
Relógio parede	3 un	10,00	30,00
Ventilador teto 3 pás madeira/veloc.420rpm	2 un	159,00	318,00
Quadro Branco	1 un	150,00	150,00
Apontador de mesa	2 un	25,50	51,00
Porta CDs com 12	3 un	10,75	32,25
Porta CD térmico para 60	2 un	24,00	48,00
Fitas VHS (títulos variados – of. educ. e arte)	7 un	30,00	210,00
Latas de filme preto e branco 30 m – 400 ISO	3 un	185,00	555,00
Latas de filme preto e branco 30 m – 100 ISO	3 un	168,00	504,00
Barra de tubo galvanizado 3" parede 4,5mm	1 un	120,00	120,00
Cano de pvc ½ polegada (orquidário)	100m	8,00	800,00
Tijolo comum (orquidários)	1milh	250,00	250,00
Fonte de cimento (orquidário)	2un	250,00	500,00
Conjunto para jardim (oquidário)	10 cjt	15,00	150,00
Total Geral	-	-	5.853,11

Instalação de Orquidário

Discriminação	Quant	Valor unitário	Valor Total
Instalação Estrutura Orquidário	2 un	R\$ 7.000,00	R\$ 14.000,00
Carrinho de mão	1un	R\$ 60,00	R\$ 60,00
Mangueira	50 mt	R\$ 0,50	R\$ 25,00
Mangueira	80 mt	R\$ 2,00	R\$ 160,00
Bicos aspersores	40u	R\$ 8,00	R\$ 320,00
Bandeja para muda de 128 células	30un	R\$ 8,00	R\$ 240,00
Vasos de barro médio para orquídeas	200un	R\$ 2,50	R\$ 500,00
Vasos de plásticos n.º 2	500un	R\$ 0,48	R\$ 240,00
Saquinhos para muda	3.000	R\$ 0,02	R\$ 60,00
Areia grossa	3 m ³	R\$ 27,00	R\$ 81,00
Terra barranco	1 m ³	R\$ 40,00	R\$ 40,00
Pedra britada n.º 2	3 m ³	R\$ 20,00	R\$ 60,00
Aquisição de Orquídeas	500	R\$ 9,50	R\$ 4.750,00
Total Geral			R\$ 20.536,00

18. CONCLUSÃO

"A vida é um caminho e que ninguém pode caminhar pelo outro o caminho que é do outro."

Lao-Tsé

O projeto ora apresentado tem por característica uma concepção interdisciplinar na abordagem dos problemas sociais da comunidade aeroportuária e entorno do aeroporto, objetivando o indivíduo em suas dimensões bio-psico-sociais, buscando resgatar o "ser humano" em cada um de nós, participando da construção de sua história como sujeito efetivo de sua cidadania, com qualidade e dignidade de vida.

Constitui assim este Projeto Social uma empreitada inédita para a INFRAERO/Londrina que, enquanto empresa pública, portanto patrimônio de todos os brasileiros, pretende colaborar juntamente com seus parceiros no sentido de instrumentalizar minimamente uma pequena parte de nossa população socialmente desfavorecida, viabilizando essa aspiração à partir da implantação de uma estrutura física e dotando-a de recursos humanos fundados no voluntariado e parcerias com entidades da sociedade civil organizada do município de Londrina.

Tratando-se de um Projeto-Piloto para o Aeroporto de Londrina, ele poderá ser modificado e adequado a partir de sua implantação, para garantir sua aplicabilidade dentro do contexto local, conforme as contingências assim o exigirem.

Parafraseando o educador Paulo Freire podemos considerar o homem como um ser inacabado, em constante formação e desenvolvimento, portanto sempre carente de novas experiências, seja no campo tecnológico-científico, seja no campo humanitário, e de preferência, sempre o primeiro, a serviço do segundo, e é no que acreditamos.